

Doing Business 2011

Fazendo
a Diferença para
os Empresários

COMPARAÇÃO DE REGULAMENTAÇÕES EM 183 PAÍSES

© 2010 Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial
1818 H Street NW
Washington, D.C. 20433
Telefone: 202-473-1000
Website: www.worldbank.org

Todos os direitos reservados.
1 2 3 4 08 07 06 05

Uma copublicação do Banco Mundial e da Corporação Financeira Internacional.

Este volume foi produzido pelo quadro de pessoal do Grupo Banco Mundial. As apurações, interpretações e conclusões expressas neste volume não refletem necessariamente a opinião dos Diretores Executivos do Banco Mundial nem dos governos dos países que estes representam. O Banco Mundial não garante a exatidão dos dados apresentados neste trabalho.

Direitos e Permissões

O material desta publicação é protegido por direitos autorais. Sua reprodução e/ou transmissão, total ou parcial, sem permissão pode constituir violação das leis em vigor. O Banco Mundial incentiva a divulgação do seu trabalho e geralmente concede pronta permissão para a reprodução de partes desta publicação.

Para obter permissão para fazer fotocópias ou reimprimir qualquer parte deste trabalho, favor enviar solicitação com informações completas a: Copyright Clearance Center Inc., 222 Rosewood Drive, Danvers, MA 01923, USA; telephone: 978-750-8400; fax: 978750-4470; website: www.copyright.com.

Todas as outras consultas sobre direitos e licenças, inclusive direitos subsidiários, devem ser endereçadas a: Office of the Publisher, The World Bank, 1818 H Street, NW, Washington, DC 20433, USA; fax 202-522-2422, e-mail pubrights@worldbank.org.

Exemplares adicionais do *Doing Business 2011: Fazendo a Diferença para os Empresários*, *Doing Business 2010: Reformando em Épocas Difíceis*; *Doing Business 2009*, *Doing Business 2008*, *Doing Business 2007: Como Reformar*; *Doing Business in 2006: Criação de Empregos*; *Doing Business in 2005: Remoção de Obstáculos ao Crescimento*; e *Doing Business in 2004: Compreendendo os Regulamentos*, podem ser adquiridos no website www.doingbusiness.org.

Os dados do Catálogo de Obras em Fase de Publicação da Biblioteca do Congresso foram solicitados. Impresso nos Estados Unidos.

Sumário

O *Doing Business 2011* é o oitavo de uma série de relatórios anuais que examinam as regulamentações que melhoram a atividade de negócios e as regulamentações que a restringem. O *Doing Business* apresenta indicadores quantitativos sobre as regulamentações de negócios e a proteção dos direitos de propriedade que podem ser comparados entre 183 economias — do Afeganistão ao Zimbábue — e no decorrer do tempo.

São cobertas regulamentações que afetam 11 áreas da vida de uma empresa: abertura de um negócio, obtenção de alvarás de construção, registro de uma propriedade, obtenção de crédito, proteção de investidores, pagamento de impostos, comércio internacional, cumprimento de contratos, fechamento de um negócio, obtenção de eletricidade e emprego de trabalhadores. Os dados sobre a obtenção de eletricidade e emprego de trabalhadores não estão incluídos na classificação sobre a facilidade de se fazer negócios no *Doing Business 2011*.

Os dados do *Doing Business 2011* estão atualizados até 1º de junho de 2010. Os indicadores são usados para analisar resultados econômicos e identificar as reformas que funcionaram, onde e por quê.

A metodologia dos indicadores de emprego de trabalhadores mudou no *Doing Business 2011*. Para obter mais detalhes, veja Notas de Dados.

WEBSITE DO DOING BUSINESS

Recursos atuais

Notícias sobre o projeto *Doing Business*
<http://www.doingbusiness.org>

Classificações

Como são classificadas as economias — de 1 a 183
<http://www.doingbusiness.org/Rankings>

Reformas do *Doing Business*

Resumos breves das reformas do *Doing Business 2011*, listas de reformadores desde o *Doing Business 2004*
<http://www.doingbusiness.org/Reforms>

Dados históricos

Conjuntos de dados personalizados desde o *Doing Business 2004*
<http://www.doingbusiness.org/Custom-Query>

Metodologia e pesquisas

Documentos sobre metodologia e pesquisas em que se baseia o *Doing Business*
<http://www.doingbusiness.org/Methodology>
<http://www.doingbusiness.org/Research>

Fazer download de relatórios

Acessar os relatórios do *Doing Business*, bem como relatórios subnacionais e regionais, estudos de casos de reforma e perfis personalizados tanto nacionais como regionais
<http://www.doingbusiness.org/Reports>

Projetos subnacionais e regionais

As diferenças nas regulamentações de negócios nos níveis subnacional e regional
<http://www.doingbusiness.org/Subnational-Reports>

Biblioteca jurídica

Uma coleção on-line de leis e regulamentações relacionadas com negócios e questões do gênero
<http://www.doingbusiness.org/Law-library>
<http://wbl.worldbank.org>

Parceiros locais

Mais de 8.200 especialistas em 183 economias que participam do *Doing Business*
<http://www.doingbusiness.org/Local-Partners/Doing-Business>

Planeta de negócios

Mapa interativo sobre a facilidade de fazer negócios
<http://rru.worldbank.org/businessplanet>

Prefácio	v
Sumário Executivo	1
Sobre o relatório <i>Doing Business</i> : Medindo o impacto	12
Notas de dados	18
Resumos de Reformas do <i>Doing Business</i> em 2009–2010	42
Agradecimentos	52

Prefácio

Um setor privado vibrante — com empresas fazendo investimentos, criando empregos e melhorando a produtividade — promove o crescimento e expande as oportunidades para as pessoas de baixa renda. Nas palavras de um equatoriano de 18 anos, publicadas em *Voices of the Poor* (Vozes dos Pobres), uma pesquisa do Banco Mundial que capta as perspectivas das pessoas de baixa renda do mundo inteiro, “primeiro eu gostaria de ter qualquer emprego.” Apoiar o crescimento do setor privado — e garantir que os pobres participem de seus benefícios — requer um ambiente normativo onde novos participantes com ideias boas e dinâmicas, independentemente de seu gênero e origem étnica, possam abrir um negócio e onde boas firmas possam investir e crescer, gerando mais empregos.

O *Doing Business 2011* é o oitavo de uma série de relatórios anuais que examinam as regulamentações que melhoram a atividade de negócios e as regulamentações que a restringem. O relatório apresenta indicadores quantitativos sobre regulamentação de negócios e proteção dos direitos de propriedade referentes a 183 economias — do Afeganistão ao Zimbábue. Os dados estão atualizados até 10 de junho de 2010.

Uma premissa fundamental do *Doing Business* é o fato de a atividade econômica exigir boas regras — regras que estabeleçam e esclareçam os direitos de propriedade e reduzam os custos de solução de controvérsias; regras que aumentem a previsibilidade das interações econômicas; e regras que proporcionem parceiros contratuais com certeza e proteção contra abuso. O objetivo é dispor de regulamentações destinadas a serem eficientes, acessíveis a todos e de simples implementação. O *Doing Business* atribui uma pontuação mais elevada em certas áreas para direitos de propriedade mais sólidos e proteção do investidor, tais como requisitos mais rigorosos de divulgação de transações relacionadas com outras partes.

O *Doing Business* adota a perspectiva de empresas nacionais, principalmente as menores, e mede as regulamentações aplicáveis a elas durante todo o seu ciclo de vida. As economias são classificadas em 9 áreas de regulamentação — abertura de um negócio, obtenção de alvarás de construção, registro de propriedade, obtenção de crédito, proteção a investidores, pagamento de impostos, comércio internacional, cumprimento de contratos e fechamento de um negócio. Além disso, são apresentados dados referentes ao emprego de trabalhadores e a um conjunto de indicadores-piloto sobre obtenção de eletricidade.

O alcance do *Doing Business* é limitado. Não considera os custos e os benefícios da regulamentação da perspectiva da sociedade como um todo. Nem mede todos os aspectos do ambiente empresarial que sejam importantes para as empresas e investidores ou que afetem a competitividade de uma economia. Seu objetivo é simplesmente fornecer aos líderes empresariais e aos formuladores de políticas uma base de fatos para a formulação de políticas e proporcionar dados abertos para pesquisar como as regulamentações de negócios e instituições afetam resultados econômicos tais como produtividade, investimento, informalidade, corrupção, desemprego e pobreza.

Por meio de seus indicadores o *Doing Business* tem acompanhado as mudanças na regulamentação de negócios no mundo inteiro, registrando mais de 1.500 melhorias importantes desde 2004. Contra o pano de fundo da crise financeira e econômica global, os formuladores de políticas do mundo inteiro continuam a reformar a regulamentação de negócios empresariais, em certas áreas a um ritmo ainda mais acelerado do que antes. Esses esforços contínuos levam às seguintes perguntas: Qual tem sido o impacto? Como a regulamentação de negócios tem mudado no mundo inteiro — e como as mudanças têm afetado as empresas e as economias? O *Doing Business 2011* apresenta novos dados e conclusões orientados a essas perguntas. Baseando-se em uma série cronológica mais longa, o relatório introduz uma nova medição para ilustrar como o ambiente normativo para fazer negócios mudou em termos absolutos em cada economia em cinco anos desde a publicação do *Doing Business 2006*. Esta medição complementa a classificação agregada sobre a facilidade de fazer negócios, a qual relaciona o desempenho atual de cada economia com base nos indicadores com o de todas as outras economias constantes da amostra do *Doing Business*. As pesquisas beneficiam-se também da série cronológica mais longa e estudos sobre reformas normativas das empresas na América Latina, Leste Europeu e Ásia Central mostram certos resultados promissores.

Mas isto é apenas o começo. Os próximos anos serão empolgantes à medida que esta série cronológica crescente e outros conjuntos de dados emergentes possibilitarem aos pesquisadores e formuladores de políticas descobrir mais sobre o que funciona em matéria de regulamentação de negócios — como e por quê.

Desde seu lançamento em 2003, o *Doing Business* tem incentivado o debate sobre políticas por meio de seus dados e parâmetros referenciais, tanto ao expor desafios potenciais como ao identificar onde os formuladores de políticas podem procurar lições e boas práticas. Os governos comunicaram mais de 270 reformas de regulamentação de negócios inspiradas ou informadas pelo *Doing Business* desde 2003. A maioria estava incluída em programas mais amplos de reforma do clima de investimentos destinados a aumentar a competitividade econômica, tal como sucedeu na Colômbia, Quênia e Libéria. Na estruturação de seus programas de reforma para o ambiente de negócios, os governos usam múltiplas fontes de dados e indicadores. E os reformadores respondem a muitas partes envolvidas e grupos de interesse, todos eles trazendo questões e preocupações importantes para o debate da reforma. O diálogo do Grupo Banco Mundial com os governos sobre o clima de investimento tem por objetivo incentivar o uso crítico dos dados, formar o parecer, evitar um foco restrito à melhoria das classificações do *Doing Business* e encorajar reformas de base ampla que melhorem o clima de investimentos.

O *Doing Business* não seria possível sem a perícia e generosa colaboração de uma rede de mais de 8.200 especialistas locais, incluindo advogados, consultores empresariais, contadores, despachantes, autoridades públicas e outros profissionais que normalmente administram os requisitos jurídicos ou normativos relevantes ou assessoram neste assunto nas 183 economias analisadas. Em particular, a equipe do *Doing Business* deseja agradecer seus colaboradores globais: Allen & Overy LLP; Baker & McKenzie; Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP; Ius Laboris, Alliance of Labor, Employment, Benefits and Pensions Law Firms; KPMG; the Law Society of England and Wales; LexMundi, Association of Independent Law Firms; Noronha Advogados; Panalpina; Price waterhouse Coopers; Price waterhouse Coopers Legal Services; Russell Bedford International; SDV International Logistics; e Toboc Inc.

No ano passado o projeto também se beneficiou do assessoramento e colaboração de governos e formuladores de políticas do mundo inteiro. Em particular, a equipe deseja agradecer aos Governos de Burkina Faso, Colômbia, República Árabe do Egito, República da Coreia, ex-República Iugoslava da Macedônia, México, Portugal e Ruanda pelo fornecimento de informações estatísticas sobre o impacto de reformas de regulamentação de negócios, bem como mais de 60 governos que contribuíram com informações detalhadas sobre reformas de regulamentações empresariais em 2009–2010.

Este volume foi produzido pela equipe do Grupo Banco Mundial. Esta deseja agradecer a todos os colegas dos departamentos e redes regionais do Grupo Banco Mundial por suas contribuições a este esforço.



Janamitra Devan
Vice-Presidente e Chefe da Rede
Desenvolvimento Financeiro
e do Setor Privado
Banco Mundial–Corporação Financeira
Internacional (IFC)

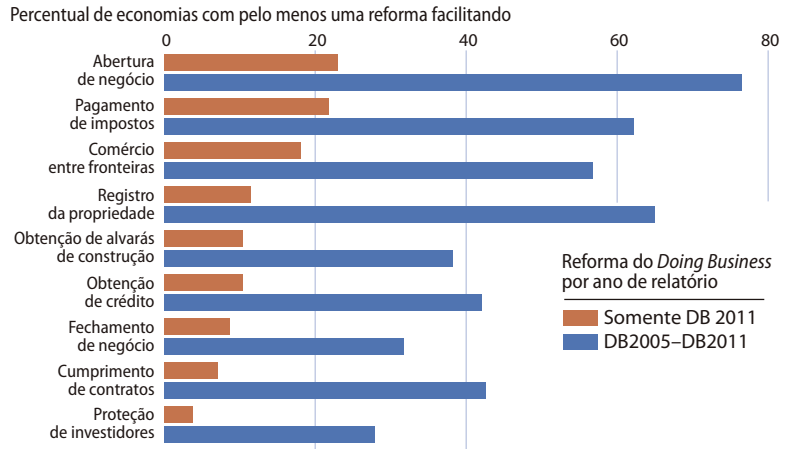
Resumo executivo

Contra o pano de fundo da crise financeira e econômica global, os formuladores de política no mundo inteiro tomaram medidas no ano passado para facilitar a abertura e funcionamento das firmas locais. Isso é importante. No período de 2009–2010 em todo o mundo as firmas sentiram a repercussão do que começou como uma crise financeira na maioria das economias de alta renda e, a seguir, espalhou-se como crise econômica e incerteza para muitas outras. Embora algumas economias tenham sido atingidas mais fortemente do que outras, o grau de facilidade ou dificuldade para criar e operar um negócio e o grau de eficiência de tribunais e ações judiciais de insolvência podem influenciar o modo como as firmas enfrentam crises e a rapidez com que podem aproveitar novas oportunidades.

De junho de 2009 a maio de 2010 os governos de 117 economias introduziram 216 reformas normativas tornando mais fácil começar e operar um negócio, fortalecer a transparência e os direitos de propriedade, bem como melhorando a eficiência da solução de controvérsias comerciais e procedimentos de falência. Mais da metade dessas mudanças de políticas facilitaram a abertura de novos negócios, o comércio e o pagamento de impostos (Figura 1.1).

Por meio de indicadores comparando 183 economias, o *Doing Business* lança luzes sobre o grau de facilidade ou dificuldade para um empresário local abrir e operar uma pequena a média empresa, cumprindo as normas pertinentes. Mede e acompanha mudanças nas regulamentações aplicáveis

FIGURA 1.1
Facilidade de abertura, pagamento de impostos e comércio mais populares em 2009–2010



Nota: nem todos os indicadores são incluídos durante todo o período. Pagamento de impostos, comércio entre fronteiras, obtenção de alvarás de construção e proteção de investidores foram introduzidos no *Doing Business* 2006.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

a empresas nacionais, principalmente as menores, durante seu ciclo de vida, desde sua abertura até o seu fechamento. Os resultados têm estimulado debates sobre políticas em mais de 80 economias e permitiram o crescimento de pesquisas sobre como regulamentos no nível empresarial relacionam-se com os resultados econômicos¹ nas diferentes economias. Uma premissa fundamental do *Doing Business* é que a atividade

econômica requer boa regulamentação, transparente e acessível a todos.

O *Doing Business* não cobre todos os fatores relevantes aos negócios. Por exemplo, não avalia as condições macroeconômicas, a infraestrutura, as aptidões da força de trabalho ou a segurança. Nem avalia as regulamentações do mercado ou a força dos sistemas financeiros para a compreensão de algumas das causas subjacentes da crise financeira.

BOX 1.1

Medindo a regulamentação durante todo o ciclo de vida de uma empresa

A classificação agregada deste ano sobre a facilidade de se fazer negócios baseia-se em conjuntos de indicadores que medem e referenciam normas que afetam nove áreas no ciclo de vida de um negócio: abertura do negócio; obtenção de alvarás de construção; registro de uma propriedade; obtenção de crédito; proteção de investidores; pagamento de impostos; comércio internacional; cumprimento de contratos; e fechamento de um negócio. O *Doing Business* também examina regulamentações sobre o emprego de trabalhadores e, como nova iniciativa, obtenção de eletricidade (nenhuma das quais está incluída na classificação agregada deste ano).¹

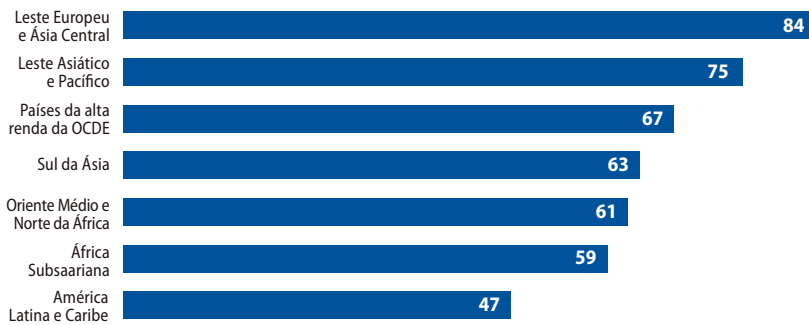
O *Doing Business* abrange dois tipos de dados e indicadores. “Indicadores de pontuação legal”, tais como proteções ao investidor e direitos legais de mutuários e mutuantes, proporcionam uma medição das disposições jurídicas constantes das leis e regulamentações que figuram nos livros. O *Doing Business* atribui uma pontuação mais elevada para direitos de propriedade e proteção aos investidores mais fortes, tais como requisitos mais rigorosos na divulgação de transações com partes relacionadas. Os “indicadores de tempo e movimento”, tais como o de abertura de um negócio, registro de propriedade e obtenção de alvarás de construção medem a eficiência e a complexidade para se atingir uma meta normativa registrando os procedimentos, o tempo e o custo para concluir uma transação em conformidade com todas as regulamentações pertinentes do ponto de vista do empresário. Qualquer interação da empresa com partes externas, tais como órgãos governamentais, é contada como um procedimento. As estimativas de custo são registradas com base nos cronogramas oficiais de taxas, quando aplicável. Para obter uma explicação detalhada da metodologia do *Doing Business*, favor consultar as Notas de Dados.

1. A metodologia inerente aos indicadores referentes a emprego de trabalhadores está sendo aprimorada em consulta com os especialistas e demais interessados. Os indicadores de obtenção da eletricidade são um conjunto de dados-piloto. (Para obter mais detalhes favor consultar os anexos referentes a esses conjuntos de indicadores.) As classificações agregadas publicadas no relatório *Doing Business 2010* basearam-se em 10 conjuntos de indicadores e, portanto, não são comparáveis. Classificações comparáveis, baseadas em nove tópicos do ano passado e deste ano figuram na Tabela 1.2 e no website do *Doing Business* (<http://www.doingbusiness.org>).

FIGURA 1.2

Setenta e cinco por cento das economias no Leste da Ásia e no Pacífico reformaram a regulamentação de negócios em 2009–2010

Parcela de economias com pelo menos uma reforma tornando mais fácil fazer negócios (%)



Fonte: Banco de dados do Doing Business.

Mas onde a regulamentação das empresas é transparente e eficiente, há menor probabilidade de as oportunidades se basearem em conexões pessoais ou privilégios especiais e provavelmente haverá mais atividade econômica na economia formal, onde poderá estar sujeito a regulamentações benéficas e à tributação. Desde 2003, quando teve início o projeto *Doing Business*, os formuladores de políticas em mais de 75% das economias mundiais tornaram mais fácil abrir um negócio no setor formal. Um estudo recente utilizando dados recolhidos de registros de empresas em 100 economias durante oito anos revelou que as economias com sistemas eficientes de registro de empresas têm, em média, uma taxa mais alta de abertura de empresas e maior volume de negócios.²

Em última análise, isso refere-se a pessoas. A crise econômica tornou mais importante do que nunca criar novos empregos e preservar os existentes. À medida que o número de pessoas desempregadas atingiu 212 milhões em 2009, 34 milhões mais do que no início da crise em 2007,³ a criação de empregos tornou-se primeira prioridade para os formuladores de políticas no mundo inteiro. Com orçamentos públicos mais rígidos como resultado dos pacotes de incentivo e contratação de receitas fiscais, os governos precisam agora fazer mais com menos. Portanto, é vital liberar o potencial de criação de empregos das pequenas empresas privadas.

As pequenas e médias empresas realmente têm um grande potencial para

criação de empregos. São responsáveis por cerca de 95% das firmas e por 60% a 70% dos empregos nas economias de alta renda da OCDE e por 60% a 80% dos empregos em economias como a do Chile, China, África do Sul e Tailândia.⁴ Faz sentido que os formuladores de políticas ajudem essas empresas a crescer. Melhorar seu ambiente normativo é uma forma de apoiá-las.

Consideremos o caso da Bedi Limited, um fábrica de roupas de Nakuru, no Quênia.⁵ Depois de passar 18 meses tentando conseguir um pedido experimental de itens escolares da Tesco, uma das maiores cadeias a varejo do Reino Unido, a Bedi perdeu a oportunidade de tornar-se parte de sua cadeia global de suprimento. A Bedi tinha tudo muito bem planejado para cumprir a data de entrega marcada para julho. Mas as mercadorias ficaram paradas no porto. Quando chegaram ao Reino Unido em agosto, era demasiadamente tarde. A promoção de volta à escola tinha terminado. As mudanças nas regulamentações e procedimentos podem ajudar a melhorar o ambiente global de logística comercial, possibilitando às empresas como a Bedi aproveitar essas oportunidades de crescimento.

QUAIS FORAM AS TENDÊNCIAS EM 2009/2010?

No ano passado variaram em todas as regiões as prioridades dos formuladores de políticas que procuram melhorar o ambiente normativo dos negócios.

RESPOSTA RÁPIDA À CRISE

A crise global provou importantes reformas jurídicas e institucionais em 2009/2010. Enfrentando um número crescente de insolvências e ações de cobrança de dívidas, 16 economias, a maior parte da Europa Oriental e Ásia Central e no grupo de alta renda da OCDE, reformaram seus regimes de insolvência, incluindo a Bélgica, República Tcheca, Hungria, Japão, República da Coreia, Romênia, Espanha, Reino Unido e países bálticos.⁶ Especialmente em épocas de dificuldades econômicas são necessários tribunais e procedimentos de falência eficientes, a fim de assegurar que os ativos sejam realocados rapidamente e não fiquem parados aguardando os tribunais. A maioria das reformas nesta área focou na melhoria ou na introdução de procedimentos de reorganização de empresas, a fim de assegurar que as firmas viáveis continuem a operar. Antes era comum ver firmas em muitas economias da Europa Oriental e Ásia Central serem liquidadas mesmo se ainda estivessem viáveis. Não é de surpreender que a taxa média de recuperação na região, segundo calculada pelo *Doing Business*, seja US\$ 0,33 por dólar. Nas economias de alta renda da OCDE a média atinge US\$ 0,69.

Ação rápida tem sido o nome do jogo na Europa Ocidental e na Ásia Central. Os formuladores de políticas da região têm-se empenhado ativamente na implementação de reformas das regulamentações empresariais conforme medidas pelo *Doing Business* desde 2004. Neste último ano não foi diferente: 21 das 25 economias (84%) reformaram as regulamentações empresariais. Além

TABELA 1.1

Economias que tiveram o melhor desempenho em cada um dos tópicos do Doing Business em 2009–2010

Abertura de empresas	Peru
Obtenção de alvarás de construção	Congo, Rep. Dem.
Registro da propriedade	Samoa
Obtenção de crédito	Gana
Proteção dos investidores	Suazilândia
Pagamento de impostos	Tunísia
Comércio através das fronteiras	Peru
Cumprimento de contratos	Malauí
Fechamento de empresa	República Tcheca

Fonte: Banco de dados do Doing Business.

das melhorias nos procedimentos de insolvência, a facilitação a abertura de firmas e do pagamento de impostos também foram medidas populares — mais de um terço das economias da região introduziram mudanças em cada uma dessas áreas. Menos ocorreu em outras áreas, tais como sistemas de informação de crédito. No entanto, graças a 36 reformas nesta área desde 2004, esses sistemas já estão mais bem desenvolvidos. A cobertura média aumentou de 3% da população adulta para 30%.

ECONOMIAS NO LESTE ASIÁTICO E PACÍFICO CAMINHAM A PASSOS LARGOS

Pela primeira vez nos oito anos de relatórios *Doing Business* as economias do Leste Asiático e Pacífico figuravam entre as mais ativas em facilitar às firmas locais fazer negócios. Dezoito das 24 economias reformaram as regulamentações empresariais e as instituições — mais do que em qualquer outro ano. O ritmo das reformas do *Doing Business* vem aumentando de forma constante desde 2006, quando apenas um terço das economias da região tinham implementado tais reformas. No passado 75% o fizeram (Figura 1.2).

Economias de mercado emergente, tais como a Indonésia, Malásia e Vietnã, assumiram a liderança, facilitando a abertura, alvará e registro de propriedade para pequenas e médias empresas e melhorando o intercâmbio de informação creditícia. Hong Kong RAE (China), depois de presenciar o aumento de pedidos de falência de 10.918 em 2007 para 15.784 em 2009, está procurando introduzir um novo procedimento de reorganização.

O impulso na região poderá continuar. Recentemente líderes da organização Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) lançaram uma iniciativa destinada a facilitar às pequenas e médias empresas a fazer negócios por meio do aprendizado sistemático entre pares e assistência a todas as economias. A ideia é que as economias da região, que se beneficiaram do fato de ser mais fácil fazer negócios, podem agora compartilhar suas experiências com outros. O Serviço Alfandegário da Coreia, por exemplo, estima que o tempo previsto de processamento de cargas e a rápida rotatividade entre os portos oferecem

um benefício de cerca de US\$ 2 bilhões por ano. O sistema de registro on-line de Cingapura para novas firmas economiza às empresas cerca de US\$ 42 milhões por ano.⁷ Utilizando pesquisas sobre as firmas, os planejadores identificaram cinco áreas prioritárias da iniciativa da APEC: abertura de empresas, obtenção de crédito, comércio internacional, cumprimento de contratos e obtenção de alvarás de construção. A meta é melhorar o desempenho normativo nessas áreas em 25% até 2015. As pequenas ilhas do Pacífico, que enfrentam desafios especiais, também têm sido ativas e têm conseguido obter apoio dos doadores.

FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO É POPULAR NA ÁFRICA E NO ORIENTE MÉDIO

Cerca da metade de todas as reformas de facilitação do comércio em 2009–2010 ocorreram na África Subsaariana (9) e no Oriente Médio e Norte da África (6). Várias foram motivadas pela integração regional. Alguns desses esforços utilizaram iniciativas existentes, tais como a da União de Alfândegas Sul-Africanas. No África Oriental controles fronteiriços individuais aceleraram o cruzamento entre Ruanda e Uganda. Diferentes sistemas de dados eletrônicos ainda são usados pelas autoridades alfandegárias no Quênia, Tanzânia e Uganda. No entanto, estão sendo envidados esforços no sentido de criar uma única interface entre esses sistemas. Em termos gerais, 27 das 46 economias da África Subsaariana implementaram reformas do *Doing Business*, totalizando 49.

No Oriente Médio e Norte da África 11 das 18 economias implementaram reformas das regulamentações empresariais, totalizando 22. Seis modernizaram os procedimentos alfandegários e uma infraestrutura portuária para facilitar o comércio e conformar-se aos padrões internacionais. Entre elas figuram Bahrain, a República Árabe do Egito e os Emirados Árabes Unidos.

AUMENTA NO MUNDO INTEIRO O NÚMERO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS BASEADOS NO RISCO

Nas economias do mundo inteiro, independentemente do local e do nível de renda, os formuladores de políticas adotaram tecnologia para tornar mais

fácil fazer negócios, reduzir os custos das transações e aumentar a transparência. Na América Latina e no Caribe, onde apenas 47% das economias implementaram reformas de regulamentação de negócios no ano passado, 23 das 25 reformas simplificaram os processos administrativos. Muitos fizeram isso introduzindo procedimentos on-line ou sincronizando as operações de diferentes órgãos por meio de sistemas eletrônicos. Nestes sentido o Brasil, Chile, Equador e México simplificaram a abertura de negócios; a Colômbia facilitou a obtenção de alvarás de construção; e na Nicarágua tornou-se mais fácil o comércio internacional.

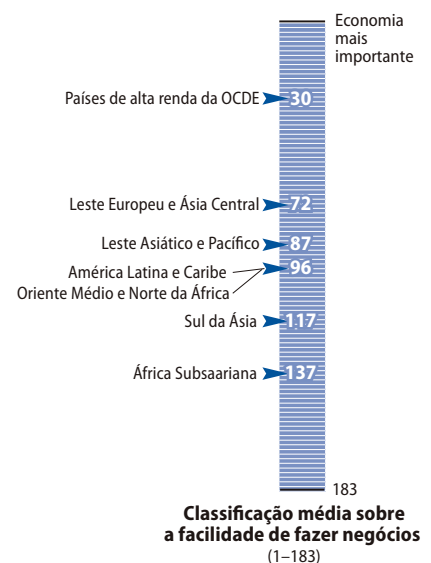
No Sul da Ásia, onde 5 de 8 economias introduziram mudanças (7 no total), a Índia continuou a melhorar seu sistema de registro eletrônico para novas firmas permitindo o pagamento on-line de taxas de selo. Em toda a Europa Oriental a implementação das regulamentações da União Europeia incentivando sistemas eletrônicos provocou mudanças como a prática de sistemas alfandegários eletrônicos na Letônia e na Lituânia.

ONDE É MAIS FÁCIL FAZER NEGÓCIOS?

Em termos globais, fazer negócios continua muito mais fácil nas economias de alta renda da OCDE. Os lugares mais

FIGURA 1.3

Que regiões têm o ambiente de negócios mais propícias no *Doing Business*?



Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

TABELA 1.2

Classificações sobre a facilidade de fazer negócios

DB2011 CLASSIFICAÇÃO	DB2010 CLASSIFICAÇÃO	ECONOMIA	DB2011 REFORMAS	DB2011 CLASSIFICAÇÃO	DB2010 CLASSIFICAÇÃO	ECONOMIA	DB2011 REFORMAS	DB2011 CLASSIFICAÇÃO	DB2010 CLASSIFICAÇÃO	ECONOMIA	DB2011 REFORMAS
1	1	Cingapura	0	62	61	Fiji	1	123	116	Federação Russa	2
2	2	Hong Kong SAR, China	2	63	82	República Tcheca	2	124	122	Uruguai	1
3	3	Nova Zelândia	1	64	56	Antígua e Barbuda	0	125	121	Costa Rica	0
4	4	Reino Unido	2	65	60	Turquia	0	126	130	Moçambique	1
5	5	Estados Unidos	0	66	65	Montenegro	3	127	124	Brasil	1
6	6	Dinamarca	2	67	77	Gana	2	128	125	Tanzânia	0
7	9	Canadá	2	68	64	Bielorrússia	4	129	131	República Islâmica do Irã	3
8	7	Noruega	0	69	68	Namíbia	0	130	127	Equador	1
9	8	Irlanda	0	70	73	Polónia	1	131	128	Honduras	0
10	10	Austrália	0	71	66	Tonga	1	132	142	Cabo Verde	3
11	12	Arábia Saudita	4	72	62	Panamá	2	133	132	Malauí	2
12	13	Geórgia	4	73	63	Mongólia	0	134	135	Índia	2
13	11	Finlândia	0	74	69	Kuwait	0	135	133	Cisjordânia e Gaza	1
14	18	Suécia	3	75	72	São Vicente e Grenadinas	0	136	136	Argélia	0
15	14	Islândia	0	76	84	Zâmbia	3	137	134	Nigéria	0
16	15	República da Coreia	1	77	71	Bahamas	0	138	137	Lesoto	0
17	17	Estônia	3	78	88	Vietnã	3	139	149	Tajiquistão	3
18	19	Japão	1	79	78	China	1	140	138	Madagascar	2
19	16	Tailândia	1	80	76	Itália	1	141	139	Fed. da Micronésia Sts.	0
20	20	Maurício	1	81	79	Jamaica	1	142	140	Butão	1
21	23	Malásia	3	82	81	Albânia	1	143	143	Serra Leoa	3
22	21	Alemanha	1	83	75	Paquistão	1	144	144	República Árabe da Síria	3
23	26	Lituânia	5	84	89	Croácia	2	145	147	Ucrânia	3
24	27	Letônia	2	85	96	Maldivas	1	146	141	Gâmbia	0
25	22	Bélgica	1	86	80	El Salvador	0	147	145	Camboja	1
26	28	França	0	87	83	Saint Kitts e Nevis	0	148	146	Filipinas	2
27	24	Suíça	0	88	85	Dominica	0	149	148	Bolívia	0
28	25	Bahrain	1	89	90	Sérvia	1	150	150	Uzbequistão	0
29	30	Israel	1	90	87	Moldávia	1	151	154	Burkina Faso	4
30	29	Holanda	1	91	86	República Dominicana	0	152	151	Senegal	0
31	33	Portugal	2	92	98	Granada	3	153	155	Mali	3
32	31	Áustria	1	93	91	Kiribati	0	154	153	Sudão	0
33	34	Taiwan, China	2	94	99	República Árabe do Egito	2	155	152	Libéria	0
34	32	África do Sul	0	95	92	Seicheles	1	156	158	Gabão	0
35	41	México	2	96	106	Ilhas Salomão	1	157	156	Zimbabuê	3
36	46	Peru	4	97	95	Trinidad e Tobago	0	158	157	Djibuti	0
37	35	Chipre	0	98	94	Quênia	2	159	159	Comores	0
38	36	Macedônia, FYR	2	99	93	Belize	0	160	162	Togo	0
39	38	Colômbia	1	100	101	Guiana	3	161	160	Suriname	0
40	37	Emirados Árabes Unidos	2	101	100	Guatemala	0	162	163	Haiti	1
41	40	República Eslovaca	0	102	102	Sri Lanka	0	163	164	Angola	1
42	43	Eslovênia	3	103	108	Papua Nova Guiné	1	164	161	Guiné Equatorial	0
43	53	Chile	2	104	103	Etiópia	1	165	167	Mauritânia	0
44	47	República do Quirguistão	1	105	104	República do Iêmen	0	166	166	Iraque	0
45	42	Luxemburgo	1	106	105	Paraguai	1	167	165	Afeganistão	0
46	52	Hungria	4	107	111	Bangladesh	2	168	173	Camarões	1
47	49	Porto Rico	0	108	123	Ilhas Marshall	1	169	168	Costa do Marfim	1
48	44	Armênia	1	109	97	Grécia	0	170	172	Benin	1
49	48	Espanha	3	110	110	Bósnia-Herzegovina	2	171	169	Rep. Dem. Pop. do Laos	1
50	39	Qatar	0	111	107	Jordânia	2	172	170	Rep. Bol. da Venezuela	1
51	51	Bulgária	2	112	117	Brunei Darussalam	3	173	171	Níger	1
52	50	Botsuana	0	113	109	Líbano	1	174	174	Timor-Leste	1
53	45	Santa Lúcia	0	114	114	Marrocos	1	175	179	Rep. Dem. do Congo Nota:	3
54	55	Azerbaijão	2	115	113	Argentina	0	176	175	Guiné-Bissau	1
55	58	Tunísia	2	116	112	Nepal	0	177	177	Rep. do Congo	1
56	54	Romênia	2	117	119	Nicarágua	1	178	176	São Tomé e Príncipe	1
57	57	Omã	0	118	126	Suazilândia	2	179	178	Guiné	0
58	70	Ruanda	3	119	118	Kosovo	0	180	180	Eritreia	0
59	74	Cazaquistão	4	120	120	Palau	0	181	181	Burundi	1
60	59	Vanuatu	0	121	115	Indonésia	3	182	182	República Centro-Africana	0
61	67	Samoa	1	122	129	Uganda	2	183	183	Chade	0

Nota: As classificações para todas as economias são referenciadas a junho de 2010 e indicadas nas tabelas dos países. As classificações sobre a facilidade de se fazer negócios constituem a média das classificações da economia nos 9 tópicos (ver Box 1.1). As classificações do ano passado, mostradas em itálico, foram reajustadas; baseiam-se nos mesmos 9 tópicos e refletem correções de dados. O número de reformas na regulamentação de negócios inclui todas as medidas que tornam mais fácil fazer negócios.

Fonte: Banco de dados do Doing Business.

difíceis são a África Subsaariana e o Sul da Ásia e as proteções das propriedades são as mais fracas em todas as 9 áreas de regulamentação de negócios incluídas na classificação deste ano sobre a facilidade de se fazer negócios (Figura 1.3).

Neste ano Cingapura mantém o primeiro lugar na facilidade de se fazer negócios, seguida de Hong Kong RAE (China), Nova Zelândia, Reino Unido, Estados Unidos, Dinamarca, Canadá, Noruega, Irlanda e Austrália (Tabela 1.2) A mudança continuou nos níveis mais altos. Entre as 25 economias, 18 tornaram mais fácil fazer negócios no ano passado. No grupo das 25 primeiras, a Suécia foi a que melhorou no índice de facilidade de se fazer negócios, passando de 18 para 14 na classificação. Reduziu o requisito de capital mínimo para a abertura de negócios, agilizou o registro de propriedade e reforçou as proteções aos investidores aumentando os requisitos de divulgação corporativa e regulamentando a aprovação de transações entre partes interessadas.

As economias onde é mais fácil fazer negócios com frequência têm iniciativas avançadas de e-government. O e-government foi lançado na década de 1980 e as economias com sistemas bem desenvolvidos continuam a melhorá-los. Em 2008 Hong Kong RAE (China) e Cingapura transformaram seus serviços centralizados para obtenção de alvarás em sistema on-line. A Dinamarca acaba de

introduzir um novo sistema automatizado de registro de terras. O Reino Unido introduziu recentemente a declaração on-line em tribunais comerciais.

As principais economias frequentemente utilizam sistemas baseados no risco para focar seus recursos onde são mais necessários, tais como a supervisão de projetos complexos de construção. A Alemanha e Cingapura figuram entre as 85 economias que utilizam processos acelerados de solicitação de alvarás para pequenos prédios comerciais.

Finalmente, essas economias tendem a responsabilizar os funcionários públicos por meio de sistemas baseados no desempenho. A Austrália, Cingapura e Estados Unidos utilizam medidas de desempenho no judiciário desde os fins da década de 1990. A Malásia introduziu o índice de desempenho para juízes em 2009. As taxas de despacho de casos já estão melhorando.

OUTRAS FORMAS DE ACOMPANHAR A MUDANÇA NA REGULAMENTAÇÃO DE NEGÓCIOS

Todo ano o *Doing Business* identifica 10 economias que mais melhoraram em matéria de facilidade de se fazer negócios no ano anterior e introduziram mudanças de políticas em três ou mais áreas. No ano passado o Cazaquistão assumiu a liderança (Tabela 1.3). O Cazaquistão mudou sua lei

de empresas e introduziu regulamentações para agilizar a abertura de empresa e reduzir o requisito de capital mínimo para 100 tenge (US\$ 0,70). Tornou a obtenção de alvarás de construção menos onerosa introduzindo em 2009 várias novas regulamentações de construção, um novo serviço centralizado para formalidades relacionadas com a construção e um sistema baseado no risco para aprovações de alvarás. Os comerciantes beneficiam-se de melhorias ao sistema automatizado de informação alfandegária e aos sistemas baseados no risco. Vários documentos relacionados ao comércio, tais como conhecimento de carga, podem agora ser apresentados on-line e as declarações alfandegárias podem ser enviadas antes da chegada da carga. Esforços de modernização, já em andamento há vários anos, também incluem um sistema de gestão de risco para controlar mercadorias que atravessam a fronteira nacional e um sistema moderno de inspeção (TC-SCAN) no ponto de cruzamento da fronteira em comum com a China. Como resultado, o tempo de exportação caiu para 8 dias, o tempo de importação para 9 dias e o número de documentos requeridos para comerciar para 1. O Cazaquistão também aumentou os requisitos jurídicos para divulgação de transações com partes relacionadas. Graças a emendas na lei societária, as empresas devem descrever em seu relatório anual transações que envolvem conflitos de interesse.

TABELA 1.3

As 10 economias que mais melhoraram em matéria de facilitação de negócios em 2009–2010

Economia	Abertura de um negócio	Obtenção de alvarás de construção	Registro da propriedade	Obtenção de crédito	Proteção de investidores	Pagamento de impostos	Comércio internacional	Cumprimento de contratos	Fechamento de um negócio
Cazaquistão	✓	✓			✓		✓		
Ruanda		✓		✓			✓		
Peru	✓	✓	✓				✓		
Vietnã	✓	✓		✓					
Cabo Verde	✓		✓			✓			
Tajiquistão	✓				✓	✓			
Zâmbia	✓						✓	✓	
Hungria		✓	✓			✓			✓
Granada	✓		✓				✓		
Brunei Darussalam	✓					✓	✓		

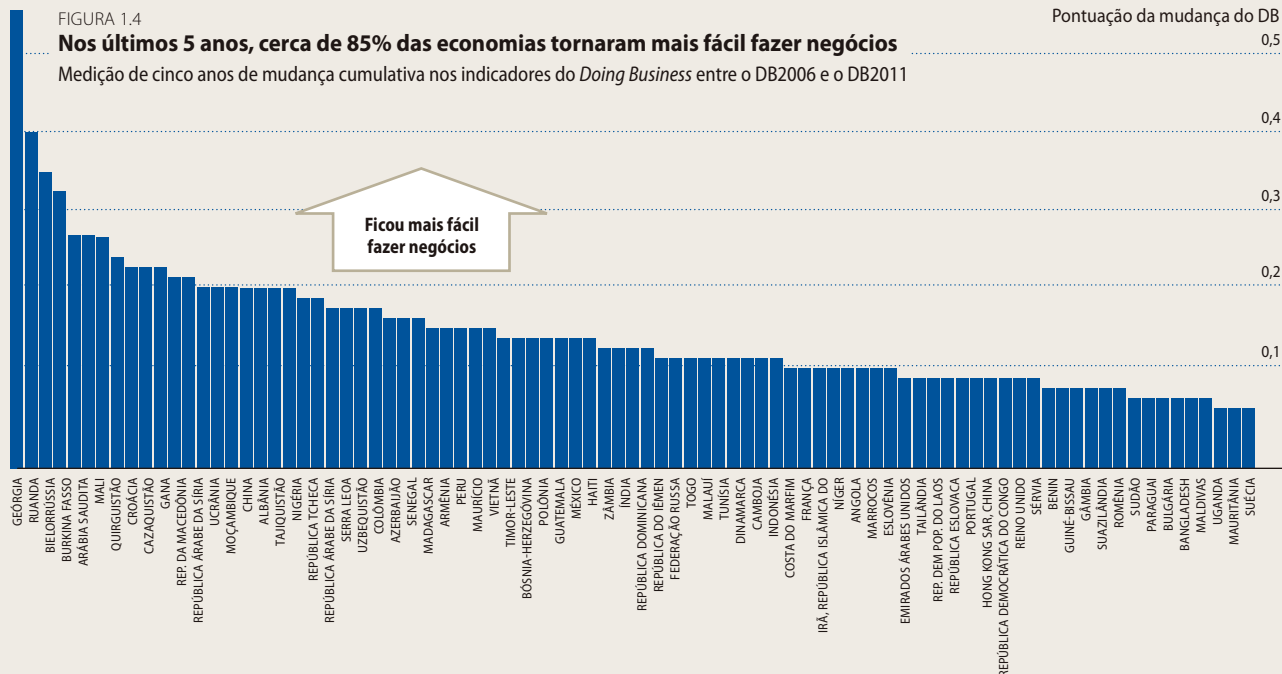
Nota: As economias são classificadas de acordo com o número e impacto das reformas. Primeiro o *Doing Business* seleciona as economias que implementaram reformas em 3 ou mais dos 9 tópicos incluídos na classificação agregada deste ano, tornando mais fácil fazer negócios (consultar box 1.1) Em seguida, classifica essas economias de acordo com o aumento da sua classificação no tocante à facilidade de fazer negócios em comparação com o ano anterior. Quanto maior a melhoria, mais alta a classificação como reformador.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

FIGURA 1.4

Nos últimos 5 anos, cerca de 85% das economias tornaram mais fácil fazer negóciosMedição de cinco anos de mudança cumulativa nos indicadores do *Doing Business* entre o DB2006 e o DB2011

Pontuação da mudança do DB



Nota: A mudança na pontuação do *Doing Business* ilustra o nível de mudança no ambiente normativo para empresários locais, segundo medido pelos 9 indicadores do *Doing Business* estabelecidos no período de 5 anos. A pontuação da mudança do DB deste ano varia de 0,1 a 0,54. Mais detalhes sobre como é formulada a pontuação da mudança usada no *Doing Business* podem ser consultados nas Notas de Dados.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

O segundo lugar deste ano coube à Ruanda, seguida do Peru, Vietnã, Cabo Verde, Tadjiquistão, Zâmbia, Hungria, Grenada, e Brunei Darussalam.

Movimentações anuais nas classificações podem oferecer às firmas uma certa indicação de mudanças no ambiente normativo das firmas, mas são sempre relativas. A classificação de uma economia pode mudar devido ao desenvolvimento de outras economias. Além disso, mudanças de ano para ano nas classificações não refletem como o ambiente normativo de negócios em uma economia mudou com o tempo.

Para ilustrar como o ambiente normativo, segundo medido pelo *Doing Business*, mudou nas economias com o tempo, neste ano o *Doing Business* introduziu uma nova medida. A pontuação de Mudanças do *Doing Business* oferece uma medição de 5 anos do modo como as regulamentações de negócios mudaram em 174 economias.⁸ Reflete todas as mudanças na regulamentação de negócios de uma economia segundo medidas pelos indicadores do *Doing Business* — tais como a redução no tempo de abertura de um negócio graças a um serviço centralizado ou ao aumento da solidez do índice de

proteção ao investidor graças às novas normas da bolsa de valores que reforçam os requisitos de divulgação no caso de transações com partes relacionadas. As conclusões são encorajadoras: em cerca de 85% das 174 economias, é mais fácil de se fazer negócios para firmas locais (Figura 1.4).

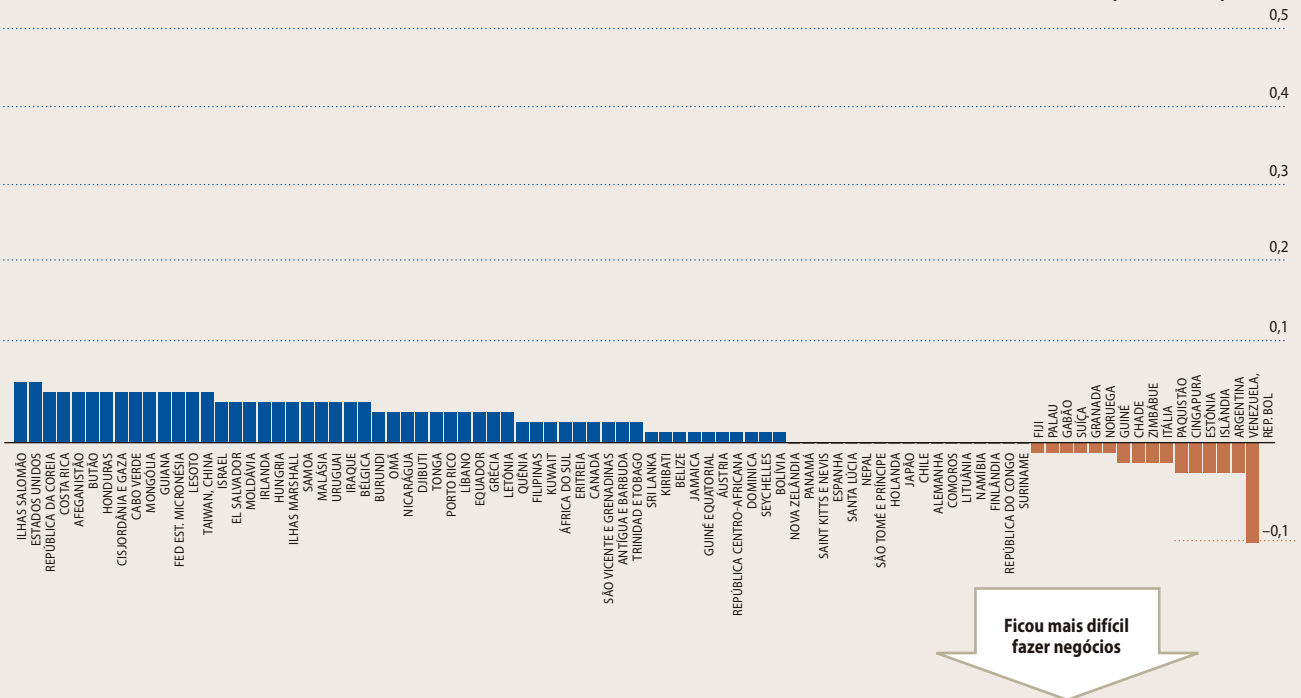
As 10 economias que mais progrediram para tornar seu ambiente normativo mais favorável aos negócios são a Geórgia, Ruanda, Bielorrússia, Burkina Faso, Arábia Saudita, Mali, República do Quirguistão, Croácia, Cazaquistão e Gana. Todos implementaram mais de uma dezena de reformas do *Doing Business* no período de cinco anos. Várias economias — incluindo a Geórgia, Ruanda, Bielorrússia, Burkina Faso, República do Quirguistão, Croácia e Cazaquistão — também foram reconhecidas como os 10 principais reformadores nos anos anteriores.

Ruanda, por exemplo, foi reconhecida no ano passado. A melhoria cumulativa nos últimos cinco anos mostra que não se trata de um esforço ocorrido apenas uma vez e que as mudanças introduzidas foram substanciais. Desde 2005 Ruanda implementou 22 regulamentações de negócios nas áreas medidas pelo *Doing*

Business. Resultados aparentes no campo. Em 2005 abrir um negócio em Ruanda requeria 9 procedimentos e custava 223% da renda per capita. Hoje os empresários podem registrar um novo negócio em 3 dias, pagando as taxas oficiais de 8,9% da renda per capita. Em 2008 mais de 3.000 empresários aproveitaram o processo eficiente, um aumento com relação à média anual de 700 nos anos anteriores. Registrar uma propriedade em 2005 levava mais de 1 ano (371 dias) e as taxas de transferência elevavam-se a 9,8% do valor da propriedade. Hoje o processo leva 2 meses e custa 0,4% do valor. Uma nova lei societária adotada em 2009 reforçou as proteções aos investidores mediante o requisito de maior divulgação corporativa, aumento da responsabilidade dos diretores e melhoria do acesso dos acionistas à informação.

Outras economias, como Gana e Mali, assumiram um enfoque estável, melhorando o ambiente de negócios durante vários anos. Gana implementou medidas em 6 áreas. Criou seu primeiro serviço de crédito, automatizou o registro de empresas e reformulou totalmente seu sistema de registro da propriedade, passado de um sistema de escrituras

Pontuação da mudança do DB



para o sistema de registro de títulos. Essa reforma plurianual reduziu o tempo de transferência da propriedade de 24 semanas para 5. O Estado agora garante o título e sua autenticidade. As reformas normativas no Mali intensificaram-se nos últimos anos. Realizações importantes incluem reformas alfandegárias, um novo serviço centralizado para abrir negócios e reformas do código de processo civil em 2009 que reforçaram proteções para acionistas minoritários e melhoraram os procedimentos (ainda prolongados) nos tribunais para solucionar controvérsias comerciais.

Algumas grandes economias emergentes no mercado também introduziram mudanças significativas a um ritmo constante. A China é um exemplo. Durante vários anos a China introduziu 14 mudanças de políticas, tornando mais fácil fazer negócios, afetando 9 áreas abrangidas pelo *Doing Business*. Em 2005 uma nova lei societária reduziu o que tinham sido os mais altos requisitos de capital mínimo de 1.236% da renda per capita para 118%. Em 2006 um novo registro de crédito começou a funcionar. Hoje 64% dos adultos têm um histórico de crédito. Em 2007, após 14 anos de

consulta, entrou em vigor uma nova lei de direitos de propriedade, oferecendo proteção igual tanto à propriedade pública como à privada e expandindo o alcance dos ativos que poderiam ser usados como garantia.

A Índia implementou 18 reformas de regulamentação de negócios em 7 áreas. Muitas focaram a tecnologia — implementando o registro eletrônico de negócios, declaração eletrônica de impostos, registro eletrônico de garantias e envio on-line de formulários e pagamentos alfandegários. Ocorreram mudanças também no nível subnacional. Na Índia, tal como em outros grandes países, as regulamentações de negócios podem variar entre estados e cidades. Embora o enfoque do *Doing Business* dá-se na maior cidade de negócios da economia, ele complementa seus indicadores nacionais com estudos subnacionais, reconhecendo o interesse dos governos nessas variações. De acordo com o *Doing Business* na Índia, 14 das 17 cidades indianas tratadas no estudo implementaram mudanças para facilitar a abertura de negócios, alvarás de construção e registro de propriedades de 2006 a 2009.⁹

O nível de mudança depende não somente do ritmo de reforma da regulamentação de negócios, mas também do ponto de partida. Por exemplo, a Finlândia ou Cingapura, que contam com sistemas de *e-government* eficientes e sólidas proteções de direitos de propriedade por lei, tem menos espaço para melhoria. Outros, como a Itália, implementaram várias reformas normativas em áreas onde os resultados somente poderão ser notados no longo prazo, tais como reformas do judiciário ou do processo de insolvência.

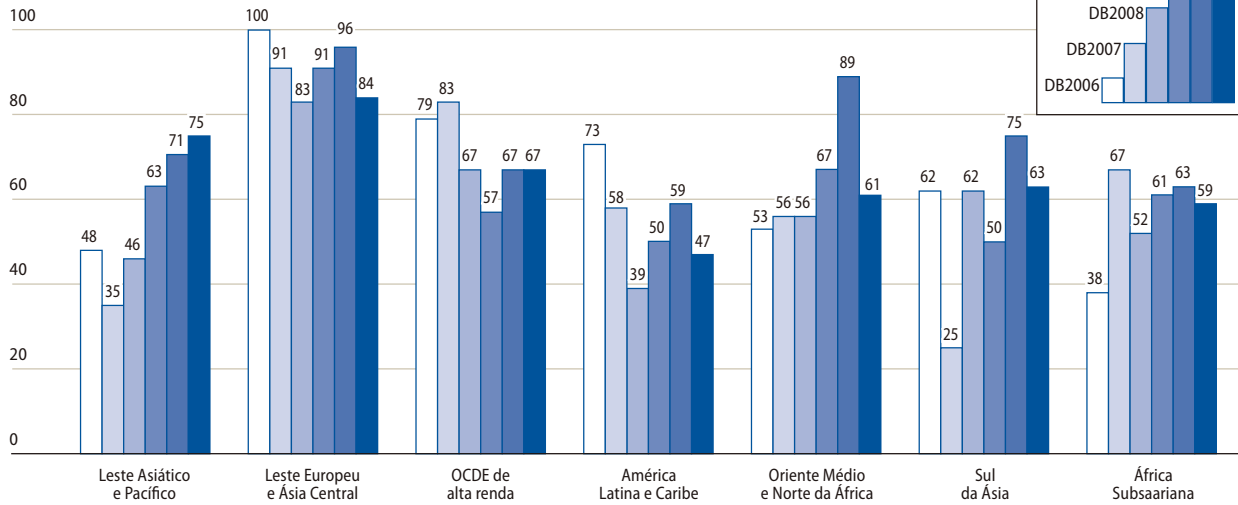
QUAL É O EFEITO SOBRE AS FIRMAS, EMPREGOS E CRESCIMENTO?

As classificações e a medição quinquenal da mudança cumulativa ainda são apenas indicativas. Poucos duvidariam do benefício de reduzir a burocracia nos negócios, especialmente para as pequenas e médias empresas. Mas como as reformas de regulamentação de negócios afetam o desempenho das firmas e como contribuem para os empregos e o crescimento? Um número crescente de pesquisas empíricas estabeleceu uma vinculação entre o ambiente normativo para empresas e

FIGURA 1.5

A Europa Oriental e a Ásia Central estabelecem um ritmo acelerado

Parcela de economias com pelo menos uma reforma do Doing Business que torna mais fácil fazer negócios por ano de relatório do Doing Business (%)



Nota: Diversas economias foram reclassificadas para o grupo de alta renda da OCDE e são tratadas como parte daquele grupo em todo o período: República Tcheca, Hungria e República Eslovaca no Leste Europeu e Ásia Central em 2008; Polónia e Eslovênia em 2010; e Israel no Oriente Médio e no Norte da África em 2010. Além disso, 15 outras economias foram acrescentadas à amostra entre o *Doing Business* 2006 e o *Doing Business* 2011.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

o nível de informalidade, emprego e crescimento em todas as economias.¹⁰ De maneira especial tem sido bem pesquisado o amplo impacto econômico da redução de barreiras à entrada. No entanto, correlação não significa causalidade. Outros fatores específicos dos países ou outras mudanças que ocorrem simultaneamente — tais como reformas macroeconômicas — talvez também tenham tido influência.

Como saber se a situação seria diferente sem a reforma das regulamentações? Alguns estudos conseguiram testar isso investigando variações no país com o correr do tempo, por exemplo, quando a Colômbia implementou uma reforma da lei de falências que agilizou os procedimentos de reorganização. Após a reforma, as firmas viáveis tinham maior probabilidade de serem reorganizadas do que liquidadas e melhorou a recuperação das firmas.¹¹ Outros estudos analisaram mudanças em políticas que afetaram somente certas firmas ou grupos. Utilizando o grupo não afetado como controle, concluíram que as reformas que facilitaram a abertura formal de empresas na Colômbia, Índia e México levaram a um aumento na entrada de novas firmas e à concorrência.¹² Graças à simplificação de formalidades municipais de registro para firmas no

México, o número de negócios registrados aumentou 5% e o emprego 2,8% nas indústrias afetadas.

Estão surgindo outros resultados promissores. Usando os dados do painel de pesquisas de empresas, novas pesquisas associam a reforma da regulamentação de negócios na Europa Oriental e na Ásia Central à melhoria do desempenho das empresas.¹³ Embora tais fatores como reformas macroeconômicas, melhorias tecnológicas e características das empresas possam também influenciar a produtividade, os resultados são promissores.

As economias da região têm sido muito ativas na melhoria da regulamentação de negócios nos últimos 6 anos, frequentemente em resposta a novas circunstâncias, tais como a perspectiva de unir-se à União Europeia ou, mais recentemente, a crise financeira (Figura 1.5). Cerca de 93% de suas economias facilitaram a abertura de empresas e 20 economias estabeleceram serviços centralizados. Abrir uma empresa na região é agora quase tão fácil como nas economias de alta renda da OCDE. Os benefícios imediatos para as empresas são frequentemente economia de custo e tempo. Na Geórgia uma pesquisa realizada em 2009 revelou que o novo centro de serviço de abertura

ajudou as empresas a economizar em média 3,25% dos lucros — e isso apenas nos serviços de registro. Para todas as empresas atendidas, a economia direta e indireta elevou-se a US\$ 7,2 milhões.¹⁴

ONDE ESTÃO AS OPORTUNIDADES NAS ECONOMIAS EM DESENVOLVIMENTO

Desde 2004 mais de 1.500 melhorias nas regulamentações de negócios foram registradas pelo *Doing Business* em 183 economias. Cada vez mais se estão beneficiando as firmas das economias em desenvolvimento. No ano passado cerca de 66% dessas economias tornaram mais fácil fazer negócios, um aumento com relação a apenas 34% deste grupo há seis anos. Resultados convincentes começam a aparecer, conforme ilustram Ruanda e Gana, e esses resultados têm inspirado outros.

São boas notícias, porque permanecem as oportunidades de reforma das regulamentações. Nas economias de baixa e média-baixa renda, os empresários e investidores continuam a enfrentar mais formalidades burocráticas e proteções mais fracas dos direitos de propriedade do que suas contrapartes nas economias de alta renda. A exportação, por exemplo,

BOX 1.2

Incentivando as mulheres nos negócios

As mulheres constituem mais de 50% da população do mundo, porém menos de 30% da força de trabalho em algumas economias. Isto representa um potencial inexplorado. Para os formuladores de políticas que procuram aumentar a participação das mulheres na economia, um bom lugar para começar é assegurar que as instituições e leis sejam acessíveis aos tipos de negócios e empregos a que atualmente se dedicam as mulheres.

Tomemos como exemplo os serviços de crédito. Com o advento das instituições de microfinanciamento na década de 1970, as mulheres de baixa renda em certas partes do mundo puderam ter acesso ao crédito pela primeira vez. Em 2006 mais de 3.330 instituições de microfinanciamento tinham atingido 133 milhões de clientes. Entre esses clientes 93 milhões tinham pertencido aos grupos mais pobres quando tomaram seus primeiros empréstimos e 85% dos mais pobres eram mulheres. Mas somente 42 dos 128 serviços de crédito do mundo atendem a instituições de microfinanciamento, limitando a capacidade de seus mutuários de estabelecer crédito. Um novo projeto do Grupo do Banco Mundial “Mulheres, Negócios e o Direito”, examina as discrepâncias como as acima mencionadas e as regulamentações que explicitamente diferenciam com base no gênero.¹

Uma análise recente de publicações existentes conclui, segundo se considera, que certos aspectos do ambiente normativo de negócios afetam de forma desproporcional as mulheres em suas decisões de se tornarem empresárias e em seu desempenho na direção de negócios formais. Obstáculos ao acesso das mulheres ao financiamento podem levá-las a se concentrarem em indústrias com baixa intensidade de capital, o que requer menos financiamento, mas também tem menos potencial de crescimento e desenvolvimento. Um possível obstáculo é o fato de as mulheres talvez oferecerem menos garantia física em termos de reputação do que os homens.²

As mulheres podem beneficiar-se de leis que facilitam o uso de ativos móveis, tais como equipamentos ou contas a receber como garantia de empréstimos. Embora com frequência as mulheres careçam de título legal do terreno ou do edifício que possam servir como garantia, há maior probabilidade de terem ativos móveis. No Sri Lanka as mulheres geralmente detêm a riqueza sob a forma de joias de ouro. Felizmente essa forma é aceita pelos bancos como garantia de empréstimos.³

As mulheres geralmente recorrem ao crédito informal, o que implica altos custos das transações. Segundo um estudo recente realizado em Gana, as mulheres, para garantir o crédito, investem tempo considerável para manter redes complexas de provedores informais de crédito.⁴

Segundo comprovado, a melhoria do acesso das firmas ao financiamento formal funciona, porque promove o empreendedorismo, inovação, melhor alocação de ativos e crescimento⁵ das firmas. Todos devem beneficiar-se, independentemente do gênero.

1. <http://wbi.worldbank.org/>.

2. Klapper and Parker (2010).

3. Pal (1997).

4. Schindler (2010).

5. Banco Mundial (2008).

requer 11 documentos na República do Congo mas apenas 2 na França. Abrir um negócio ainda custa 18 vezes mais na África Subsaariana do que nas economias de alta renda da OCDE (com relação à renda per capita). Muitas empresas nas economias em desenvolvimento poderão simplesmente optar por permanecer no setor informal. Aí carecem de acesso ao crédito e mercados formais de negócios e seus empregados recebem menos benefícios e nenhuma proteção. Globalmente, estima-se que 1,8 bilhão de pessoas estejam empregadas no setor informal, mais do que a cifra de 1,2 bilhão empregada no setor formal.¹⁵

Embora procedimentos demasiadamente complicados possam ser um obstáculo à atividade empresarial, o mesmo pode-se dizer da falta de instituições ou regulamentações que protegem os direitos de propriedade, aumentam a transparência e capacitam os empresários a usar seus ativos de forma eficiente. Quando as

instituições, tais como tribunais, registros de garantias e serviços de informação de crédito, são ineficientes ou inexistentes, os pobres talentosos e os empresários sem conexões, garantias ou histórico de crédito são os que correm o mais alto risco de perder.¹⁶ O mesmo ocorre com as mulheres, porque as instituições e regulamentações, tais como serviços de crédito e leis sobre garantia móvel apoiam os tipos de negócios tipicamente dirigidos por mulheres — pequenas empresas e indústrias de baixa intensidade de capital nos setores tanto formal como informal (Box 1.2).¹⁷

Hoje somente 1,3% dos adultos em economias de baixa renda são cobertos pelo serviço de crédito. Muitas micro, pequenas e médias empresas, que tipicamente têm 95% de seus ativos em propriedades móveis e não em imóveis, não podem utilizar esses ativos para levantar fundos para expandir seus negócios. Mas isso não ocorre em todos os lugares. Embora somente 35% das economias subsaarianas tenham leis

que incentivam o uso de todos os tipos de ativos como garantia, 71% do Leste Asiático e do Pacífico e 68% das economias de alta renda da OCDE carecem de registros de garantia centralizados que indiquem aos credores se os ativos já estão sujeitos ao direito de garantia de outro credor. Tudo isso oferece uma oportunidade de mudança que pode promover o crescimento de firmas e o emprego.

E O QUE MAIS?

O *Doing Business* mede a regulamentação de negócios da perspectiva das firmas locais e acompanha as mudanças com o passar do tempo desde 2003. Desde seu início o projeto introduziu cinco novos tópicos e acrescentou 50 economias à amostragem. No ano passado o *Doing Business* trabalhou em dois conjuntos de indicadores: um novo conjunto sobre obtenção de eletricidade e outro mais aprimorado sobre emprego de trabalhadores.¹⁸

BOX 1.3

Outros conjuntos de indicadores do Banco Mundial sobre regulamentações de negócios**Women, Business and the Law** (<http://wbl.worldbank.org/>)

Dados sobre diferenciação legal com base no gênero em 128 economias, cobrindo seis áreas.

Investing Across Borders (<http://iab.worldbank.org/>)

Dados sobre leis e regulamentações que afetam o investimento estrangeiro direto em 87 economias, cobrindo quatro áreas

Subnational Doing Business (<http://www.doingbusiness.org/Subnational/>)

Dados do *Doing Business* que comparam estados e cidades nas economias (41 estudos, cobrindo 299 cidades)

World Bank Enterprise Surveys (<http://www.enterprisesurveys.org/>)

Dados comerciais sobre mais de 100.000 firmas em 125 economias, cobrindo uma ampla série de temas ambientais

IDENTIFICAÇÃO DE POSSIBILIDADES DE REFORMAS NORMATIVAS NA OBTENÇÃO DE ELETRICIDADE

De acordo com pesquisas de negócios feitas pelo Banco Mundial, gestores em 108 economias consideram a disponibilidade e confiabilidade da eletricidade como a segunda maior restrição à sua atividade comercial depois de acesso ao financiamento. Estudos têm demonstrado que um suprimento precário de energia elétrica prejudica a produtividade das firmas e os investimentos que fazem em sua capacidade de produção.¹⁹ Mas os serviços de eletricidade são importantes não somente para as empresas mas também figuram entre as áreas mais regulamentadas da atividade econômica. O *Doing Business* mede como essas regulamentações afetam as empresas quando procuram uma nova conexão. Os indicadores complementam dados sobre os níveis de acesso existentes fora do relatório do *Doing Business*, bem como outros dados sobre a disponibilidade e confiabilidade do suprimento de eletricidade e preços do consumo. Os novos dados permitem uma comparação objetiva dos procedimentos, do tempo e do custo para obter uma nova conexão elétrica em uma série ampla de economias. Algumas, como a Alemanha, Islândia e Tailândia, têm bom desempenho: uma empresa com demanda moderada de energia elétrica pode obter uma conexão em 40 dias ou menos. Mas na República Tcheca pode levar 279 dias, na Ucrânia 309 e na República do Quirguiz 337 dias.

A análise dos dados constantes do anexo sobre obtenção de eletricidade

lança certa luz sobre ambos pontos de estrangulamento e possíveis pontos de partida para o diálogo sobre a reforma normativa. Em 100 das 176 economias os custos de conexão são insuficientemente transparentes.²⁰ As empresas de utilidade pública apresentam aos clientes orçamentos em vez de fórmulas de contribuição de capital claramente regulamentadas. Isso reduz a responsabilização das empresas de utilidade pública que prestam um serviço econômico crítico, expõe os clientes a um abuso potencial e pode ocultar estruturas de custo de utilidades públicas excessivamente altas. Em muitas economias são os clientes e não a empresa de utilidade pública que deve arcar com o processo complexo de coordenar autorizações de diversos órgãos governamentais, porque faltam oportunidades de agilizar a coordenação entre a empresa de serviços públicos e outros órgãos. Em muitas economias de renda média os clientes também enfrentam medidas procedimentais desnecessariamente complexas para verificações de perigo de incêndio e fiações, ao passo que outros governos na África Subsaariana, no Oriente Médio e no Norte da África omitem inteiramente os requisitos de tais verificações.

Estas e outras conclusões sugerem que muitos governos e reguladores poderiam aliviar um estrangulamento crítico para as empresas mediante o incentivo de reformas do processo de conexão elétrica. Exigir mais transparência no preço da conexão do serviço de utilidade pública e incentivar melhor coordenação interdepartamental poderia ser um bom começo.

APRIMORAR OS INDICADORES DO EMPREGO DE TRABALHADORES

Manter e criar empregos e negócios produtivos é uma prioridade dos formuladores de políticas no mundo inteiro, especialmente nesta época. Uma boa regulamentação trabalhista deve ser suficientemente flexível para ajudar as pessoas atualmente desempregadas ou que estão trabalhando no setor informal a conseguir novos empregos no setor formal. Ao mesmo tempo, proporciona proteções adequadas para os que estão empregados, de forma que sua produtividade não seja diminuída. Encontrar o equilíbrio certo não é tarefa fácil.

Para informar os formuladores de políticas e pesquisadores, o *Doing Business* está empenhado em aprimorar a metodologia de seus indicadores de emprego de trabalhadores e expandir o conjunto de dados. Com base na contribuição de um grupo consultivo de especialistas e interessados, estão sendo introduzidos novos limiares para reconhecer níveis mínimos de proteção em conformidade com convenções pertinentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) — a saber, salário mínimo, férias anuais pagas e número máximo de dias úteis por semana. Isso oferece uma estrutura para equilibrar a proteção aos trabalhadores contra restrições empregatícias nas áreas cobertas pelos indicadores. Além disso, estão sendo coletados novos dados sobre regulamentações de acordo com a estabilidade no serviço (9 meses, 1 ano, 5 anos e 10 anos). O anexo sobre o emprego de trabalhadores apresenta as conclusões iniciais deste trabalho.

INICIATIVAS COMPLEMENTARES AO DOING BUSINESS

O Grupo Banco Mundial introduziu conjuntos adicionais de indicadores referenciais que complementam as perspectivas do *Doing Business* (Box 1.3) O banco de dados *Women, Business and the Law* (Mulheres, Negócios e o Direito), lançado em março de 2010, oferece pela primeira vez medidas objetivas de tratamento diferencial baseado no gênero. *Investing Across Borders* (Investindo através das fronteiras), lançado em julho de 2010, oferece medidas de regulamentações de negócios da perspectiva de investidores estrangeiros. *Subnational Doing Business*

reports (Relatórios Subnacionais do *Doing Business*), introduzido em 2004, oferece perspectivas sobre as variações nas grandes economias. Outras iniciativas do Grupo do Banco Mundial oferecem dados complementares valiosos baseados em um enfoque diferente. Incluem Pesquisas de Empresas realizadas pelo Banco Mundial.

À medida que o *Doing Business* continua a medir e acompanhar mudanças na regulamentação de negócios no mundo inteiro da perspectiva de firmas locais, estes e outros conjuntos de dados oferecem uma valiosa base para os formuladores de políticas e pesquisadores testarem continuamente e aprofundarem sua compreensão do que funciona e do que não funciona — e por quê.

1. Foram publicados cerca de 656 artigos em revistas acadêmicas revisadas por iguais e cerca de 2.060 documentos de trabalho estão disponíveis por meio do *Google Scholar* (<http://scholar.google.com>).
2. Klapper, Lewin e Quesada Delgado (2009). A *taxa de entrada* refere-se a firmas recém-registradas como percentagem do total de firmas registradas. A *densidade dos negócios* é definida como o número de empresas como percentagem da população em idade de trabalhar (de 18 a 65 anos).
3. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
4. Dados da OCDE (2004b); OIT e SERCOTEC (2010, p. 12); África e no Sul, Departamento de Comércio e Indústria (2004, p. 18); China, Administração Estatal para a Indústria e Comércio, <http://www.saic.gov.cn/english/>; e Ayyagari, Beck e Demirgüç-Kunt (2007).
5. Bedi (2009).
6. No Reino Unido, por exemplo, 19.077 empresas foram liquidadas em 2009, ou seja, 22,8% mais do que no ano anterior.
7. Conferência do Banco Mundial, *The Singapore Experience: Ingredients for Successful Nation-Wide Transformation* (A experiência de Cingapura: Ingredientes para uma transformação de âmbito nacional bem-sucedida), Cingapura, 30 de setembro de 2009.
8. O *Doing Business* tem acompanhado reformas normativas que afetam negócios durante seu ciclo de vida — da abertura ao fechamento — em mais 174 economias desde 2005. De 2003 a 2005 o *Doing Business* acrescentou 5 tópicos e aumentou o número de economias abrangidas de 133 para 174. Para obter informações mais detalhadas sobre a motivação da medida quinquenal de mudança

cumulativa (Pontuação da Mudança do *Doing Business*), ver Sobre Fazer Negócios. Para obter mais informações sobre como a medição é feita, ver Notas de Dados.

9. Banco Mundial (2009a).
10. Para obter uma revisão abrangente da regulamentação para abrir um negócio na medida em que se relaciona com resultados econômicos como produtividade e emprego, ver Djankov (2009b) e Motta, Oviedo e Santini (2010). Ver também Djankov, McLiesh e Ramalho (2006). Mais pesquisas podem ser encontradas no website do *Doing Business* (<http://www.doingbusiness.org/>).
11. Gine e Love (2006).
12. Aghion e outros (2008), Bruhn (2008), Kaplan, Piedra e Seira (2007) e Cardenas e Rozo (2009).
13. Amin e Ramalho (no prelo). Utilizando dados de um painel de cerca de 2.100 firmas em 28 economias da Europa Oriental e da Ásia Central, os autores comparam mudanças na produtividade do trabalho durante certo período em economias que introduzem reformas e as que não o fazem. A diferença na mudança da produtividade da mão de obra entre os dois grupos de economias é estatisticamente significativa em um nível inferior a 5%. Diferenças de fatores constantes no tempo, tais como composição das firmas ou PIB per capita não afetam os resultados.
14. Corporação Financeira Internacional, *IFC Helps Simplify Procedures for Georgian Businesses to Save Time and Resources* acessada em 20 de setembro de 2010, <http://www.ifc.org/>.
15. Dados da OIT.
16. Banco Mundial (2008).
17. Chhabra (2003) e Amin (2010).
18. Nenhum deles está incluído na classificação agregada deste ano sobre a facilidade de se fazer negócios.
19. Ver, por exemplo, Calderon e Serven (2003), Dollar, Hallward-Driemeier e Mengistae (2005), Reinikka e Svensson (1999) e Eifert (2007). Utilizando dados estáveis, Iimi (2008) conclui que na Europa Oriental e na Ásia Central a eliminação de apagões poderia aumentar o PIB em 0,5–6%.
20. Nessas economias a conexão fixa baseada em tabelas de taxas publicamente disponíveis representa menos de 1% do custo total da conexão.

Sobre o relatório *Doing Business*: Medindo o impacto

Os governos comprometidos em zelar pela saúde econômica de seu país e em criar oportunidades para seus cidadãos não focam simplesmente nas condições macroeconômicas. Estes também concentram a sua atenção nas leis, regulamentações e acordos institucionais que determinam a atividade econômica diariamente.

A crise financeira mundial renovou o interesse em boas regras e regulamentações. Em épocas de recessão, regulamentação comercial e instituições eficazes podem apoiar o reajuste econômico. A abertura e o fechamento de firmas de uma maneira fácil e a flexibilidade na distribuição de recursos facilitam o encerramento de atividades para as quais a demanda enfraqueceu e o início de novas atividades. O esclarecimento dos direitos de propriedade e o fortalecimento da infraestrutura de mercado (tais como informação sobre crédito e sistemas de garantia) podem contribuir para aumentar a confiança à medida que investidores e empresários procuram se reajustar.

No entanto, até recentemente não havia conjuntos de indicadores globalmente disponíveis para monitorar tais fatores microeconômicos e analisar sua relevância. Os primeiros esforços, na década de 1980, basearam-se em dados de percepções de estudos técnicos ou comerciais. Essas pesquisas são medidores úteis das condições econômicas e das políticas. No entanto, sua dependência das percepções e sua cobertura incompleta nos países de baixa renda limitam sua utilidade para análise.

O projeto *Doing Business*, lançado há nove anos, dá um passo à frente. Examina as pequenas e médias empresas nacionais

e avalia as regulamentações aplicadas a elas durante todo o seu ciclo de vida. O projeto *Doing Business* e o modelo de custo padrão inicialmente desenvolvido e aplicado na Holanda são, no momento, as únicas ferramentas padrão usadas em toda uma ampla gama de jurisdições para medir o impacto da formulação de regulamentação governamentais sobre a atividade empresarial.¹

O primeiro relatório *Doing Business*, publicado em 2003, cobriu cinco conjuntos de indicadores em 133 economias. O relatório deste ano abrange 11 conjuntos de indicadores em 183 economias. Nove temas estão incluídos na facilidade agregada de fazer negócios. O projeto beneficiou-se do *feedback* de governos, acadêmicos, profissionais liberais e revisores.² Permanece a meta inicial: fornecer uma base objetiva para compreender e melhorar o ambiente regulatório para os negócios.

O QUE O DOING BUSINESS ABRANGE

O *Doing Business* oferece uma medida quantitativa de regulamentações para iniciar um negócio, lidar com alvarás de construção, registrar a propriedade, obter crédito, proteger investidores, pagar impostos, importar e exportar através das fronteiras, cumprir contratos e fechar um negócio — conforme aplicável a pequenas e médias empresas nacionais. Examina também regulamentações sobre emprego de trabalhadores e uma nova medida sobre obtenção de eletricidade.

Uma premissa fundamental do *Doing Business* é que a atividade econômica

requer boas regras. Isso inclui regras que estabeleçam e esclareçam os direitos de propriedade e reduzam os custos para solucionar disputas, regras que aumentem a previsibilidade das interações econômicas e regras que forneçam aos parceiros contratuais proteções básicas contra abuso. O objetivo: regulamentações criadas para serem eficientes, acessíveis a todos que precisem usá-las e simples em sua implementação. Assim sendo, alguns indicadores do relatório *Doing Business* atribuem uma classificação mais elevada para uma maior regulamentação, como por exemplo requisitos mais rigorosos na divulgação de transações realizadas com terceiros. Alguns fornecem uma classificação mais elevada para uma forma mais simplificada de implementar a regulamentação existente, como por exemplo cumprir com todas as formalidades necessárias para iniciar um negócio por meio de um serviço centralizado.

O projeto *Doing Business* engloba dois tipos de dados. O primeiro provém da leitura das leis e dos regulamentos. O segundo compreende indicadores de tempo e movimento que medem a eficácia na obtenção de uma meta normativa (tais como a concessão da identidade jurídica de um negócio). De acordo com os indicadores de tempo e movimento, as estimativas de custo são registradas com base em uma tabela de taxas oficiais, conforme aplicável.³ Aqui, o *Doing Business* inspira-se no trabalho pioneiro de Hernando de Soto para aplicar a abordagem de tempo e movimento usada inicialmente por Frederick Taylor para revolucionar a produção do Modelo T Ford. De Soto

usou a abordagem na década de 1980 para mostrar os obstáculos enfrentados para estabelecer uma fábrica de roupas nos arredores de Lima.⁴

O QUE O DOING BUSINESS NÃO ABRANGE

Tão importante quanto saber o que o *Doing Business* faz é saber o que ele não faz — para entender as limitações a serem levadas em conta ao interpretar os dados.

LIMITADO NO ESCOPO

O *Doing Business* foca 11 tópicos, com o objetivo específico de avaliar a regulamentação e a burocracia relevante para o ciclo de vida de uma firma nacional de pequeno a médio porte. Consequentemente:

- O *Doing Business* não avalia todos os aspectos do ambiente de negócios importantes para firmas ou investidores — ou todos os fatores que afetam a competitividade. Ele não avalia, por exemplo, segurança, estabilidade macroeconômica, corrupção, qualificação da mão de obra da população, a força de instituições ou a qualidade da infraestrutura.⁵ O *Doing Business* também não se concentra em regulamentos específicos para investimento estrangeiro.
- O *Doing Business* não avalia a solidez do sistema financeiro ou as regulamentações do mercado, ambos fatores importantes para a compreensão de algumas das causas subjacentes da crise financeira mundial.
- O *Doing Business* não avalia todas as regulamentações nem todas as metas normativas de uma economia. À medida que as economias e a tecnologia avançam, mais áreas de atividade econômica estão sendo regulamentadas. Por exemplo, o conjunto de leis (acquis) da União Europeia aumentou hoje para cerca de 14.500 conjuntos de normas. O *Doing Business* avalia somente 11 fases do ciclo de vida de uma empresa, por meio de 11 conjuntos específicos de indicadores. Os conjuntos de indicadores também não cobrem todos os aspectos dos regulamentos em uma determinada área. Por exemplo, os indicadores sobre o início de um negócio ou a proteção dos investidores não abrangem todos os aspectos da legislação comercial. Os

indicadores de emprego de trabalhadores não incluem todas as áreas da regulamentação trabalhista. O atual conjunto de indicadores não inclui, por exemplo, medidas para regulamentações sobre a segurança no trabalho ou o direito de negociação coletiva.

COM BASE NOS CENÁRIOS DE CASOS PADRONIZADOS

Os indicadores do *Doing Business* são desenvolvidos com base nos cenários de casos padronizados com pressupostos específicos, tais como o da empresa estar situada na maior cidade de negócios da economia. Os indicadores econômicos normalmente criam pressupostos limitadores desse tipo. As estatísticas de inflação, por exemplo, geralmente são baseadas em preços de produtos de consumo em algumas áreas urbanas.

Esses pressupostos permitem uma cobertura global e aumentam a possibilidade de comparação. Mas eles surgem à custa da generalidade. A regulamentação dos negócios e seu cumprimento, especialmente nos estados federais e nas grandes economias, diferem em todo o país. E naturalmente os desafios e as oportunidades da maior cidade de negócios — seja Mumbai, São Paulo, Nukualofa ou Nassau — variam enormemente entre os países. Reconhecendo o interesse dos governos nessa variação, o *Doing Business* complementou seus indicadores globais com estudos subnacionais em economias como o Brasil, China, Colômbia, República Árabe do Egito, Índia, Quênia, México, Marrocos, Nigéria e Filipinas.⁶

Nas áreas onde a regulamentação é complexa e altamente diferenciada, o caso padronizado usado para construir o indicador do *Doing Business* precisa ser claramente definido. Onde é relevante, o caso padronizado supõe uma empresa de responsabilidade limitada. Essa escolha é em parte empírica: empresas privadas, de responsabilidade limitada são a forma de negócio mais predominante na maioria das economias do mundo inteiro. A escolha também reflete um dos focos do *Doing Business*: ampliação de oportunidades de empreendedorismo. Os investidores são encorajados a se aventurar no negócio quando as perdas potenciais são limitadas à sua participação no capital.

ENFOQUE NO SETOR FORMAL

Ao desenvolver os indicadores, o *Doing Business* supõe que os empresários estejam cientes de todas as regulamentações em vigor e que as cumpram. Na prática, os empresários podem gastar um tempo considerável tentando descobrir onde ir e que documentos apresentar. Ou podem evitar os procedimentos exigidos legalmente em sua totalidade — não se registrando na previdência social, por exemplo.

Onde a regulamentação é especialmente onerosa, os níveis de informalidade são mais altos. A informalidade tem um custo: as firmas do setor informal de modo geral crescem mais lentamente, têm menos acesso a crédito e empregam menos trabalhadores — e seus trabalhadores não recebem as proteções das leis trabalhistas.⁷ O *Doing Business* avalia um conjunto de fatores que ajuda a explicar as causas da informalidade e fornece aos formuladores de políticas ideias sobre as possíveis áreas de reforma. Para compreender totalmente o ambiente de negócios e ter uma perspectiva mais ampla dos desafios políticos, é necessário combinar sugestões do *Doing Business* com dados de outras fontes, tais como as Pesquisas do Banco Mundial sobre Empresas.⁸

POR QUE ESSE ENFOQUE

O *Doing Business* funciona como um tipo de teste de colesterol do ambiente normativo das empresas nacionais. Um teste de colesterol não diz tudo sobre nossa condição de saúde. Mas avalia um aspecto importante de nossa saúde. E coloca-nos em estado de alerta para mudar comportamentos de uma forma que não melhore somente nosso colesterol, mas também nossa saúde como um todo.

Uma forma de testar se o *Doing Business* serve como indicador do ambiente de negócios de uma forma mais ampla e da competitividade é observar as correlações entre as classificações do *Doing Business* e outros importantes referenciais econômicos. O conjunto de indicadores mais próximo do *Doing Business* no que ele mede é o de indicadores da regulamentação do mercado de produtos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico;⁹ a correlação aqui é de 0,72. O Índice de Competitividade Global do Fórum Econômico

Mundial e do Anuário de Competitividade Mundial da IMD são mais abrangentes, mas os dois também estão fortemente correlacionados com o *Doing Business* (0,79 e 0,64, respectivamente). Essas correlações sugerem que onde houver paz e estabilidade macroeconômica, a regulamentação das empresas nacionais terá um papel essencial na competitividade econômica.¹⁰

Uma questão mais ampla é se os problemas focalizados pelo *Doing Business* são importantes para o desenvolvimento e a redução da pobreza. O estudo *Voices of the Poor* (Vozes dos Pobres) do Banco Mundial perguntou a 60.000 pessoas do mundo inteiro como seria possível para eles fugirem da pobreza.¹¹ As respostas foram inequívocas: tanto mulheres como homens depositam suas esperanças, acima de tudo, na renda proveniente de seu próprio negócio ou de salários de empregos. O apoio ao crescimento — e garantir que os pobres participem de seus benefícios — requer um ambiente onde novos participantes com ideias boas e dinâmicas, independentemente de seu gênero e origem étnica, possam iniciar um negócio e onde boas firmas possam investir e crescer, gerando mais empregos.

As pequenas e médias empresas são os principais impulsionadores da concorrência, crescimento e criação de empregos, especialmente nos países em desenvolvimento. Porém, nessas economias 80% das atividades econômicas são realizadas no setor informal. As firmas podem ser impedidas de entrar no setor formal devido à burocracia e regulamentação excessivas.

Onde a regulamentação é mais onerosa e a competição é limitada, o sucesso tende a depender mais das pessoas que se conhece do que de suas capacidades. Mas onde a regulamentação é transparente, eficiente e implementada de maneira simples, torna-se fácil para qualquer aspirante a empresário, independentemente de suas conexões, operar dentro do regime de direito e beneficiar-se das oportunidades e proteções que a lei oferece.

Neste sentido, o *Doing Business* valoriza boas normas como a chave para a inclusão social. Proporciona também uma base para estudar os efeitos das regulamentações e sua aplicação. Por

exemplo, o *Doing Business 2004* descobriu que a rapidez da execução de contratos estava associada às percepções de uma maior imparcialidade judicial — sugerindo que justiça atrasada é justiça negada.¹²

No contexto da crise mundial os formuladores de política enfrentam desafios especiais. Tanto as economias desenvolvidas como as economias em desenvolvimento presenciam o impacto da crise financeira que penetra a economia real, aumentando o desemprego e diminuindo a renda. O principal desafio para muitos governos é criar novos empregos e oportunidades econômicas. Porém, para muitos é limitado o espaço fiscal de atividades financiadas com o erário público, tais como investimento na infraestrutura ou a provisão de redes de segurança e serviços sociais financiados com fundos públicos. As reformas direcionadas à criação de um melhor clima de investimento, incluindo reformas da regulamentação comercial, podem ser benéficas por várias razões. Uma regulamentação flexível e instituições eficazes, inclusive processos eficientes para iniciar um negócio e sistemas eficientes de insolvência ou falência podem facilitar a realocação da mão de obra e do capital. E instituições e processos normativos, agilizados e acessíveis, podem ajudar a assegurar que, ao serem reconstituídos os negócios, diminuam as barreiras entre os setores informal e formal, criando mais oportunidades para as pessoas de baixa renda.

DOING BUSINESS COMO EXERCÍCIO REFERENCIAL

O *Doing Business*, ao captar algumas dimensões chave dos regimes normativos, tem sido útil na definição de parâmetros referenciais. Qualquer referencial — para indivíduos, firmas ou economias — é necessariamente parcial: é válido e útil se ajudar na tomada de decisões, embora seja menos útil se for usado como um substituto às decisões.

O *Doing Business* fornece dois enfoques sobre os dados coletados: apresenta indicadores “absolutos” para cada economia de cada um dos 11 tópicos normativos tratados e proporciona classificações de economias para nove tópicos, ambas pelo indicador e em

conjunto.¹³ Este ano também apresenta uma nova medida mostrando as economias que mudaram em termos reais no correr do tempo. É preciso discernimento na interpretação dessas medidas para qualquer economia e na determinação de um caminho sensível e politicamente viável para uma reforma.

A revisão isolada das classificações do *Doing Business* pode mostrar resultados imprevisíveis. Algumas economias podem ter uma classificação inesperadamente alta em alguns indicadores. E algumas economias que tiveram crescimento rápido ou atraíram muitos investimentos podem apresentar uma classificação mais baixa do que outros que parecem ser menos dinâmicos.

Mas para governos voltados para reformas, a melhoria contínua de seus indicadores é mais importante do que sua classificação absoluta. Para ajudar na avaliação de tais melhorias no correr do tempo, o relatório deste ano apresenta uma nova medida que permite às economias comparar onde estão hoje com relação a onde estavam há cinco anos. Nesta nova medida, a pontuação da mudança na economia complementa as classificações anuais sobre a facilidade de se fazer negócios, comparando economias entre si em determinado ponto no tempo.

À medida que as economias se desenvolvem, elas fortalecem e incluem regulamentações para proteger o investidor e os direitos de propriedade. Ao mesmo tempo, elas encontram maneiras mais eficientes de implementar regulamentações já existentes e revogar aquelas desatualizadas. Uma conclusão do *Doing Business*: economias dinâmicas e em crescimento reformam e atualizam constantemente suas regulamentações e sua forma de implementá-las, enquanto muitas economias pobres ainda trabalham com sistemas normativos criados no final do século 1800.

DOING BUSINESS — GUIA DO USUÁRIO

Dados quantitativos e parâmetros referenciais podem ser úteis para estimular debates sobre política, tanto ao expor desafios potenciais como ao identificar onde os formuladores de políticas podem procurar lições e boas práticas. Esses dados

também fornecem uma base para analisar como diferentes abordagens políticas — e diferentes reformas políticas — contribuem para os resultados desejados, tais como competitividade, crescimento e aumento de empregos e rendas.

Oito anos de dados do *Doing Business* permitiram um volume cada vez maior de pesquisas sobre como os indicadores de desempenho do *Doing Business* — e reformas relevantes a esses indicadores — estão relacionados aos resultados econômicos e sociais desejados. Foram publicados cerca de 656 artigos em revistas acadêmicas revisadas e cerca de 2.060 documentos de trabalho estão disponíveis por meio do Google Scholar.¹⁴ Algumas das conclusões:

- A redução de barreiras para a criação de um negócio está associada a um menor setor informal.¹⁵
- Custos mais baixos para a criação de uma empresa incentivam a iniciativa empresarial, aumentam a produtividade de uma firma e reduzem a corrupção.¹⁶
- Abertura de negócios de uma forma mais simples pode significar maiores oportunidades de emprego.¹⁷
- A qualidade do ambiente de contratação de um país é uma fonte de vantagem comparativa nos padrões comerciais. Os países com bom cumprimento de contratos especializam-se em indústrias em que os investimentos específicos de relacionamentos são sumamente importantes.¹⁸
- Um maior intercâmbio de informação por meio de serviços de crédito está associado a uma maior rentabilidade bancária e a um risco bancário mais baixo.¹⁹

Como os governos usam o *Doing Business*? A primeira reação comum é duvidar da qualidade e relevância dos dados do *Doing Business*. Contudo, o debate geralmente prossegue para uma discussão mais profunda que explora a relevância dos dados para a economia e para áreas onde a reforma possa fazer sentido.

A maioria dos reformadores começa buscando exemplos e o *Doing Business* ajuda nessa tarefa (box 2.1). Por exemplo, a Arábia Saudita usou a legislação de sociedades anônimas da França como modelo para revisar sua própria legislação. Muitos países da África recorrem às

Ilhas Maurício — detentor da melhor classificação da região nos indicadores do *Doing Business* — como fonte de boas práticas para reforma. Nas palavras do Dr. Luis Guillermo Plata, Ministro do Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia,

“Não se trata de fazer um bolo, tarefa para a qual basta seguir uma receita. Não. Somos todos diferentes. Mas podemos tomar algumas coisas, certas lições-chave, aplicá-las e ver como funcionam em nosso ambiente”.

Nos últimos oito anos tem havido muita atividade por parte dos governos na reforma do ambiente normativo para negócios nacionais. A maior parte das reformas relacionadas aos tópicos do *Doing Business* foi gerada em programas de reforma mais amplos voltados para o aumento da competitividade econômica. Ao estruturarem seus programas de reforma, os governos usam várias fontes de dados e indicadores. E os reformadores

respondem a muitos interessados e grupos de interesse, todos os quais trazem importantes questões e preocupações para o debate sobre a reforma. O apoio do Grupo do Banco Mundial a esses processos de reforma destina-se a incentivar o uso crítico dos dados, aprimorar o julgamento e evitar um foco muito restrito sobre a melhoria das classificações do *Doing Business*.

METODOLOGIA E DADOS

O *Doing Business* abrange 183 economias — inclusive economias pequenas e alguns dos países mais pobres do mundo, para os quais há pouca ou nenhuma disponibilidade de dados em outros conjuntos de dados. Os dados do *Doing Business* baseiam-se nas leis e regulamentações nacionais, bem como nas exigências administrativas. (Para obter uma explicação detalhada da metodologia do *Doing Business*, consulte as Notas dos Dados.)

BOX 2.1

Como as economias têm utilizado o *Doing Business* nos programas de reforma

Para assegurar a coordenação dos esforços de reforma em todos os órgãos, economias como a Colômbia, Ruanda e Serra Leoa criaram comissões de reforma normativa que utilizam os indicadores do *Doing Business* como contribuição para informar seus programas destinados a melhorar o ambiente de negócios e reportar-se diretamente ao Presidente. Mais de 20 outras economias formaram tais comissões no nível interministerial. Entre elas figuram a Índia, Malásia, Taiwan (China) e Vietnã no Leste e Sul da Ásia; República Árabe do Egito, Marrocos, Arábia Saudita, República Árabe da Síria, Emirados Árabes Unidos e República do Iêmen no Oriente Médio e Norte da África; Geórgia, Cazaquistão, República do Quirguiz, ex-República Iugoslava da Macedônia, Moldávia e Tajiquistão no Leste Europeu e Ásia Central; Gabão, Quênia, Libéria, Maláui, Tanzânia e Zâmbia na África Subsaariana; e Guatemala, México e Peru na América Latina.

Além do nível da economia, a organização Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) utiliza o *Doing Business* para identificar possíveis áreas para reforma, defender economias capazes de ajudar outras economias a melhorar e a definir metas mensuráveis. A APEC lançou em 2009 o Plano de Ação da Facilidade de Fazer Negócios com o objetivo de tornar 25% mais barato, mais rápido e mais fácil fazer negócios na região até 2015. Recorrendo a uma análise das empresas, os planejadores identificaram 5 áreas prioritárias: abrir um negócio, obter crédito, executar os contratos, comercializar além das fronteiras e lidar com licenças. Os dois passos a seguir: as economias da APEC definindo metas para medir resultados e as economias defensoras selecionadas, tais como Japão, Nova Zelândia e Estados Unidos, desenvolvendo programas para formular a capacidade para realizar a reforma normativa nessas áreas.¹

1. Uhamad Noor, Diretor Executivo da APEC, discurso proferido na reunião do Conselho Empresarial Combinado ÁSIA-NOVA ZELÂNDIA, Auckland, Nova Zelândia, 25 de março de 2010, <http://www.apec.org>.

FONTES DE INFORMAÇÃO PARA OS DADOS

A maioria dos indicadores baseia-se nas leis e regulamentações. Além disso, a maioria dos indicadores de custo têm o apoio das taxas oficiais. Os respondentes do *Doing Business* preenchem pesquisas por escrito e fornecem referências às leis, regulamentos e taxas oficiais relevantes, auxiliando na verificação dos dados e garantia de qualidade.

Para alguns indicadores, parte do componente de custo (quando não há cronogramas de taxas oficiais) e o componente de tempo baseiam-se na prática em vez de nas leis escritas. Isso introduz um certo grau de subjetividade. A abordagem do *Doing Business*, portanto, engloba trabalho com profissionais jurídicos ou com aqueles que geralmente empreendem as transações envolvidas. Seguindo a abordagem metodológica para os estudos de tempos e movimentos, o *Doing Business* decompõe cada processo ou transação, tais como abrir e operar legalmente um negócio, em etapas separadas para garantir uma melhor estimativa de tempo. A estimativa de tempo é fornecida por profissionais com experiência significativa e rotineira na transação.

Nos últimos oito anos, mais de 11.000 profissionais em 183 economias auxiliaram no fornecimento de dados que informam os indicadores do *Doing Business*. O relatório deste ano utiliza as contribuições de mais de 8.200 profissionais. A Tabela 14.1 lista o número de respondentes para cada conjunto de indicadores. O website do *Doing Business* indica o número de respondentes para cada economia e para cada indicador. Os respondentes são profissionais ou autoridades governamentais que rotineiramente administram ou prestam consultoria acerca das exigências normativas abordadas em cada tópico do *Doing Business*. Devido ao foco nas disposições legais e normativas, a maioria dos respondentes é composta por advogados. A pesquisa de informações sobre crédito é respondida por altos funcionários do registro ou agência de crédito. Despachantes aduaneiros, contadores, arquitetos e outros profissionais respondem a pesquisas relacionadas ao comércio internacional, impostos e licenças para construção.

O enfoque do *Doing Business* na coleta de dados contrasta com o enfoque das pesquisas nas empresas, as quais frequentemente captam a percepção e experiência das empresas derivadas de uma única transação. Um advogado de empresa que registra 100–150 negócios por anos estará mais familiarizado com o processo do que um empreendedor que registra um negócio apenas uma ou duas vezes. Um juiz de falências que decide dezenas de casos por ano terá uma percepção maior acerca de falências do que uma empresa que pode estar passando pelo processo.

DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA

A metodologia de cálculo para cada indicador é transparente, objetiva e fácil de reproduzir. Importantes membros da academia colaboram no desenvolvimento dos indicadores, garantindo o rigor acadêmico. Oito dos documentos sobre os antecedentes que servem de base para os indicadores foram publicados em importantes publicações econômicas.

O *Doing Business* usa uma abordagem simples de cálculo da média para ponderar os componentes dos indicadores e calcular as classificações. Foram exploradas outras abordagens, inclusive utilizando componentes principais e componentes despercebidos. As abordagens de componentes principais e componentes despercebidos acabam por produzir resultados quase idênticos àqueles do cálculo da média simples. Os testes demonstram que cada conjunto de indicadores fornece informações novas. O cálculo da média simples é, portanto, robusto para esses testes.

MELHORIAS NA METODOLOGIA E REVISÕES DE DADOS

A metodologia vem passando por constante melhoria ao longo dos anos. Foram efetuadas mudanças principalmente em resposta às sugestões dos países. Para fazer valer os contratos, por exemplo, o volume de pedidos contestados no estudo de caso foi elevado de 50% para 200% da renda per capita após o primeiro ano de coleta de dados, pois tornou-se claro que as pequenas causas tinham pouca probabilidade de chegar aos foros e tribunais.

Outra mudança refere-se à abertura de um negócio. A exigência de capital mínimo pode ser um obstáculo para potenciais empreendedores. A princípio, o *Doing Business* avaliou o capital mínimo exigido independentemente de ele ter sido pago antecipadamente ou não. Em muitas economias, somente parte do capital mínimo precisa ser paga antecipadamente. Para refletir a verdadeira barreira potencial à entrada, o capital mínimo integralizado vem sendo usado desde 2004.

O relatório deste ano inclui mudanças na metodologia central de um conjunto de indicadores, a saber, os referentes ao emprego de trabalhadores.

Com o objetivo de medir o equilíbrio entre a proteção dos trabalhadores e a regulamentação eficiente sobre emprego que favorece a criação de empregos, a metodologia para os indicadores de emprego de trabalhadores passou por uma série de correções nos últimos três anos, inclusive no relatório deste ano. Embora este processo esteja em andamento, o Banco Mundial retirou os indicadores de emprego de trabalhadores como marco do seu questionário sobre Políticas dos Países e Avaliação Institucional e instruiu seu pessoal a não utilizar os indicadores como base para fornecer consultoria sobre políticas ou para avaliar os programas de desenvolvimento dos países ou estratégias de ajuda. Uma nota pessoal foi divulgada aos funcionários do Banco Mundial em outubro de 2009 descrevendo as diretrizes para utilizar os indicadores.²⁰

Ademais, o Grupo Banco Mundial vem trabalhando com um grupo consultivo (composto por advogados do trabalho, representantes de empregadores e de empregados e especialistas da OIT, OCDE, sociedade civil e setor privado) para rever a metodologia e explorar futuras áreas de pesquisa.²¹ O grupo consultivo reuniu-se várias vezes este ano e sua orientação vem fornecendo a base para várias mudanças na metodologia, algumas das quais foram implementadas no relatório deste ano. Como o processo consultivo e as consequentes mudanças na metodologia ainda não estão completos, o relatório deste ano não apresenta as classificações das economias no tocante aos indicadores de emprego de trabalhadores, nem incluem tópicos nas classificações agregadas sobre a facilidade de fazer negócios. Mas apresenta

os dados coletados para os indicadores. Os dados adicionais coletados acerca das regulamentações sobre mão de obra estão disponíveis no website do Doing Business.²²

As mudanças efetuadas na metodologia até o momento para os indicadores de emprego de trabalhadores reconhecem níveis mínimos de proteção em conformidade com as convenções da OIT, bem como níveis excessivos de regulamentação que podem reprimir a criação de empregos. Patamares e tetos em áreas como férias remuneradas, dias úteis por semana e salário mínimo oferecem uma estrutura para equilibrar a proteção do trabalhador contra as restrições excessivas nas normas sobre emprego (ver notas sobre Dados).

O *Doing Business* continua também a beneficiar-se das discussões com os grupos interessados externos, inclusive participantes do Diálogo Internacional sobre Tributos acerca do instrumento e da metodologia da pesquisa.

Todas as mudanças na metodologia são explicadas nas notas sobre Dados, bem como no website do *Doing Business*. Ademais, as sequências cronológicas dos dados para cada indicador e economia estão disponíveis no website, começando com o primeiro ano em que o indicador ou a economia foram incluídos no relatório. Para fornecer uma sequência cronológica comparável em termos de pesquisa, o conjunto de dados é calculado retroativamente para se ajustar às alterações da metodologia e a quaisquer revisões dos dados devido a correções. O website também disponibiliza todos os conjuntos de dados originais usados para documentos de referência.

As informações acerca das correções dos dados são fornecidas nas notas sobre Dados e no website. Um procedimento de reclamações transparente permite que qualquer pessoa conteste os dados. Se após um processo de verificação dos dados forem confirmados erros, eles serão corrigidos rapidamente.

1. O modelo de custo padrão é uma metodologia quantitativa para determinar os ônus administrativos impostos pela regulamentação sobre os negócios. O método pode ser usado para medir o efeito de uma única lei ou de áreas de legislação selecionadas ou para executar uma medição inicial de toda a legislação em um país.
2. Inclui uma revisão do Grupo de Avaliação Independente do Banco Mundial (2008) e uma contribuição contínua do International Tax Dialogue.
3. De Soto (2000).
4. Os indicadores relacionados ao comércio entre fronteiras e à negociação com os alvarás de construção levam em conta os aspectos limitados da infraestrutura de uma economia, incluindo o transporte interno de mercadorias e as ligações a serviços de utilidade pública para empresas.
5. <http://subnational.doingbusiness.org>.
6. Schneider (2005).
7. <http://subnational.doingbusiness.org>.
8. Narayan e outros (2000).
9. Banco Mundial (2003).
10. O relatório deste ano não apresenta classificações de economias nos indicadores-piloto de obtenção de energia ou nos indicadores de emprego de trabalhadores. Nem inclui estes temas nas classificações agregadas sobre a facilidade de fazer negócios.
11. <http://scholar.google.com>.
12. Por exemplo, Masatlioglu e Rigolini (2008), Kaplan, Piedra e Seira (2008) e Djankov e outros (no prelo).
13. Por exemplo, Alesina e outros (2005), Perotti e Volpin (2004), Klapper, Laeven e Rajan (2006), Fisman e Sarria-Allende (2004), Antunes e Cavalcanti (2007), Barseghyan (2008), Djankov e outros (no prelo) e Klapper, Lewin and Quesada Delgado (2009).
14. Por exemplo, Freund e Bolaky (2008), Chang, Kaltani e Loayza (2009) e Helpman, Melitz e Rubinstein (2008).
15. Ver Banco Mundial 2009. Guidance Note for World Bank Group Staff on the Use of the *Doing Business* Employing Workers Indicator for Policy Advice. (Nota de orientação para o pessoal do Grupo do Banco Mundial sobre o uso do indicador de emprego de trabalhadores para consultoria em políticas). http://www.doingbusiness.org/documents/EWI_guidance_note.pdf.
16. Para obter informações sobre os termos de referência e a composição do grupo consultivo, consulte Banco Mundial, “Grupo consultivo dos indicadores de emprego de trabalhadores do *Doing Business*”, consulte <http://www.doingbusiness.org/MethodologySurveys/EWIConsultativeGroup.aspx>.
17. www.doingbusiness.org.
18. Nunn (2007).
19. Houston e outros (2010).
20. Banco Mundial (2009e).
21. Para obter informações sobre os termos de referência e a composição do grupo consultivo, consulte Banco Mundial, “Grupo consultivo dos indicadores de emprego de trabalhadores do *Doing Business*” <http://www.doingbusiness.org>.
22. <http://www.doingbusiness.org>.

Notas de dados

Os indicadores apresentados e analisados no projeto *Doing Business* medem a regulamentação empresarial e a proteção dos direitos de propriedade, bem como seu efeito nos negócios, principalmente nas pequenas e médias empresas nacionais. Primeiro, os indicadores documentam o nível de regulamentação, como por exemplo, o número de procedimentos necessários para iniciar um negócio ou para cadastrar e transferir propriedade comercial. Segundo, eles medem os resultados regulatórios, como o tempo e o custo de execução de um contrato, do processo de falência ou do comércio internacional. Terceiro, os indicadores medem o nível das proteções legais à propriedade, como por exemplo, as proteções aos investidores contra saques por parte dos diretores da empresa ou a variedade de ativos que podem ser usados como garantias, de acordo com as leis de garantias. Quarto, um conjunto de indicadores documenta o ônus tributário sobre os negócios. Finalmente, um conjunto

TABELA 14.1

Quantos peritos o *Doing Business* consultou?

Conjunto de indicadores	Colaboradores
• Abertura de uma empresa	1.406
• Obtenção de alvarás de construção	605
• Registro da propriedade	1.128
• Obtenção de crédito	1.127
• Proteção de investidores	874
• Pagamento de impostos	891
• Comércio internacional	1.279
• Cumprimento de contratos	984
• Fechamento de um negócio	852
• Obtenção de eletricidade	602
• Emprego de trabalhadores	862

de indicadores mede diferentes aspectos das regulamentações do emprego.

Os dados de todos os conjuntos de indicadores do *Doing Business 2011* referem-se a junho de 2010.¹

METODOLOGIA

Os dados do *Doing Business* são coletados de forma padronizada. Para começar, a equipe do *Doing Business*, juntamente com assessores acadêmicos, prepara uma pesquisa. A pesquisa usa um caso simples de negócios para assegurar comparabilidade em todas as economias e no correr do tempo — com suposições sobre a forma legal, tamanho e local dos negócios, bem como a natureza das operações. As pesquisas são realizadas com mais de 8.200 peritos locais, incluindo advogados, consultores empresariais, contadores, despachantes, autoridades públicas e outros profissionais que normalmente administram os requisitos jurídicos ou normativos relevantes ou assessoram sobre estes (Tabela 14.1). Esses peritos têm várias rodadas de interação com a equipe do *Doing Business*, as quais incluem conferência telefônicas, correspondência por escrito e visitas da equipe. Para o *Doing Business 2011* os membros da equipe visitaram 133 economias para verificar os dados e recrutar colaboradores. Os dados das pesquisas estão sujeitos a vários testes de solidez, o que leva a revisões ou expansões da informação coletada.

A metodologia do *Doing Business* oferece várias vantagens. É transparente, utilizando informações factuais sobre o que dizem as leis e regulamentações e permite múltiplas interações com os entrevistados locais para esclarecer possíveis interpretações errôneas das questões. Dispor de amostras representativas dos entrevistados não é problema, uma vez que as leis e regulamentações relevantes são coletadas e verificada a exatidão das respostas. A metodologia é barata e facilmente replicável, de forma que podem ser coletados dados para uma grande amostragem de economias. Como são usadas suposições padrão na coleta de dados, as comparações e referenciais são válidas para todas as economias. Finalmente, os dados não somente destacam o grau dos obstáculos normativos específicos dos negócios, mas também identificam sua fonte e até que ponto podem ser reformados.

LIMITES DO QUE SE MEDE

A metodologia do *Doing Business* tem cinco limitações a serem consideradas nas interpretações dos dados. Primeiro, os dados coletados referem-se a empresas situadas na maior cidade de negócios da economia e talvez não represente a regulamentação existente em outras partes da economia. Para abordar essa limitação, foram criados indicadores subnacionais do *Doing Business* para 6 economias em 2009/2010: Colômbia, Indonésia, Quênia, Nigéria, Paquistão e Rússia.² Um perfil da cidade de Zanzibar, Tanzânia, foi também publicado em 2009/2010. Um estudo subnacional está em andamento nas Filipinas. Além disso, está em andamento um perfil de Juba, no sul do Sudão e foi iniciado um relatório regional no Sudeste da Europa, cobrindo 7 economias: Albânia, Bósnia e Herzegovina, Kosovo, República Iugoslava da Macedônia, Moldova, Montenegro e Sérvia e 16 cidades. Cada vez mais, esses estudos estão sendo periodicamente atualizados para medir o progresso no decorrer do tempo ou para expandir a cobertura geográfica a cidades adicionais. Este ano, foi o caso dos estudos subnacionais na Colômbia, Nigéria, Paquistão e Filipinas e do estudo regional no Sudeste da Europa. Os estudos subnacionais indicam diferenças significativas na velocidade da reforma e na facilidade para fazer negócios entre cidades na mesma economia.

Segundo, os dados geralmente focam em uma forma específica de empresa — geralmente uma empresa de responsabilidade limitada (ou seu equivalente legal) de um tamanho específico — e pode não ser representativa do regulamento em outros negócios, por exemplo, empresas individuais. Terceiro, as transações descritas em um cenário de caso padronizado referem-se a um conjunto específico de problemas que um negócio enfrenta. Quarto, as medidas de tempo envolvem um elemento de julgamento pelos entrevistados especializados. Quando as fontes indicam diferentes estimativas, os indicadores de tempo reportados no *Doing Business* representam os valores médios de várias respostas fornecidas sob as premissas do caso padronizado.

Finalmente, a metodologia supõe que um negócio tenha total informação sobre os procedimentos exigidos e não

perde tempo durante a realização dos procedimentos. Na prática, completar um procedimento pode levar mais tempo se o negócio não dispuser de informações ou se for incapaz de acompanhar prontamente. Alternativamente, o negócio pode decidir desconsiderar alguns procedimentos onerosos. Por ambas as razões, os atrasos reportados no *Doing Business 2011* poderiam ser diferentes dos dados recolhidos dos empresários relatados nas Pesquisas do Banco Mundial sobre Empresas ou outras pesquisas de percepção.

MUDANÇAS NO QUE É AVALIADO

A metodologia para os indicadores de emprego de trabalhadores foi atualizada este ano, com orientação de um grupo consultor de grupos interessados relevantes.³ Os indicadores de emprego de trabalhadores não são incluídos na classificação agregada deste ano da facilidade para fazer negócios.

As mudanças acordadas até a data da publicação são as seguintes: o cálculo da taxa do salário mínimo foi mudado para assegurar que nenhuma economia receba a pontuação mais alta se não tiver nenhum salário mínimo, se a legislação tiver um mecanismo normativo para o salário mínimo que não é aplicado na prática, se houver apenas um salário mínimo tradicional ou se o salário mínimo se aplicar somente ao setor público. Foi definido um limite mínimo para férias pagas e um teto para dias úteis permitidos por semana para garantir que nenhuma economia se beneficie na pontuação por flexibilidade excessiva nessas áreas. Finalmente, o cálculo do custo de demissão e do período de férias anuais para a rigidez do índice de emprego foi alterado para se referir ao valor médio de um trabalhador com 1 ano de estabilidade no emprego, um trabalhador com 5 anos e um trabalhador com 10 anos, em vez do valor para um trabalhador com 20 anos de estabilidade no emprego.

DESAFIOS E REVISÕES DOS DADOS

A maioria das leis e regulamentos inerentes aos dados do *Doing Business* está disponível no website do *Doing Business*

Características econômicas

RENDA NACIONAL BRUTA (RNB)

O *Doing Business 2011* reporta a renda per capita de 2009 conforme publicada nos Indicadores do Desenvolvimento Mundial de 2010 do Banco Mundial. A renda é calculada usando-se o método Atlas (US\$ atual). Para os indicadores de custos expressos como percentagem da renda per capita, a RNB de 2009 em US\$ é usada como o denominador. Os dados da RNB não estavam disponíveis no Banco Mundial para os seguintes países: Afeganistão, Arábia Saudita, Bahamas, Bahrain, Belize, Chipre, Cisjordânia, Emirados Árabes Unidos, Eritreia, Gaza e Zimbábue, Guiana, Haiti, Hong Kong SAR (China), Madagascar, Nova Zelândia, Omã, Puerto Rico, Qatar, Suíça, Suriname, Taiwan (China), Timor-Leste. Nesses casos foram usados os dados do PIB ou PNB per capita e as taxas de crescimento do banco de dados da Perspectiva Econômica Mundial do

Fundo Monetário Internacional e do *Economist Intelligence Unit*.

REGIÃO E GRUPO DE RENDA

O *Doing Business* utiliza as classificações regionais e de grupos de renda do Banco Mundial, disponíveis em <http://www.worldbank.org/data/countryclass>. O Banco Mundial não atribui classificações regionais a economias de alta renda. Para fins do relatório do *Doing Business*, as economias de alta renda da OCDE recebem a classificação “regional” de alta renda da OCDE. As figuras e tabelas que apresentam médias regionais incluem economias de todos os grupos de renda (baixa, média, média-alta e alta).

POPULAÇÃO

O *Doing Business 2011* relata as estatísticas populacionais da metade do ano de 2009, conforme publicado nos Indicadores do Desenvolvimento Mundial de 2010.

em <http://www.doingbusiness.org>. Todos os exemplos de pesquisas e os detalhes inerentes aos indicadores são também publicados no website. As perguntas sobre a metodologia e os desafios aos dados podem ser enviados por meio da seção “Faça uma Pergunta” do website <http://www.doingbusiness.org>.

O projeto *Doing Business* publica 8.967 indicadores todos os anos. Para criar tais indicadores, a equipe mede mais de 52.000 pontos, sendo cada um disponibilizado no website *Doing Business*. Dados de cada indicador e de cada economia ao longo dos anos estão disponíveis no website, começando com o primeiro ano em que o indicador ou a economia foram incluídos no relatório. Para fornecer uma sequência cronológica comparável em termos de pesquisa, o conjunto de dados é calculado retroativamente para se ajustar às alterações em metodologia e a quaisquer revisões dos dados devido a correções. O website também disponibiliza todos os conjuntos de dados originais usados para documentos de referência. O índice de correção entre *Doing Business 2010* e *Doing Business 2011* foi de 5,7%.

AVALIAÇÃO QUINQUENAL DA MUDANÇA CUMULATIVA: MUDANÇA DE PONTUAÇÃO DO DOING BUSINESS

O *Doing Business 2011* está introduzindo uma nova medição para ilustrar como o ambiente normativo da empresa mudou em termos absolutos em cada economia durante os cinco anos desde que o *Doing Business 2006* foi publicado. Esta medição é chamada mudança na pontuação do *Doing Business*. Nas nove áreas da regulamentação de negócios incluídas na classificação agregada sobre a facilidade de fazer negócios no *Doing Business 2011*, a nova medida atribui uma pontuação neutra se não tiver ocorrido nenhuma alteração nos dados subjacentes, uma pontuação positiva para alterações que resultaram em melhorias nos indicadores e uma pontuação negativa para as alterações que tiveram um impacto adverso sobre os indicadores.

Esta medição complementa a classificação agregada sobre a facilidade de fazer negócios, a qual relaciona o desempenho atual de cada economia com base nos indicadores com o de todas as

outras economias constantes da amostra do *Doing Business*. Ao mostrar mudança absoluta no correr do tempo, a medida ilustra, para cada economia, como boa parte de seu ambiente normativo para negócios, mudou em comparação com 5 anos atrás, conforme a medição dos indicadores do *Doing Business*. As economias que realizaram a maior mudança cumulativa nos últimos 5 anos receberam a mais alta pontuação do *Doing Business*.

A nova medição é construída em 4 etapas.

1. Como primeira etapa, a diferença absoluta nas pontuações é calculada para cada um dos indicadores componentes dos 9 tópicos do *Doing Business*, 28 ao todo. Por exemplo, para iniciar um negócio, há 4 indicadores: procedimentos, tempo, custo (como percentual de RNB per capita) e requisito de capital mínimo integralizado (como percentual de RNB per capita). Mudanças anuais absolutas são calculadas de economia a economia para cada um desses indicadores. Por exemplo, se a abertura de uma empresa requerer 200 dias, conforme avaliado no *Doing Business 2006*, e somente 50 segundo avaliado no *Doing Business 2007*, seria registrada uma mudança de 150 para a economia. Se em vez de diminuir, o tempo tivesse aumentado para 350 dias, seria registrada uma mudança de -150.
2. Para permitir a agregação entre todos os indicadores, os resultados de cada indicador são passíveis de comparação

pela normalização dos valores de mudança em uma escala de 0-1, onde um valor mais alto indica que uma economia fez uma melhoria absoluta mais ampla em um determinado indicador do que outras economias. Como segunda etapa, os valores são reescalados mais uma vez, para que qualquer redução em um indicador seja refletida por uma pontuação negativa e qualquer melhoria por uma pontuação positiva. Uma pontuação 0 indica que não ocorreu nenhuma mudança.⁴

3. Para ilustrar a mudança em todas as 9 áreas da regulamentação de negócios, uma simples média de todas as pontuações obtidas para os diferentes indicadores é usada para calcular a pontuação da mudança econômica anual total de cada economia. Ao usar uma média simples, a nova medição segue a abordagem usada na classificação da facilidade para fazer negócios.
4. Finalmente, as pontuações da mudança econômica anual de cada economia são somadas para ilustrar a mudança cumulativa em seu ambiente normativo de negócios nos últimos 5 anos.

FACILIDADE PARA FAZER NEGÓCIOS

O índice da facilidade para fazer negócios classifica economias de 1 a 183. Para cada economia o índice é calculado como a classificação sobre a média simples de suas classificações por percentil em cada um dos 9 tópicos no índice no *Doing*

Business 2011: abertura de empresa, obtenção de alvarás de construção, emprego de trabalhadores, registro de propriedade, obtenção de crédito, proteção a investidores, pagamento de impostos, comércio internacional, cumprimento de contratos e fechamento de um negócio. A classificação sobre cada tópico é a média simples das classificações por percentil dos componentes de seus indicadores. (table 14.2).

Se uma economia não tiver leis ou regulamentos abrangendo uma área específica — por exemplo, falência — ela recebe a marca “sem prática”. Do mesmo modo, uma economia recebe uma marca “sem prática” ou “não é possível” quando o regulamento existe, mas nunca é usado ou quando um regulamento competitivo proíbe essa prática. Seja como for, a marca “sem prática” coloca a economia no final da classificação sobre o indicador relevante.

Figura a seguir um exemplo de como a classificação é construída. Na Islândia, são necessários 5 procedimentos, 5 dias e 2,3% da renda anual per capita em taxas para abrir uma empresa. O capital mínimo necessário chega a 11,97% da renda per capita. Nesses indicadores, a Islândia está classificada nos 13º, 4º, 15º e 63º percentis. Portanto, em média, a Islândia classifica-se no 24º percentil no tocante à facilidade para a abertura de uma empresa. Ela classifica-se no 50º percentil em proteção a investidores, 40º percentil em comércio internacional, 10º percentil em cumprimento de contratos, 9º percentil em fechamento de empresa, e assim por

TABELA 14.2

Que indicadores constituem a classificação?

Abertura de uma empresa	Pagamento de impostos
<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos, tempo, custo e capital integralizado para abrir uma nova empresa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de pagamentos de impostos, tempo para preparar e enviar declarações de impostos e pagar impostos, impostos totais como parcela do lucro antes da dedução de todos os impostos.
Obtenção de alvarás de construção	Comércio internacional
<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos, tempo e custo para a obtenção de alvarás de construção, inspeções e conexões de serviços de utilidade pública. 	<ul style="list-style-type: none"> • Documentos, tempo e custo de exportação e importação.
Registro da propriedade	Cumprimento de contratos
<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos, tempo e custo para transferência de imóveis comerciais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos, tempo e o custo para solucionar uma controvérsia comercial.
Obtenção de crédito	Fechamento de um negócio
<ul style="list-style-type: none"> • Índice de força dos direitos legais, índice de profundidade da informação creditícia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de recuperação da falência.
Proteção de investidores	
<ul style="list-style-type: none"> • Índice da força da proteção ao investidor: alcance do índice de divulgação, alcance do índice de responsabilidade do diretor e índice da facilidade do ajuizamento de ação contra os diretores pelos acionistas. 	

diante. Classificações mais altas indicam um regulamento simples e uma proteção mais intensificada dos direitos de propriedade. A média simples das classificações por percentis da Islândia em todos os tópicos é de 25%. Quando todas as economias são ordenadas segundo sua classificação por percentil médio, a Islândia ocupa o 15º lugar.

Métodos de agregação mais complexos — tais como componentes principais e componentes ignorados — produzem uma classificação quase idêntica.⁵ A escolha do método de agregação tem pouca influência sobre as classificações porque os 9 conjuntos de indicadores fornecem uma cobertura suficientemente ampla de todos os tópicos. Portanto, o *Doing Business* usa o método mais simples.

O índice da facilidade para se fazer negócios é limitado em escopo. Ele não responde pela proximidade da economia com grandes mercados, a qualidade de seus serviços de infraestrutura (que não sejam serviços relacionados ao comércio internacional), a solidez do seu sistema financeiro, a proteção da propriedade de roubo e saques, suas condições macroeconômicas ou a solidez das instituições envolvidas. Ainda existe uma enorme agenda de pesquisas inacabadas sobre qual regulamento constitui restrições inerentes, qual pacote de reformas é mais eficaz e como essas questões são formuladas pelo contexto de uma economia. Os indicadores do *Doing Business* fornecem um novo conjunto de dados empíricos que podem melhorar o entendimento sobre essas questões.

O *Doing Business 2011* também usa um método simples para calcular que economias mais aumentaram a facilidade para fazer negócios. Primeiro, ele seleciona as economias que realizaram reformas em 3 ou mais dos 9 tópicos, incluídos na classificação referente à facilidade para se fazer negócios. Vinte e cinco economias atenderam a este critério: Arábia Saudita, Bielorrússia, Brunei Darussalam, Burkina Faso, Cabo Verde, Cazaquistão, Democrática do Congo, Eslovênia, Estônia, Geórgia, Granada, Guiana, Hungria, Indonésia, Islâmica do Irã, Lituânia, Malásia, Mali, Montenegro, Peru, República Ruanda, República, Serra Leoa, Suécia, Tadjiquistão, Ucrânia, Vietnã e Zâmbia. Segundo, o *Doing Business* classifica essas economias de acordo com

a melhora em sua classificação na facilidade para se fazer negócios desde o ano passado usando classificações comparáveis.

NA CLASSIFICAÇÃO DE FACILIDADE DE FAZER NEGÓCIOS

A classificação agregada deste ano sobre a facilidade de se fazer negócios baseia-se em 9 conjuntos de indicadores: abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, registro da propriedade, obtenção de crédito, proteção dos investidores, pagamento de impostos, comércio internacional, cumprimento de contratos e fechamento de empresas.

ABERTURA DE EMPRESAS

O *Doing Business* registra todos os procedimentos oficialmente necessários para um empresário abrir e operar formalmente uma empresa industrial ou comercial. Os procedimentos incluem a obtenção de todas as licenças e alvarás necessários e o preenchimento de qualquer notificação necessária, verificações ou inscrições da empresa e dos funcionários com autoridades relevantes. A classificação sobre a facilidade de se fazer negócios é a média simples das classificações por percentil sobre seus indicadores componentes (figura 14.1).

Após um estudo das leis, regulamentações e informações publicamente disponíveis sobre a abertura de empresas, foi preparada uma lista detalhada de procedimentos, juntamente com o tempo e custo do cumprimento de cada procedimento em circunstâncias normais e os requisitos de capital mínimo integralizado. Posteriormente, os advogados societários e funcionários do governo preenchem e verificam os dados.

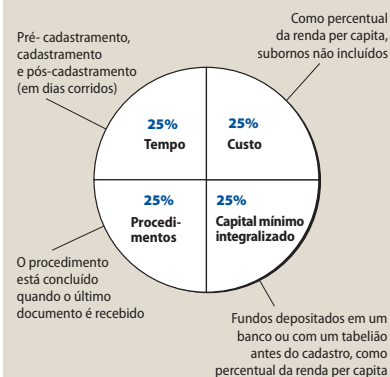
As informações também são coletadas na sequência na qual os procedimentos devem ser concluídos e se os procedimentos podem ser realizados simultaneamente. Pressupõe-se que as informações necessárias estejam prontamente disponíveis e que todos os órgãos que participam do processo de abertura funcionem sem corrupção. Se as respostas dos peritos locais forem diferentes, as consultas prosseguem até que os dados sejam conciliados.

Para tornar os dados comparáveis em todas as economias utilizam-se

FIGURA 14.1

Abrindo um negócio: colocando uma empresa de responsabilidade limitada local em funcionamento

As classificações são baseadas em 4 subindicadores



várias suposições sobre o negócio e os procedimentos usados.

SUPOSIÇÕES SOBRE A EMPRESA

A empresa:

- É uma empresa de responsabilidade limitada. Se houver mais de um tipo de empresa de responsabilidade limitada na economia, é escolhida a forma de responsabilidade limitada mais popular entre as empresas nacionais. As informações sobre a forma mais popular são obtidas com os advogados societários ou no departamento de estatísticas.
- Funciona na maior cidade comercial da economia.
- É 100% de propriedade nacional e tem 5 proprietários, nenhum deles é pessoa jurídica.
- Tem capital integralizado de 10 vezes a renda per capita no final de 2009, pago em dinheiro.
- Realiza atividades industriais e comerciais gerais, tais como produção ou venda ao público de produtos ou serviços. A empresa não realiza atividades de comércio estrangeiro e não lida com produtos sujeitos a um regime tributário especial, por exemplo, bebida alcoólica ou fumo. Não usa processos de produção altamente poluentes.
- Aluga a fábrica e escritórios e não é proprietária de imóveis.
- Não se qualifica para incentivos para investimento ou qualquer outro benefício especial.
- Tem pelo menos 10 e até 50 funcionários após o início das operações, todos cidadãos.

- Tem uma rotatividade de pelo menos 100 vezes a renda per capita.
- Tem um contrato social de 10 páginas.

PROCEDIMENTOS

Um procedimento é definido como qualquer interação dos fundadores da empresa com terceiros (por exemplo, órgãos do governo, advogados, auditores ou tabeliães). As interações entre fundadores da empresa ou executivos da empresa não são contadas como procedimentos. Os procedimentos que devem ser concluídos no mesmo prédio, mas em diferentes departamentos são contados como procedimentos separados. Se os fundadores tiverem de visitar o mesmo departamento várias vezes para diferentes procedimentos sequenciais, cada um será contado separadamente. Os fundadores devem concluir sozinhos todos os procedimentos, sem intermediários, facilitadores, contadores ou advogados, a menos que o uso desse terceiro seja exigido por lei. Se forem necessários serviços de profissionais, os procedimentos realizados por esses profissionais em nome da empresa são computados separadamente. Cada procedimento eletrônico é computado separadamente. Se for possível concluir 2 procedimentos no mesmo website, mas se forem necessários arquivamentos separados, eles serão computados como 2 procedimentos.

São registrados ambos os procedimentos pré e pós-constituição societária,

exigidos oficialmente para que um empresário possa operar formalmente um negócio (Tabela 14.3).

Os procedimentos necessários para a correspondência oficial ou transações com órgãos públicos também são incluídos. Por exemplo, se for exigido um selo ou carimbo da empresa nos documentos oficiais, tais como declarações tributárias, a obtenção do selo ou carimbo é computada. Do mesmo modo, se uma empresa tiver que abrir uma conta bancária antes de se cadastrar para imposto sobre venda ou imposto sobre valor agregado, esta transação é incluída como um procedimento. Os atalhos são computados somente se preencherem 4 critérios: devem ser legais, disponíveis para o público geral, devem ser usados pela maioria das empresas e evitá-los causaria atrasos substanciais.

Somente procedimentos exigidos de todos os negócios são incluídos. Os procedimentos específicos de indústrias são excluídos. Por exemplo, os procedimentos que cumprem os regulamentos ambientais são incluídos somente quando se aplicam a todos os negócios que conduzem atividades comerciais e industriais gerais. Os procedimentos aos quais a empresa submete-se para conectar eletricidade, água, gás e serviços de descarte de resíduos não são incluídos.

TEMPO

O tempo é medido em dias corridos. A medida registra a duração média que

os advogados societários indicam ser necessária para concluir um procedimento com acompanhamento mínimo com órgãos do governo e nenhum pagamento extra. Supõe-se que o tempo mínimo necessário para cada procedimento seja de 1 dia. Embora os procedimentos possam ocorrer simultaneamente, eles não podem começar no mesmo dia (ou seja, procedimentos simultâneos começam em dias consecutivos). Um procedimento é considerado concluído quando a empresa tiver recebido o documento final, tal como o certificado de cadastro da empresa ou o número fiscal. Se um procedimento puder ser acelerado por um custo adicional, é escolhido o procedimento mais rápido. Supõe-se que o empresário não desperdice tempo e se comprometa a cumprir cada procedimento restante sem atraso. O tempo que o empresário gasta reunindo informações é ignorado. Supõe-se que o empresário esteja ciente de todos os regulamentos de entrada e sua sequência desde o início, mas não teve nenhum contato prévio com nenhum dos funcionários.

CUSTO

O custo é registrado como percentagem da renda per capita da economia. Inclui todas as despesas oficiais e emolumentos relativos a serviços jurídicos ou profissionais, caso tais serviços sejam exigidos por lei. As despesas relativas à compra e legalização dos livros da empresa são incluídas caso essas transações sejam exigidas por lei. O direito societário, o código comercial, normas específicas e cronograma de taxas são utilizados como fontes para o cálculo dos custos. Na ausência de cronogramas de taxas, a estimativa de uma autoridade governamental é adotada como fonte oficial. Na ausência da estimativa de uma autoridade governamental, são utilizadas as estimativas dos advogados corporativos. Se vários advogados corporativos fornecerem estimativas diferentes, será aplicado o valor médio reportado. Em todos os casos, o custo não inclui propinas.

CAPITAL MÍNIMO INTEGRALIZADO

O requisito de capital mínimo integralizado reflete a quantia que o empresário precisa depositar em um banco ou em cartório antes do cadastramento e até 3 meses após a constituição da sociedade; é registrado

TABELA 14.3

O que a abertura de um negócio mede?

Procedimentos para iniciar e operar legalmente uma empresa (número)

- Pré-cadastramento (por exemplo, reserva ou verificação do nome, notariação)
- Cadastramento na maior cidade comercial da economia
- Pós-cadastramento (por exemplo, registro do seguro social, carimbo da empresa)

Tempo requerido para concluir cada um dos procedimentos (dias corridos)

- Não inclui o tempo gasto na coleta de informações
- Cada procedimento começa em dia distinto
- Procedimento concluído quando o último documento é recebido
- Nenhum contato prévio com funcionários

Custo requerido para concluir cada procedimento (% da renda per capita)

- Unicamente custos oficiais, sem propinas
- Nenhum honorário profissional a menos que sejam serviços exigidos por lei

Capital mínimo integralizado (% da renda per capita)

- Depositado em um banco ou com um tabelião antes de iniciar o cadastro

Fonte: Banco de dados do Doing Business.

como um percentual da renda per capita da economia. O montante é geralmente especificado no código comercial ou no direito societário. Muitas economias têm uma exigência de capital mínimo, mas permitem que as empresas paguem somente uma parte dele antes do registro e paguem o restante após o primeiro ano de operação. Na Itália, a exigência de capital mínimo para sociedades de responsabilidade limitada era, em junho de 2009, € 10.000, dos quais pelo menos € 2.500 deveriam ser pagos antes do registro. O capital mínimo integralizado registrado para a Itália é, portanto, € 2.500, ou 10,1% da renda per capita. No México, a exigência de capital mínimo era 50.000 pesos, dos quais um quinto deveria ser pago antes do registro. O capital mínimo integralizado registrado para o México é, portanto, 10.000 pesos, ou 9,2% da renda per capita.

Os detalhes sobre os dados de abertura de empresa encontram-se em <http://www.doingbusiness.org> selecionando-se a economia desejada em uma lista. Esta metodologia foi desenvolvida em Djankov e outros (2002) e é adotada aqui com pequenas alterações.

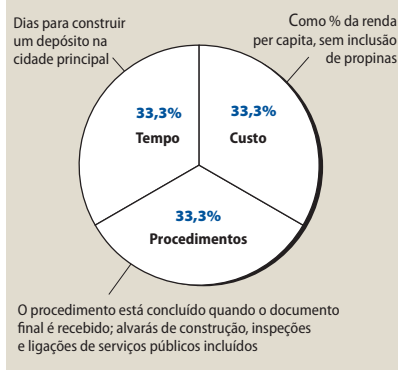
OBTENÇÃO DE ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO

O *Doing Business* registra todos os procedimentos necessários para uma empresa do setor de construção construir um depósito padrão. Esses procedimentos incluem o envio às autoridades de todos os documentos relevantes específicos do projeto (por exemplo: plantas de construção e mapas do local); a obtenção de todas as certidões negativas, licenças, alvarás e certificados; o preenchimento de todas as notificações exigidas e o recebimento de todas as inspeções necessárias. O *Doing Business* também registra os procedimentos para a obtenção das ligações de eletricidade, água, esgoto e uma linha telefônica fixa. Os procedimentos necessários para registrar a propriedade de modo que ela possa ser usada como garantia real ou transferida para outra entidade também são contados. A pesquisa divide o processo de construção de um depósito em procedimentos distintos e calcula o tempo e o custo da execução de cada procedimento na prática em circunstâncias normais.

FIGURA 14.2

Como lidar com alvarás de construção: construção de um depósito

As classificações baseiam-se em 3 subindicadores



A classificação da facilidade de obtenção de alvarás de construção é a média simples das classificações dos percentis sobre os indicadores dos seus componentes (Figura 14.2).

São coletadas informações dos especialistas em licenciamento de construção, incluindo arquitetos, advogados especialistas em construção, firmas de construção, prestadores de serviços de utilidade pública e funcionários públicos que tratam de regulamentações de construções, inclusive aprovações e inspeções. Para tornar os dados comparáveis entre as economias, são utilizadas várias premissas acerca do negócio, do projeto do depósito e das ligações de serviços públicos.

PREMISSAS SOBRE A EMPRESA DE CONSTRUÇÃO

A empresa (BuildCo):

- É uma empresa de responsabilidade limitada.
- Funciona na maior cidade comercial da economia.
- É 100% de propriedade nacional e privada.
- Tem cinco proprietários, nenhum dos quais é pessoa jurídica.
- É devidamente licenciada e segurada para executar projetos de construção, tais como a construção de depósitos
- Tem 60 construtores e outros empregados, todos cidadãos nacionais com a perícia técnica e a experiência profissional necessárias para obter alvarás de construção e aprovações.
- Tem pelo menos 1 funcionário que é arquiteto licenciado e registrado no conselho de arquitetura local.

- Pagou todos os impostos e fez todos os seguros necessários pertinentes à sua atividade comercial (por exemplo, seguro contra acidentes para os empregados na construção e seguro de responsabilidade civil para terceiros).
- É proprietária do terreno onde o depósito está construído.

PREMISSAS ACERCA DO DEPÓSITO

O depósito:

- Será usado para atividades de armazenamento em geral, tais como armazenamento de livros ou material de escritório. O depósito não será usado para quaisquer mercadorias que exijam condições especiais, tais como alimentos, produtos químicos ou farmacêuticos.
- Tem 2 andares, ambos acima do solo, com superfície total de cerca de 1.300,6 metros quadrados (14.000 pés quadrados). Cada andar tem 3 metros de altura (9 pés, 10 polegadas).
- Tem acesso à rua e está localizado em área periurbana do maior centro de negócios da economia (ou seja, na periferia da cidade, mas ainda dentro dos seus limites oficiais).
- Não está localizada em nenhuma zona industrial ou econômica especial. Os requisitos de zoneamento para depósitos são atendidos mediante a construção em uma área onde é possível encontrar depósitos semelhantes.
- Está localizado em um terreno de 929 metros quadrados (10.000 pés quadrados) que é 100% de propriedade da BuildCo e é devidamente registrado no cadastro e registro de imóveis.
- É uma construção nova (não havia nenhuma construção anterior no terreno).
- Tem plantas de arquitetura e técnicas preparadas por um arquiteto licenciado.
- Incluirá todos os equipamentos técnicos necessários para tornar o depósito totalmente operacional.
- Sua construção levará 30 semanas (excluídos os atrasos decorrentes de exigências administrativas e normativas).

PREMISSAS SOBRE AS CONEXÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS

A conexão elétrica:

- Está a uma distância de 10 metros (32 pés e 10 polegadas) da rede elétrica principal.

- Tem tensão média: conexão de 3 fases, 4 fios Y, 140 quilovolt-ampères (kVA). Existe disponibilidade de serviço trifásico na área da construção.
- Será fornecida por serviço aéreo, a menos que não haja serviço aéreo disponível na área periurbana.
- Consiste em um sistema de ligações simples, salvo se for necessária a instalação de uma subestação particular (transformador) ou extensão.
- Requer a instalação de um único medidor de eletricidade.

Supõe-se que exista um electricista credenciado na equipe da BuildCo para executar a instalação elétrica interna do depósito.

A ligação de água e esgoto:

- Está a 10 metros (32 pés e 10 polegadas) de distância do encanamento de água e da tubulação de esgoto.
- Não exige água para fins de combate a incêndio; em lugar disso, será usado um sistema de extintores de incêndio (sistema seco). Se houver exigência legal de um sistema de proteção contra incêndio com água, supõe-se que o requisito de água apresentado a seguir também abranja a água necessária à proteção contra incêndio
- Tem utilização média de 662 litros (175 galões) de água por dia e um fluxo médio de águas de 568 litros (150 galões) por dia.
- Tem pico de utilização água de 1.325 litros (350 galões) por dia e pico de fluxo de águas de 1.136 litros (300 galões) por dia.
- Terá um nível constante de demanda de água e fluxo de águas servidas ao longo de todo o ano.

A linha telefônica:

- Está a uma distância de 10 metros (32 pés e 10 polegadas) da rede telefônica principal.
- É uma linha telefônica fixa.

PROCEDIMENTOS

Um procedimento é qualquer interação dos funcionários ou gerentes da empresa com partes externas, inclusive órgãos do governo, cartórios, registro de imóveis, o cadastro, empresas de serviços públicos, inspetores públicos e privados e especialistas técnicos, além dos arquitetos e engenheiros da própria empresa. As interações entre os funcionários da

empresa, tais como o desenvolvimento de planos e inspeções do depósito realizados pelos próprios funcionários não são considerados procedimentos. Os procedimentos pelos quais a empresa passa para fazer a ligação dos serviços de eletricidade, água, esgoto e telefone são incluídas. Todos os procedimentos que são exigidos por lei ou na prática para a construção de um depósito são considerados, mesmo se puderem ser evitados em situações especiais (Tabela 14.4).

TEMPO

O tempo é registrado em dias corridos. A medição capta a duração média que os peritos locais indicam como necessária para a conclusão de um procedimento na prática. Supõe-se que o tempo mínimo necessário para cada procedimento seja de 1 dia. Embora os procedimentos possam ocorrer simultaneamente, eles não podem começar no mesmo dia (ou seja, procedimentos simultâneos começam em dias consecutivos). Se um procedimento puder ser legalmente acelerado por meio de um custo adicional, é selecionado o procedimento mais rápido. Presume-se que a BuildCo não perca tempo e se comprometa a realizar cada procedimento remanescente sem demora. O tempo que a BuildCo gasta para coletar informações é ignorado. Presume-se que a BuildCo esteja ciente de todos os requisitos para construção e sua sequência desde o início.

TABELA 14.4

O que o tratamento dos alvarás de construção mede?

Procedimentos para construir legalmente um depósito (número)

- Envio de todos os documentos relevantes e obtenção de todas as certidões negativas, licenças, alvarás e certificados necessários
- Atendimento de todas as notificações requeridas e recebimento de todas as inspeções necessárias
- Obtenção das conexões de serviços de utilidade pública de eletricidade, água e linha telefônica fixa
- Registro do depósito após a sua conclusão (se necessário para uso como garantia ou para transferência do depósito)

Tempo requerido para concluir cada um dos procedimentos (dias corridos)

- Não inclui o tempo gasto na coleta de informações
- Cada procedimento começa em dia distinto
- Procedimento concluído quando o último documento é recebido
- Nenhum contato prévio com funcionários

Custo requerido para concluir cada procedimento (% da renda per capita)

Unicamente custos oficiais, sem propinas

Fonte: Banco de dados do Doing Business.

CUSTO

O custo é registrado como percentagem da renda per capita da economia. São registrados apenas os custos oficiais. São registradas todas as taxas associadas à execução dos procedimentos para construir legalmente um depósito, inclusive as taxas associadas à obtenção de aprovações para o uso da terra e certidões negativas dos projetos antes da construção; recebimento de inspeções antes, durante e após a construção; obtenção de ligações de serviços públicos e cadastramento de propriedade do depósito. Os impostos não recorrentes exigidos para a execução do projeto do depósito também são registrados. O código de construção, informações dos peritos locais e normas e cronogramas específicos dos pagamentos de taxas são utilizados como fontes de custos. Se vários parceiros locais fornecerem estimativas diferentes, será usado o valor médio reportado.

Os detalhes sobre os dados relativos ao tratamento de alvarás de construção para cada economia encontram-se em <http://www.doingbusiness.org>, selecionando-se a economia desejada na lista.

REGISTRO DA PROPRIEDADE

O *Doing Business* registra a sequência completa dos procedimentos necessários para uma empresa (comprador) adquirir uma propriedade de outra empresa

(vendedor) e transferir o título de propriedade para o nome do comprador de modo que este possa usar a propriedade para expandir o seu negócio, usar a propriedade como garantia para tomar novos empréstimos ou, se necessário, vender a propriedade para outra empresa. O processo tem início com a obtenção dos documentos necessários, tais como cópia do título de propriedade do vendedor, se necessário, e a realização de devida diligência, se for solicitado. A transação é considerada concluída quando é possível opô-la a terceiros e quando o comprador pode utilizar a propriedade como garantia para um empréstimo bancário ou revendê-la. A classificação da facilidade de registro da propriedade é a média simples das classificações por percentil sobre seus indicadores de componentes (Figura 14.3).

Todo procedimento exigido por lei ou necessário na prática é incluído, quer seja responsabilidade do vendedor ou do comprador ou deve ser executado por terceiros em nome deles. Advogados especializados em bens imóveis, cartórios e registros de imóveis fornecem informações acerca de procedimentos, bem como do tempo e do custo para realizar cada uma delas.

Para tornar os dados comparáveis entre as economias, são utilizadas várias premissas acerca das partes da transação, da propriedade e dos procedimentos.

PREMISSAS ACERCA DAS PARTES

As partes (comprador e vendedor):

- São sociedades de responsabilidade limitada.

TABELA 14.5

O que o cadastramento da propriedade mede?

Procedimentos para transferir legalmente o título de bens imóveis (número)

- Pré-cadastramento (por exemplo verificação de penhor, autenticação do contrato de venda, pagamento do imposto de transmissão)
- Cadastramento na maior cidade comercial da economia
- Pós-cadastramento (por exemplo, protocolar o título na Prefeitura, autoridade fiscal ou cadastro)

Tempo requerido para concluir cada um dos procedimentos (dias corridos)

- Não inclui o tempo gasto na coleta de informações
- Cada procedimento começa em dia distinto
- Procedimento concluído quando o último documento é recebido
- Nenhum contato prévio com funcionários

Custo necessário para a execução de cada procedimento (% do valor da propriedade)

- Unicamente custos oficiais, sem propinas
- Não são incluídos valor agregado ou ganhos de capital

Fonte: Banco de dados do Doing Business.

- Estão localizadas na área periurbana do maior centro de negócios da economia.
- São 100% de propriedade nacional e privada.
- Têm 50 empregados cada, todos cidadãos nacionais.
- Executam atividades comerciais gerais.

PREMISSAS ACERCA DA PROPRIEDADE

A propriedade:

- Tem um valor igual a 50 vezes a renda per capita. O preço de venda é igual ao valor.
- É inteiramente de propriedade do vendedor.
- Não tem hipotecas e pertence aos mesmos proprietários há 10 anos.
- Está registrada no registro de imóveis ou cadastro, ou em ambos, e não tem litígios relativos ao título de propriedade.
- Está localizada em zona comercial periurbana e não é necessário zoneamento.
- Consiste no terreno e uma construção.
- A área do terreno é de 557,4 metros quadrados (6.000 pés quadrados).
- No terreno há um depósito de dois andares e 929 metros quadrados (10.000 pés quadrados).
- O depósito foi construído há 10 anos, está em boas condições e cumpre todos os padrões de segurança, códigos de obras e outros requisitos legais.
- A propriedade do terreno e do prédio será totalmente transferida.
- Não sofrerá reformas nem construção adicional após a compra
- Não tem árvores, nascentes de água, reservas naturais ou monumentos históricos de qualquer espécie.

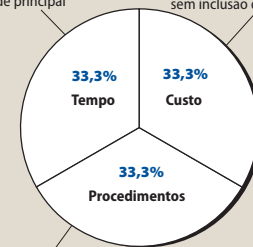
FIGURA 14.3

Registro de propriedade: transferência de propriedade entre 2 empresas locais

As classificações baseiam-se em 3 subindicadores

Dias para transferir a propriedade na cidade principal

Como % do valor da propriedade, sem inclusão de propinas



Etapas para verificar obstáculos, obter certificados de certidões negativas preparar escritura e transferir o título de modo que a propriedade possa ser ocupada, vendida ou usada como garantia

- Não será usada com finalidades específicas e não serão necessários alvarás especiais, tais como para uso residencial, instalações industriais, armazenamento de lixo ou certos tipos de atividades agrícolas.
- Não tem ocupantes (legais ou ilegais) e nenhuma outra parte possui interesse legal na propriedade.

PROCEDIMENTOS

Um procedimento é definido como qualquer interação do comprador ou do vendedor, seus agentes (caso haja necessidade legal ou prática de um agente) ou da propriedade com partes externas, inclusive órgãos do governo, inspetores, tabeliães e advogados. As interações entre os dirigentes e os funcionários da empresa não são levadas em conta. Todos os procedimentos que são exigidos por lei ou na prática para o cadastramento da propriedade são registrados, mesmo se puderem ser evitados em situações especiais (Tabela 14.5). Presume-se que o comprador siga a opção legal disponível mais rápida e utilizada pela maioria dos proprietários de imóveis. Embora o comprador possa fazer uso de advogados ou outros profissionais quando for necessário no processo de registro, presume-se que ele não empregue um facilitador externo no processo de registro, a menos que seja necessário fazê-lo legalmente ou na prática.

TEMPO

O tempo é registrado em dias corridos. A medida capta a duração média de tempo que os advogados especializados em bens imóveis, cartórios ou oficiais de registro

indiquem como necessário para a execução do procedimento. Presume-se que o tempo mínimo necessário para cada procedimento seja de 1 dia. Embora os procedimentos possam ocorrer simultaneamente, eles não podem ter início no mesmo dia. Presume-se que o comprador não perca tempo e se comprometa a realizar cada procedimento remanescente sem demora. Se um procedimento puder ser acelerado por um custo adicional, é selecionado o procedimento legal disponível mais rápido e utilizado pela maioria dos proprietários de imóveis. Se os procedimentos puderem ser executados simultaneamente, presume-se que sejam. Presume-se que as partes envolvidas estejam cientes de todos os regulamentos e sua sequência desde o início. O tempo gasto com a coleta de informações não é levado em conta.

CUSTO

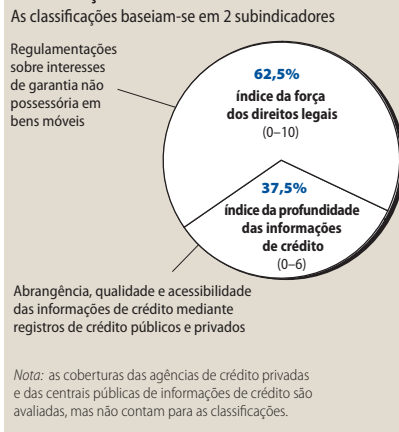
O custo é registrado como um percentual do valor da propriedade e presumido como o equivalente a 50 vezes a renda per capita. São registrados apenas os custos oficiais exigidos por lei, incluindo taxas, impostos de transferência, impostos de selo e quaisquer outros pagamentos para o cadastramento de propriedade, cartórios, órgãos públicos e advogados. Outros impostos, tais como imposto sobre ganhos de capital e imposto sobre circulação de mercadorias não são incluídos na medição do custo. São incluídos os custos que correrem por conta do comprador e os arcados pelo vendedor. Se a estimativa de custo diferir entre as fontes, será usado o valor médio relatado.

Os detalhes sobre os dados de cadastramento da propriedade em cada economia encontram-se em <http://www.doingbusiness.org> selecionando-se a economia desejada em uma lista.

OBTENÇÃO DE CRÉDITO

O *Doing Business* avalia os direitos legais dos mutuários e mutuantes no tocante às transações garantidas por meio de um grupo de indicadores e à troca de informações sobre crédito por meio de outro. O primeiro conjunto de indicadores descreve o grau em que a legislação sobre garantias e o direito falimentar facilitam os empréstimos. O segundo conjunto mede a cobertura, a abrangência e a acessibilidade

FIGURA 14.4
Obtenção de crédito: regras sobre garantias e informações sobre crédito
As classificações baseiam-se em 2 subindicadores



das informações sobre crédito disponíveis mediante centrais públicas de informações de crédito e serviços de crédito privados. A classificação da facilidade obtenção de crédito é a média simples das classificações por percentil sobre seus indicadores de componentes (Figura 14.4).

Os dados sobre os direitos legais dos mutuários e mutuantes são coletados por intermédio de uma pesquisa de advogados especializados em financiamento e verificados mediante a análise de leis e regulamentos, bem como de fontes públicas de informações sobre legislação sobre garantias e direito falimentar. Os dados sobre o intercâmbio de informações de crédito são montados em duas etapas. Primeiramente, as autoridades de supervisão bancária e as fontes de informações públicas são pesquisadas para confirmar a presença de uma central pública de informações de crédito ou de serviço de crédito privado. Em segundo lugar, quando pertinente, uma pesquisa detalhada sobre a estrutura da central pública de informações de crédito ou da agência de crédito privada, a legislação e regras associadas é administrada para a própria entidade. As respostas à pesquisa são verificadas mediante várias rodadas de comunicação de acompanhamento com os entrevistados, bem como pela contratação de terceiros e consulta a fontes públicas. Os dados da pesquisa são confirmados via teleconferência e visitas ao local em todas as economias.

ÍNDICE DA FORÇA DOS DIREITOS LEGAIS

O índice da força dos direitos legais mede o grau em que a legislação sobre garantia e

direito falimentar protegem os direitos dos mutuários e dos mutuantes e, dessa forma, facilitam o empréstimo (Tabela 14.6). Os cenários de dois casos, caso A e caso B, são utilizados para determinar a abrangência do sistema de transações garantidas, envolvendo um mutuário garantido, a empresa ABC e um mutuante garantido, BizBank. Em determinadas economias, a estrutura legal sobre transações seguradas significa que somente o caso A ou o caso B pode ser aplicado (não ambos). Ambos os casos examinam o mesmo conjunto de restrições legais acerca do uso de garantia móvel.

São utilizadas várias premissas acerca do mutuário e mutuante garantidos:

- ABC é uma sociedade nacional de responsabilidade limitada.
- A ABC está sediada e tem sua única base de operações no maior centro de negócios da economia.
- Para financiar seus planos de expansão comercial, a ABC obtém um empréstimo do BizBank cujo montante representa 10 vezes a renda per capita em moeda local.
- Tanto a ABC quanto o BizBank são empresas 100% nacionais.

Os cenários do caso também envolvem premissas. No caso A, como garantia para o empréstimo, a ABC concede ao BizBank uma garantia não possessória em uma categoria de bens móveis rotativos, suas contas a receber ou seu inventário. A ABC

TABELA 14.6

O que os indicadores de obtenção de crédito medem?

Índice da força dos direitos legais (0-10)

- Proteção de direitos dos mutuários e mutuantes mediante legislação de garantias
- Proteção dos direitos dos credores mediante o direito falimentar

Índice da profundidade do crédito (0-6)

- Alcance e acessibilidade das informações de crédito distribuídas pelas centrais públicas de informações de crédito e agências de crédito privadas

Cobertura da central pública de informações de crédito (% de adultos)

- Número de pessoas físicas e empresas listadas em uma central pública de informações de crédito como percentual da população adulta

Cobertura da agência de crédito privada (% de adultos)

- Número de pessoas físicas e empresas listadas na maior agência de crédito privada como percentual da população adulta

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

quer manter a posse e a propriedade da garantia. Em economias nas quais a legislação não permite a concessão de garantia não possessória em bens móveis, a ABC e o BizBank usam um acordo de transferência fiduciária de titularidade (ou um substituto semelhante).

No caso B, a ABC concede ao BizBank um encargo sobre o negócio, encargo sobre o empreendimento, debênture ou qualquer encargo que forneça ao BizBank garantia sobre todos os bens móveis rotativos da ABC combinados (ou o máximo possível de bens móveis da ABC). A ABC mantém a propriedade e a posse dos bens.

O índice da força dos direitos legais inclui 8 aspectos relacionados aos direitos legais na lei de garantias e 2 aspectos no direito falimentar. Uma pontuação de 1 é atribuída a cada um dos seguintes aspectos da legislação:

- Qualquer empresa poderá usar bens móveis como garantia e, ao mesmo tempo, manter a posse dos bens e qualquer instituição financeira poderá aceitar esses bens como garantia.
- A lei permite que uma empresa conceda um direito de garantia não possessória em uma única categoria de bens móveis (tais como contas a receber ou inventário), sem exigir uma descrição específica da garantia.
- A lei permite que uma empresa conceda um direito de garantia não possessória em todos os seus bens móveis sem exigir uma descrição específica da garantia.
- Um direito de garantia pode estender-se por mais tempo ou após a aquisição dos bens e pode estender-se automaticamente para os produtos, recursos ou substitutos dos bens originais.
- Uma descrição geral das dívidas e obrigações é permitida nos contratos de garantia e em documentos de registro: todos os tipos de dívida e obrigações podem ser garantidos entre as partes e o contrato de garantia pode incluir uma quantia máxima para a qual os bens são onerados.
- Um registro de garantias ou instituição de registros está em operação, unificado geograficamente e por tipo de bem, com um banco de dados eletrônico indexado pelo nome do devedor.
- Os credores garantidos são pagos em primeiro lugar (por exemplo, antes

das notificações gerais de cobrança de impostos e reivindicações dos empregados) quando um devedor não cumpre o contrato fora de um processo de insolvência.

- Os credores garantidos são pagos em primeiro lugar (por exemplo: antes do avisos gerais de cobrança de impostos e reivindicações dos empregados) quando a empresa é liquidada.
- Os credores garantidos não estão sujeitos à suspensão automática ou moratória dos procedimentos de execução quando um devedor entra em um processo de reorganização societária supervisionado pelo tribunal.
- A lei permite que as partes acordem em um contrato de garantia que o mutuante possa exercer seu direito de garantia sem recorrer à justiça.

O índice varia de 0 a 10 e as pontuações mais elevadas indicam que a legislação sobre garantias e o direito falimentar são mais adequadas para ampliar o acesso ao crédito.

ÍNDICE DA PROFUNDIDADE DAS INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO

O índice da profundidade das informações sobre do crédito mede as normas e práticas que afetam a cobertura, a abrangência e a acessibilidade das informações de crédito disponíveis mediante uma central pública de informações de crédito ou serviço de crédito privado. Uma pontuação 1 é atribuída a cada uma das 6 características seguintes do registro público de crédito ou do serviço de crédito privado (ou ambos):

- São distribuídas informações de crédito positivas (por exemplo, montantes dos empréstimos sem amortização e padrão de amortizações no prazo certo) e informações negativas (por exemplo, pagamentos em mora, número e montante de inadimplências) e falências.
- São distribuídos dados sobre pessoas físicas e jurídicas.
- São distribuídos dados dos varejistas e de empresas de serviços públicos, bem como de instituições financeiras.
- São distribuídos dados históricos de mais de 2 anos. Os registros e serviços de crédito que apaguem dados sobre inadimplências recebem pontuação 0 para este indicador.
- São distribuídos dados sobre os montantes dos empréstimos abaixo

de 1% da renda per capita. Cumpre ressaltar que o registro ou serviço de crédito deve ter cobertura mínima de 1% da população adulta para receber pontuação 1 neste indicador.

- Por lei, os mutuários têm o direito de acessar seus dados no maior registro ou serviço de crédito da economia.

O índice varia de 0 a 6, com valores mais altos indicando a disponibilidade de mais informações de crédito, tanto de um registro público de crédito quanto de um serviço privado de crédito, para facilitar as decisões sobre empréstimos. Se o registro ou o serviço de crédito não for operacional ou tiver uma cobertura de menos de 0,1% da população adulta, a pontuação do índice da profundidade das informações de crédito será 0.

Na Lituânia, por exemplo, tanto um registro público de crédito quanto um serviço privado de crédito estão em operação. Os dois distribuem informações positivas e negativas (pontuação 1). Os dois distribuem dados sobre empresas e indivíduos (pontuação 1). Apesar de o registro público de crédito não distribuir dados de varejistas ou serviços de utilidade pública, o serviço privado de crédito o faz (pontuação 1). Apesar de o serviço privado de crédito não distribuir mais de 2 anos de dados históricos, o registro público de crédito o faz (pontuação 1). Apesar de o registro público de crédito ter um limite de 50.000 litas, o serviço privado de crédito distribui dados sobre empréstimos de qualquer valor (pontuação 1). Os mutuários têm a opção de acessar seus dados no registro público de crédito e no serviço privado de crédito (pontuação 1). A soma dos indicadores atribui à Lituânia uma pontuação total igual a 6.

COBERTURA DE REGISTRO PÚBLICO DE CRÉDITO

O indicador da cobertura de registro público de crédito reporta o número de indivíduos e empresas listados em um registro público de crédito, com informações sobre seu histórico de empréstimos dos últimos 5 anos. O número é expresso como uma porcentagem da população adulta (faixa etária da população acima de 15 anos em 2009, de acordo com os Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial). Um registro público de crédito é definido como um banco de dados gerido pelo setor público, geralmente pelo

FIGURA 14.5

Proteção aos investidores: direitos dos acionistas minoritários em transações referentes às partes
As classificações são baseadas em três subindicadores



banco central ou pelo superintendente de bancos, que reúne as informações sobre a capacidade creditícia dos mutuários (indivíduos ou empresas) no sistema financeiro e facilita o intercâmbio de informações de crédito entre os bancos e as instituições financeiras. Se nenhum registro público de crédito estiver em operação, o valor de cobertura será igual a 0.

COBERTURA DE SERVIÇO PRIVADO DE CRÉDITO

O indicador da cobertura de serviço privado de crédito reporta o número de indivíduos e empresas listados por um serviço privado de crédito, com informações sobre seu histórico de empréstimos dos últimos 5 anos. O número é expresso como uma porcentagem da população adulta (faixa etária da população acima de 15 anos em 2009, de acordo com os Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial). Um serviço privado de crédito é definido como uma firma privada ou uma organização sem fins lucrativos que mantém um banco de dados sobre a capacidade creditícia dos mutuários (indivíduos ou empresas) no sistema financeiro e facilita a troca de informações de crédito entre os bancos e as instituições financeiras. Os serviços investigativos de crédito e as empresas de relatórios de crédito que não facilitam diretamente a troca de informações entre os bancos e outras instituições financeiras não são considerados. Se nenhum serviço privado estiver em operação, o valor de cobertura será igual a 0.

Os detalhes dos dados sobre obtenção de crédito podem ser encontrados para cada economia em <http://www.doingbusiness.org>, por meio da seleção da economia na lista suspensa. Essa metodologia foi desenvolvida em Djankov, McLiesh e Shleifer (2007) e é aqui adotada com pequenas modificações.

PROTEÇÃO DOS INVESTIDORES

O *Doing Business* mede a solidez das proteções aos acionistas minoritários contra o uso inadequado dos bens sociais por parte dos diretores para ganhos pessoais. Os indicadores distinguem 3 dimensões de proteção aos investidores: transparência de transações referentes às partes (alcance do índice de divulgação), responsabilidade por negociação em benefício próprio (alcance do índice de responsabilidade do diretor) e capacidade dos acionistas de processar autoridades e diretores por má conduta (índice da facilidade do ajuizamento de ação contra os diretores pelos acionistas). Os dados são provenientes de uma pesquisa respondida por advogados corporativos e especializados em mercado de capitais e baseiam-se em regulamentações de mercado de capitais, legislações empresariais e de matéria processual. A classificação da facilidade de proteção aos investidores é a média simples das classificações por percentil sobre seus indicadores de componentes (Figura 14.5).

Para tornar os dados comparáveis em todas as economias, utilizam-se várias suposições sobre o negócio e a transação.

SUPOSIÇÕES SOBRE A EMPRESA

A empresa (Compradora):

- É uma corporação de capital aberto listada na bolsa de valores mais importante da economia. Se o número de empresas de capital aberto listado nessa bolsa de valores for menor que 10, ou se não houver bolsa de valores na economia, pressupõe-se que a Compradora seja uma grande empresa com inúmeros acionistas.
- Tem uma diretoria e um Diretor Executivo (CEO) que podem legalmente atuar em nome da Compradora onde permitido, mesmo quando não especificamente exigido por lei.
- É um produtor de alimentos.
- Tem sua própria rede de distribuição.

SUPOSIÇÕES SOBRE A TRANSAÇÃO

- O Sr. James é o acionista majoritário da Compradora e um membro da diretoria. Ele possui 60% da Compradora e elegeu 2 diretores para a diretoria da Compradora composta de 5 membros.
- O Sr. James também é proprietário de 90% da Vendedora, uma empresa que opera uma cadeia de lojas de varejo de hardware. A Vendedora recentemente fechou um grande número de suas lojas.
- O Sr. James propõe que a Compradora compre a frota de caminhões não usados da Vendedora para expandir a distribuição da Compradora de seus produtos alimentícios, uma proposta com a qual a Compradora concorda. O preço é igual a 10% dos bens da Compradora e mais elevado do que o valor de mercado.
- A transação proposta é parte do curso normal de negócios da empresa e não está fora do poder da empresa.
- A Compradora entra na transação. Todas as aprovações requeridas são obtidas e todas as divulgações necessárias realizadas (isto é, a transação não é fraudulenta).
- A transação causa prejuízos à Compradora. Os acionistas processam o Sr. James e as outras partes que aprovaram a transação.

ALCANCE DO ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO

O alcance do índice de divulgação tem cinco componentes (Tabela 14.7):

- Qual pessoa jurídica pode fornecer aprovação legalmente suficiente para a transação? Uma pontuação 0 será atribuída, se for o CEO ou o diretor-gerente sozinho; 1 se a diretoria ou os acionistas tiverem de votar e o Sr. James for autorizado a votar; 2 se a diretoria tiver de votar e o Sr. James não for autorizado a votar; 3 se os acionistas tiverem de votar e o Sr. James não for autorizado a votar.
- Verifica-se a divulgação imediata da transação ao público, à autoridade reguladora ou aos acionistas é necessária. Uma pontuação 0 será atribuída,⁶ se nenhuma divulgação for necessária; 1 se uma divulgação dos termos da transação for necessária, mas não do conflito de interesse do Sr. James; 2 se a divulgação tanto dos

- termos da transação quanto do conflito de interesse do Sr. James for necessária.
- Verifica-se a divulgação no relatório anual é necessária. Uma pontuação 0 será atribuída, se nenhuma divulgação da transação for necessária; 1 se uma divulgação dos termos da transação for necessária, mas não do conflito de interesse do Sr. James; 2 se a divulgação tanto dos termos da transação quanto do conflito de interesse do Sr. James for necessária.
 - Verifica-se a divulgação por parte do Sr. James à diretoria é necessária. Uma pontuação 0 será atribuída, se nenhuma divulgação for necessária; 1 se uma divulgação geral da existência de um conflito de interesse for necessária, sem quaisquer condições específicas; 2 se uma divulgação completa de todos os fatos relevantes referentes ao interesse do Sr. James na transação Compradora-Vendedora for necessária.
 - Verifica-se é necessário um órgão externo, por exemplo, um auditor externo, analisar a transação antes de sua ocorrência. Uma pontuação 0 será atribuída se não; 1 se sim.
- O índice varia de 0 a 10, com valores mais altos indicando uma divulgação maior. Na Polônia, por exemplo, a diretoria deve aprovar a transação e o Sr. James não está autorizado a votar (pontuação 2). A Compradora deve divulgar imediatamente todas as informações que afetem o preço das ações, incluindo o conflito de interesse (pontuação 2). Em seu relatório anual, a Compradora deve também

divulgar os termos da transação e a participação do Sr. James na Compradora e Vendedora (pontuação 2). Antes da transação, o Sr. James deve divulgar seu conflito de interesse para os outros diretores, mas ele não precisa fornecer informações específicas sobre isso (pontuação 1). A Polônia não precisa de um órgão externo para analisar a transação (pontuação 0). A inclusão desses números atribui à Polônia uma pontuação 7, em relação ao alcance do índice de divulgação.

ALCANCE DO ÍNDICE DE RESPONSABILIDADE DO DIRETOR

O alcance do índice de responsabilidade do diretor tem sete componentes:⁷

- Verifica-se o fato de um reclamante e acionista ser capaz de considerar o Sr. James responsável pelo prejuízo que a transação da Compradora-Vendedora causar à empresa. Uma pontuação 0 será atribuída, se o Sr. James não puder ser considerado responsável ou se puder ser considerado responsável apenas pela fraude ou má fé; 1 se o Sr. James puder ser considerado responsável somente se tiver influenciado a aprovação da transação ou se tiver sido negligente; 2 se o Sr. James puder ser considerado responsável quando a transação for injusta ou prejudicial aos outros acionistas.
- Verifica-se o fato de um reclamante-acionista ser capaz de considerar o órgão de aprovação (o CEO ou a diretoria) responsável pelo prejuízo que a transação causar à empresa. Uma

pontuação 0 será atribuída, se o órgão de aprovação não puder ser considerado responsável ou se puder ser considerado responsável apenas pela fraude ou má fé; 1 se o órgão de aprovação puder ser considerado responsável por negligência; 2 se o órgão de aprovação puder ser considerado responsável quando a transação for injusta ou prejudicial aos outros acionistas.

- Verifica-se o fato de um tribunal poder invalidar a transação no caso de uma reivindicação bem-sucedida por parte de um reclamante-acionista. Uma pontuação 0 será atribuída, se a rescisão estiver indisponível ou se estiver disponível somente em caso de fraude ou má fé; 1 se a rescisão estiver disponível quando a transação for opressiva ou prejudicial aos outros acionistas; 2 se a rescisão estiver disponível quando a transação for injusta ou implicar em um conflito de interesse.
- Verifica-se o fato de o Sr. James pagar as indenizações pelo prejuízo causado à empresa, decorrentes da transação no caso de uma reivindicação bem-sucedida por parte de um reclamante-acionista. Uma pontuação 0 será atribuída se não; 1 se sim.
- Verifica-se o fato de o Sr. James reembolsar lucros decorrentes da transação no caso de uma reivindicação bem-sucedida por parte de um reclamante-acionista. Uma pontuação 0 será atribuída se não; 1 se sim.
- Verifica-se o fato de as multas e a prisão poderem ser aplicadas contra o Sr. James. Uma pontuação 0 será atribuída se não; 1 se sim.
- Verifica-se o fato de os reclamantes-acionistas serem capazes de processar direta ou derivativamente pelo prejuízo que a transação causar à empresa. Uma pontuação 0 será atribuída, se processos judiciais estiverem indisponíveis ou se estiverem disponíveis apenas para acionistas com mais de 10% do capital acionário da empresa; 1 se processo judiciais diretos ou derivativos estiverem disponíveis para acionistas com 10% ou menos de capital acionário.

O índice varia de 0 a 10, com valores mais altos indicando uma maior responsabilidade por parte dos diretores. Considerando que a transação prejudicial foi devidamente aprovada e divulgada, para manter a responsabilidade do Sr. James

TABELA 14.7

O que os indicadores de proteção dos investidores medem?

Alcance do índice de divulgação (0–10)

- Quem pode aprovar transações referentes às partes
- Requisitos de divulgação externa e interna no caso de transações referentes às partes

Alcance do índice de responsabilidade do diretor (0–10)

- Capacidade dos acionistas responsabilizarem os diretores e o órgão aprovador no caso de transações prejudiciais com partes relacionadas
- Recursos legais disponíveis (indenizações, amortização de lucros, multas, prisão e rescisão da transação)
- Capacidade dos acionistas de processar direta ou derivativamente

Facilidade do ajuizamento de ação contra os diretores pelos acionistas (0–10)

- Documentos e informações disponíveis durante o julgamento
- Acesso a documentos internos da empresa (diretamente e/ou por meio de um inspetor do governo)

Solidez do índice de proteção ao investidor (0–10)

- Média simples do alcance do índice de divulgação, alcance do índice de responsabilidade do diretor e facilidade do ajuizamento de ação contra os diretores pelos acionistas

no Panamá, por exemplo, um reclamante deve provar que o Sr. James influenciou o órgão de aprovação ou agiu de modo negligente (pontuação 1). Para manter a responsabilidade dos outros diretores, um reclamante deve provar que eles agiram de modo negligente (pontuação 1). A transação prejudicial não pode ser invalidada (pontuação 0). Se o Sr. James for considerado responsável, ele deverá pagar indenizações (pontuação 0), mas sem necessidade de devolver os lucros (pontuação 0). O Sr. James não pode ser multado e preso (pontuação 0). Os processos judiciais diretos ou derivativos estão disponíveis para os acionistas que detêm 10% ou menos do capital acionário (pontuação 1). A inclusão desses números atribui ao Panamá uma pontuação 4, em relação ao alcance do índice de responsabilidade do diretor.

ÍNDICE DA FACILIDADE DO AJUIZAMENTO DE AÇÃO CONTRA OS DIRETORES PELOS ACIONISTAS

O Índice da facilidade do ajuizamento de ação contra os diretores pelos acionistas tem seis componentes:

- Qual a série de documentos que se encontra disponível para o reclamante-acionista por parte do réu e das testemunhas durante o julgamento? Uma pontuação 1 é atribuída a cada um dos tipos de documentos disponíveis a seguir: informações que o réu indicou que pretende utilizar para sua defesa; informações que provam diretamente fatos específicos na reivindicação do reclamante; quaisquer informações relevantes ao assunto da reivindicação; e quaisquer informações que possam levar à descoberta de informações relevantes.
- Verifica-se o fato de o reclamante poder interrogar diretamente o réu e as testemunhas durante o julgamento. Uma pontuação 0 será atribuída se não; 1 se sim, com aprovação anterior das questões pelo juiz; 2 se sim, sem aprovação anterior.
- Verifica-se o fato de o reclamante poder obter categorias de documentos relevantes do réu, sem identificar cada documento especificamente. Uma pontuação 0 será atribuída se não; 1 se sim.
- Verifica-se o fato de os acionistas com 10% ou menos do capital acionário da empresa poderem solicitar que

um inspetor do governo investigue a transação Compradora-Vendedora, sem mover uma ação judicial. Uma pontuação 0 será atribuída se não; 1 se sim.

- Verifica-se o fato de os acionistas com 10% ou menos do capital acionário da empresa terem o direito de inspecionar os documentos da transação, antes de mover uma ação judicial. Uma pontuação 0 será atribuída se não; 1 se sim.
- Verifica-se o fato de o padrão de prova para ações cíveis ser mais baixo do que o padrão para um caso na área criminal. Uma pontuação 0 será atribuída se não; 1 se sim.

O índice varia de 0 a 10, com valores mais altos indicando poderes maiores dos acionistas para reclamar da transação. Na Grécia, por exemplo, o reclamante pode acessar documentos que o réu pretenda utilizar para sua defesa e que prove diretamente os fatos na reivindicação do reclamante (pontuação 2). O reclamante pode interrogar o réu e as testemunhas durante o julgamento, apesar de somente com prévia aprovação das questões pelo tribunal (pontuação 1). O reclamante deve especificamente identificar os documentos que estão sendo procurados (por exemplo, o acordo de compra da Compradora-Vendedora de 15 de julho de 2006) e não pode simplesmente solicitar categorias (por exemplo, todos os documentos relacionados à transação) (pontuação 0). Um acionista com 5% das ações da Compradora pode solicitar que um inspetor do governo analise uma suspeita de má gestão por parte do Sr. James e do CEO, sem mover uma ação judicial (pontuação 1). Qualquer acionista pode inspecionar os documentos da transação, antes de decidir se moverá uma ação judicial (pontuação 1). O padrão de prova para ações cíveis é o mesmo que o padrão para um caso na área criminal (pontuação 0). A inclusão desses números atribui à Grécia uma pontuação 5, em relação ao Índice da facilidade do ajuizamento de ação contra os diretores pelos acionistas.

SOLIDEZ DO ÍNDICE DE PROTEÇÃO AO INVESTIDOR

A solidez do índice de proteção ao investidor é a média do alcance do índice de divulgação, alcance do índice de

responsabilidade do diretor e índice da facilidade do ajuizamento de ação contra os diretores pelos acionistas. O índice varia de 0 a 10, com valores mais altos indicando uma proteção maior ao investidor.

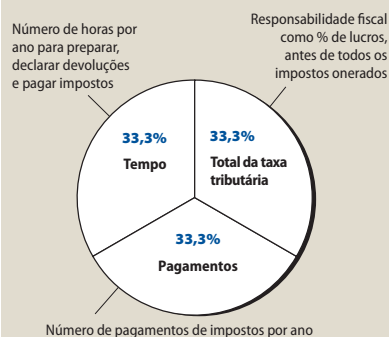
Os detalhes dos dados sobre proteção aos investidores podem ser encontrados para cada economia em <http://www.doingbusiness.org>, por meio da seleção da economia na lista suspensa. Essa metodologia foi desenvolvida em Djankov, La Porta, López-de-Silanes e Shleifer (2008).

PAGAMENTO DE IMPOSTOS

O *Doing Business* registra os impostos e as contribuições obrigatórias que uma empresa de médio porte deve pagar em um determinado ano, além das medições do ônus administrativo do pagamento de impostos e contribuições. O projeto foi desenvolvido e implementado em cooperação com a PricewaterhouseCoopers. Os impostos e contribuições medidos incluem o imposto sobre o lucro ou o imposto de renda corporativo, contribuições sociais e impostos trabalhistas pagos pelo empregador, impostos de propriedade, impostos de transferência de propriedade, imposto sobre dividendos, imposto sobre ganhos de capital, imposto sobre transações financeiras, impostos sobre coleta de lixo, imposto sobre veículos e taxa rodoviária e quaisquer outros pequenos impostos ou taxas. A classificação da facilidade de pagamento de impostos é a média simples das classificações por percentil sobre seus indicadores de componentes (Figura 14.6).

FIGURA 14.6
Pagamento de impostos: conformidade com o sistema tributário por parte de uma empresa de fabricação local

As classificações são baseadas em três subindicadores



O *Doing Business* mede todos os impostos e contribuições definidos pelo governo (em qualquer nível: federal, estadual ou local) e que se aplicam ao negócio padronizado e têm um impacto em suas demonstrações financeiras. Desse modo, o *Doing Business* ultrapassa a definição tradicional de um imposto. Conforme definido para fins de contabilidade do governo em âmbito nacional, os impostos incluem apenas pagamentos compulsórios, unilaterais para a administração pública. O *Doing Business* parte dessa definição, porque mede os encargos impostos que afetam a contabilidade comercial e não as contas públicas. As principais diferenças referem-se às contribuições trabalhistas. A medição do *Doing Business* inclui contribuições definidas pelo governo pagas pelo empregador a um fundo de pensão privado multilateral ou fundo de garantia dos trabalhadores. O indicador inclui, por exemplo, a garantia de aposentadoria compulsória por limite de idade da Austrália e a cobertura de seguro dos trabalhadores. Para fins de cálculo do total de impostos (definido a seguir), somente os impostos suportados são incluídos. Por exemplo, os impostos sobre o valor agregado são geralmente excluídos (desde que não irrecuperáveis), já que não afetam os lucros contábeis do negócio; isto é, não são refletidos na declaração de renda. São, contudo, incluídos para fins das medidas de cumprimento (tempo e pagamentos), uma vez que aumentam o ônus de conformidade com o sistema tributário.

O *Doing Business* utiliza um cenário de caso para medir os impostos e contribuições pagos por um negócio padronizado e a complexidade do sistema de conformidade tributária de uma economia. Esse cenário de caso utiliza um conjunto de demonstrações financeiras e premissas sobre as transações realizadas durante o ano. Em cada economia, peritos tributários de inúmeras empresas diferentes (em muitas economias, encontra-se incluída a PricewaterhouseCoopers) computam os impostos e as contribuições compulsórias devidas em sua jurisdição, com base nos fatos padronizados do estudo de caso. As informações são também compiladas, com base na frequência das declarações e pagamentos e no tempo necessário para seguir a legislação tributária em

uma economia. Para tornar os dados comparáveis em todas as economias, utilizam-se várias suposições sobre o negócio e os impostos e contribuições.

SUPOSIÇÕES SOBRE A EMPRESA

A empresa:

- uma empresa tributável e de responsabilidade limitada. Se houver mais de um tipo de empresa de responsabilidade limitada na economia, é escolhida a forma de responsabilidade limitada mais popular entre as empresas nacionais. A forma mais popular é reportada pelos advogados em incorporação de ações ou pelo serviço de estatística.
- Início das operações em 1º de janeiro de 2008. Nesse momento, a empresa comprou todos os bens mostrados em seu balancete e contratou todos os seus trabalhadores.
- Funciona na maior cidade comercial da economia.
- É 100% de propriedade nacional e possui cinco proprietários, todos pessoas físicas.
- No final de 2008, possui um capital inicial de 102 vezes a renda per capita.
- Realiza atividades comerciais ou industriais gerais. Especificamente, produz vasos de plantas de cerâmica e os vende a varejo. Não participa do comércio exterior (nenhuma importação ou exportação) e não trabalha com produtos sujeitos a um regime especial de tributação, por exemplo, bebida alcoólica ou fumo.
- No início de 2009, é proprietária de 2 terrenos, 1 prédio, maquinaria, equipamentos de escritório, computadores e 1 caminhão, além de 1 caminhão arrendado.
- Não se qualifica para incentivos a investimentos ou quaisquer benefícios, além dos benefícios relacionados ao período de existência ou ao tamanho da empresa.
- Tem 60 empregados — 4 gerentes, 8 assistentes e 48 trabalhadores. Todos são nacionais do país e 1 gerente é também um proprietário. A empresa paga um seguro médico adicional para os empregados (não obrigatório por lei) como um benefício adicional. Além disso, em algumas economias viagens de negócios reembolsáveis e despesas de representação são consideradas

benefícios adicionais. Quando pertinente, presume-se que a empresa pague o imposto do benefício adicional por sua conta ou que o benefício se torne uma renda tributável para o empregado. O estudo de caso não considera nenhum aumento adicional de salário para refeições, transporte, educação ou outros. Portanto, mesmo quando tais benefícios são frequentes, eles não são incluídos ou removidos dos salários brutos tributáveis para obtenção do imposto trabalhista ou cálculo da contribuição.

- Tem uma rotatividade de 1.050 vezes a renda per capita.
- Gera uma perda no primeiro ano de operação.
- Tem uma margem bruta (antes da dedução dos impostos) de 20% (isto é, vendas totalizam 120% do custo de mercadorias vendidas).
- Distribui 50% de seus lucros líquidos como dividendos aos proprietários no final do segundo ano.
- Vende um de seus terrenos com lucro no início do segundo ano.
- Tem custos anuais de combustível para seus caminhões iguais a duas vezes a renda per capita.
- Está sujeita a uma série de suposições detalhadas sobre despesas e transações para padronizar ainda mais o caso. Todas as variáveis de demonstrativos financeiros são proporcionais à renda per capita de 2005. Por exemplo, o proprietário que é também um gerente gasta 10% da renda per capita em viagens pela empresa (20% das despesas desse proprietário são puramente particulares, 20% são para entretenimento dos clientes e 60% para viagens de negócios).

SUPOSIÇÕES SOBRE OS IMPOSTOS E AS CONTRIBUIÇÕES

- Todos os impostos e contribuições registrados são os impostos e contribuições pagos no segundo ano de operação (ano civil de 2009). Um imposto ou contribuição é considerado distinto, se tiver um nome diferente ou se for recolhido por um órgão diferente. Os impostos e contribuições com o mesmo nome e órgão, mas cobrados com diferentes taxas, dependendo do negócio, são considerados o mesmo imposto ou contribuição.

- O número de vezes que a empresa paga impostos e contribuições em um ano é o número de diferentes impostos ou contribuições, multiplicado pela frequência de pagamento (ou suspensão) de cada imposto. A frequência de pagamento inclui pagamentos antecipados (ou suspensão) e pagamentos regulares (ou suspensão).

PAGAMENTO DE IMPOSTOS

O indicador de pagamento de impostos reflete o número total de impostos e contribuições pagos, o método de pagamento, a frequência de pagamento, a frequência de declaração e o número de organismos envolvidos para um estudo de caso padronizado durante o segundo ano de operação (tabela 14.8). Inclui os impostos sobre consumo pagos pela empresa, tais como imposto sobre vendas ou sobre valor agregado. Esses impostos costumam ser cobrados do consumidor em benefício dos órgãos fiscais. Embora não afetem a declaração de rendimentos da empresa, eles aumentam os encargos administrativos do cumprimento do sistema fiscal e, portanto, são incluídos na medição de pagamento de impostos.

O número de pagamentos leva em conta a declaração eletrônica. Quando a declaração e o pagamento eletrônico são permitidos e usados pela maioria das empresas de porte médio, o imposto é considerado como pago uma vez ao

ano, mesmo que as declarações e os pagamentos sejam mais frequentes. No caso de pagamentos feitos por meio de terceiros, como o imposto sobre juros pagos por uma instituição financeira ou o imposto de combustível pago por um distribuidor de combustíveis, somente um pagamento é incluído, mesmo que os pagamentos sejam mais frequentes.

Quando dois ou mais impostos ou contribuições são declarados e pagos em conjunto no mesmo formulário, cada um desses pagamentos conjuntos é contado uma vez. Por exemplo, se as contribuições obrigatórias de seguro-saúde e as contribuições previdenciárias obrigatórias forem declaradas e pagas em conjunto, somente uma dessas contribuições seria incluída no número de pagamentos.

TEMPO

O tempo é registrado em horas por ano. O indicador mede o tempo gasto para preparar, declarar e pagar os três principais tipos de impostos e contribuições: o imposto de renda da empresa, o imposto sobre valor agregado ou sobre vendas e os impostos trabalhistas. O tempo de preparação inclui o tempo gasto para reunir todas as informações necessárias para computar o imposto a pagar e calcular o valor a ser pago. Se for necessário manter livros contábeis separados para fins de tributação — ou fazer cálculos separados — o tempo associado a esses processos

será incluído. Esse tempo adicional é incluído somente se o trabalho contábil normal não for suficiente para cumprir os requisitos de contabilidade fiscal. O tempo da declaração inclui o tempo gasto para preencher todos os formulários de devolução de impostos necessários e declarar à autoridade tributária as devoluções pertinentes. O tempo de pagamento considera as horas necessárias para fazer o pagamento on-line ou nas autoridades tributárias. Quando os impostos e as contribuições são pagos pessoalmente, o tempo inclui os atrasos durante a espera.

TAXA TRIBUTÁRIA TOTAL

A taxa tributária total mede o valor dos impostos e das contribuições obrigatórias pagos pelas empresas no segundo ano de operação, expressos como uma parcela dos lucros comerciais. O *Doing Business 2011* informa a taxa tributária total do exercício financeiro de 2009. O valor total dos impostos pagos é a soma de todos os diversos impostos e contribuições a pagar após a contabilização das deduções e isenções. Os impostos retidos (tais como o imposto de renda de pessoa física) ou arrecadados pela empresa e repassados às autoridades tributárias (tais como o imposto sobre valor agregado, imposto sobre vendas ou imposto sobre bens e serviços) mas não pagos pela empresa são excluídos. Os impostos incluídos podem ser divididos em cinco categorias: imposto de renda corporativo ou sobre o lucro, contribuições sociais e impostos trabalhistas pagos pelo empregador (em relação aos quais são incluídas todas as contribuições obrigatórias, mesmo que sejam pagos para uma entidade privada como um fundo de pensão), impostos sobre as propriedades, impostos sobre volume de negócios e outros impostos (como taxas municipais e impostos sobre veículos e combustíveis).

A taxa tributária total destina-se a proporcionar uma medida abrangente do custo de todos os impostos pagos pela empresa. É diferente da taxa tributária estatutária, que fornece apenas o fator a ser aplicado à base tributária. No cálculo da taxa tributária total, o imposto a pagar real é dividido pelo lucro comercial. Os dados relativos à Suécia ilustram esse ponto (tabela 14.9).

TABELA 14.8

O que os indicadores de pagamento de impostos medem?

Pagamentos de impostos de uma empresa de manufatura em 2009 (número por ano ajustado para declaração e pagamentos eletrônicos e em conjunto)

- Número total de impostos e contribuições pagos, incluindo impostos sobre consumo (imposto sobre valor agregado, imposto sobre as vendas ou imposto sobre bens e serviços)
- Método e frequência de declaração e pagamentos

Tempo necessário para sujeitar-se a três impostos principais (horas por ano)

- Coleta de informações e cálculo dos impostos a pagar
- Preenchimento de formulários de devolução de impostos, declaração nos órgãos apropriados
- Planejamento de pagamento ou retenção na fonte
- Preparação de livros contábeis tributários obrigatórios separados, se necessário

Taxa total de impostos (% de lucro antes de todos os impostos)

- Imposto sobre o lucro ou imposto de renda corporativo
- Contribuições sociais e impostos trabalhistas pagos pelo empregador
- Imposto de propriedade e imposto de transferência de propriedade
- Imposto sobre dividendos, imposto sobre ganhos de capital e imposto sobre transações financeiras
- Imposto sobre coleta de lixo, imposto sobre veículos, taxa rodoviária e outros impostos

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

TABELA 14.9

Cálculo da taxa tributária total da Suécia

	Taxa estatutária (r)	Base tributária estatutária (b)	Imposto a pagar total (a)	Lucro comercial ¹ (c)	Taxa tributária total (t)
			$a = r \times b$		$t = a/c$
Tipo de imposto (base tributária)		SKr	SKr	SKr	
Imposto de renda da empresa (renda tributável)	28%	10.330.966	2892670	17.619.223	16,4%
Imposto imobiliário (terrenos e edifícios)	0,38%	26103545	97888	17.619.223	0,6%
Impostos na fonte (salário tributável)	32,42%	19.880.222	6.445.168	17.619.223	36,6%
Imposto sobre o combustível (preço do combustível)	SKr 4,16 por litro	45,565 litros	189.550	17.619.223	1,1%
TOTAL			9.625.276		54,6%

1. Lucro antes do pagamento dos impostos.

Nota: SKr é a coroa sueca. O lucro comercial é considerado como 59,4 vezes a renda per capita.

Fonte: Banco de dados do Doing Business.

O lucro comercial é essencialmente o lucro líquido antes do pagamento de todos os impostos. É diferente do lucro antes do imposto convencional, reportado nas demonstrações financeiras. No cálculo do lucro antes do imposto, muitos dos impostos pagos pela empresa são dedutíveis. No cálculo do lucro comercial, esses impostos não são dedutíveis. Portanto, o lucro comercial apresenta uma imagem clara do lucro real da empresa antes da aplicação de todos os impostos a pagar durante o exercício financeiro.

O lucro comercial é calculado como vendas menos o custo dos produtos vendidos, menos os salários brutos, menos as despesas administrativas, menos outras despesas, menos provisões, mais ganhos de capital (da venda da propriedade) menos os juros pagos, mais a renda de juros e menos a depreciação comercial. Para calcular a depreciação comercial, é aplicado um método de depreciação em linha reta, com as seguintes taxas: 0% para o terreno, 5% para a construção, 10% para a maquinaria, 33% para os computadores, 20% para o equipamento de escritório, 20% para o caminhão e 10% para despesas de desenvolvimento comercial. O lucro comercial equivale a 59,4 vezes a renda per capita.

A metodologia para calcular a taxa tributária total é amplamente consistente com a estrutura da Contribuição Tributária Total desenvolvida pela PricewaterhouseCoopers e o cálculo constante desta estrutura para os impostos pagos. Mas enquanto o trabalho feito pela PricewaterhouseCoopers normalmente se baseia nos dados recebidos das grandes

empresas da economia, o Doing Business concentra-se em um estudo de caso para empresas de médio porte padronizadas.

A metodologia dos indicadores de pagamento de impostos aproveitou a discussão com os membros do Diálogo Fiscal Internacional, que levou a um aprimoramento das questões sobre o indicador do tempo envolvido no pagamento de impostos do instrumento de pesquisa e da coleta de dados pilotos sobre a fatia dos impostos trabalhistas para pesquisa posterior.

Os detalhes dos dados sobre o pagamento de impostos para cada economia podem ser encontrados em <http://www.doingbusiness.org>, selecionando-se a economia na lista. Essa metodologia foi desenvolvida em Djankov e outros (2010).

COMÉRCIO INTERNACIONAL

O Doing Business compila os requisitos procedimentais para exportação e importação de uma carga padronizada de mercadorias por transporte marítimo. Todos os procedimentos oficiais para exportação e importação de mercadorias são registrados — desde o acordo contratual entre as duas partes até a entrega das mercadorias — juntamente com o tempo necessário para a conclusão. Todos os documentos necessários ao comerciante para exportar ou importar as mercadorias entre fronteiras também são registrados. Para a exportação de mercadorias, os procedimentos vão desde a embalagem dos produtos no depósito até a saída do porto de partida. Para a importação de

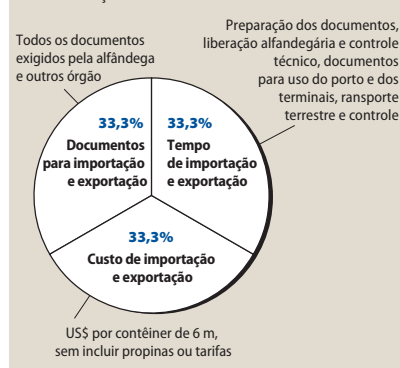
mercadorias, os procedimentos abrangem desde a chegada do navio no porto de entrada até a entrega da carga no depósito. O tempo e o custo do transporte marítimo não são incluídos. O pagamento é feito por carta de crédito, e o tempo, o custo e os documentos requeridos para a emissão ou notificação da carta de crédito são considerados. A classificação da facilidade do comércio internacional é a média simples das classificações por percentil dos seus indicadores componentes (figura 14.7).

Os despachantes aduaneiros, as empresas de transporte, as autoridades portuárias e os bancos fornecem as informações sobre os documentos exigidos e os custos, bem como o tempo para concluir cada procedimento. Para tornar os dados comparáveis em todas as economias, utilizam-se várias suposições sobre a empresa e as mercadorias comercializadas.

FIGURA 14.7

Comércio entre fronteiras: importação e exportação por transporte marítimo

As classificações baseiam-se em três subindicadores



SUPOSIÇÕES SOBRE A EMPRESA

A empresa:

- Tem pelo menos 60 empregados.
- Está localizada no maior centro de negócios da economia.
- É uma empresa privada, de responsabilidade limitada. Não opera em uma zona de processamento de exportações ou em um estado industrial com privilégios especiais de importação e exportação.
- É de propriedade nacional, sem nenhuma participação estrangeira.
- Exporta mais de 10% das vendas.

SUPOSIÇÕES SOBRE OS PRODUTOS COMERCIALIZADOS

O produto comercializado é enviado em um carregamento de contêineres de 6 metros, cheios e sem controle de temperatura. Pesa 10 toneladas e está avaliado em US\$ 20.000. O produto:

- Não é perigoso nem inclui itens militares.
- Não exige refrigeração ou qualquer outro ambiente especial.
- Não exige nenhum padrão especial de segurança fitossanitária ou ambiental, além dos padrões internacionalmente aceitos.
- É um dos principais exportadores ou importadores de produtos da economia.

TABELA 14.10

O que o comércio internacional mede?

Documentos necessários para exportação e importação (número)

- Documentos bancários
- Documentos de liberação alfandegária
- Documentos para uso do porto e dos terminais
- Documentos de transporte

Tempo necessário para exportação e importação (dias)

- Obtenção de todos os documentos
- Transporte terrestre e controle
- Liberação e inspeções alfandegárias
- Uso do porto e dos terminais
- Não inclui o tempo do transporte marítimo

Custo necessário para exportação e importação (US\$ por contêiner)

- Toda a documentação
- Transporte terrestre e controle
- Liberação e inspeções alfandegárias
- Uso do porto e dos terminais
- Unicamente custos oficiais, sem propinas

Fonte: Banco de dados do Doing Business.

DOCUMENTOS

Todos os documentos exigidos para cada carregamento para a exportação e importação das mercadorias são registrados (tabela 14.10). Presume-se que o contrato já tenha sido acordado e assinado pelas duas partes. São levados em consideração os documentos requeridos para liberação por parte de ministérios do governo, autoridades alfandegárias, autoridades portuárias e de terminais de contêineres, órgãos de controle técnico e de saúde e bancos. Como o pagamento é feito por carta de crédito, todos os documentos exigidos pelos bancos para a emissão ou garantia de uma carta de crédito também são levados em consideração. Os documentos que são renovados anualmente e que não exigem renovação para cada remessa (por exemplo, a certidão negativa de impostos) não são incluídos.

TEMPO

O tempo de exportação e importação é registrado em dias corridos. O cálculo do tempo envolvido em um procedimento começa a partir do momento em que é iniciado e continua até a sua conclusão. Se um procedimento puder ser acelerado por meio de um pagamento adicional que esteja disponível a todas as empresas de comércio exterior, será escolhido o procedimento legal mais rápido. Os procedimentos acelerados que se aplicam às empresas localizadas em uma zona de processamento de exportações não são considerados porque não estão disponíveis a todas as empresas de comércio exterior. O tempo do transporte marítimo não está incluído. Presume-se que nem o exportador nem o importador percam tempo e que se comprometam em concluir cada procedimento restante sem atrasos. Os procedimentos que podem ser concluídos em paralelo são medidos como simultâneos. O tempo de espera entre os procedimentos como, por exemplo, tempo gasto durante a descarga das mercadorias, é incluído no cálculo.

CUSTO

O custo contabiliza as taxas aplicadas a um contêiner de 6m em dólares norte-americanos. São incluídas todas as taxas associadas com a conclusão dos procedimentos de importação ou exportação de mercadorias. Englobam o custo dos documentos, taxas adminis-

trativas para liberação alfandegária e controle técnico, taxas de corretagem alfandegária, encargos de uso de terminais e transporte terrestre. O custo não inclui tarifas e direitos alfandegários nem os custos relativos ao transporte marítimo. São registrados apenas os custos oficiais.

Os detalhes dos dados sobre o comércio internacional para cada economia podem ser encontrados em <http://www.doingbusiness.org>, selecionando-se a economia na lista. Essa metodologia foi desenvolvida em Djankov, Freund e Pham (2010), e é adotada aqui com pequenas modificações.

CUMPRIMENTO DE CONTRATOS

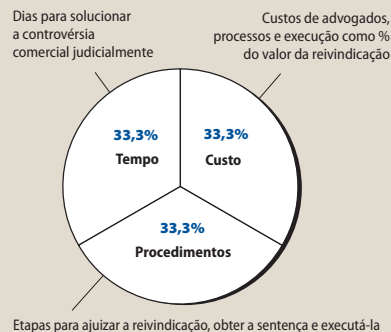
Os indicadores sobre o cumprimento de contratos medem a eficiência do sistema judicial para solucionar controvérsias comerciais. Os dados são criados com base na evolução passo a passo de uma controvérsia de venda comercial perante os tribunais locais. Os dados são coletados por meio do estudo dos códigos de processo civil e outros regulamentos judiciais, bem como pesquisas feitas por advogados processuais locais e por juízes. A classificação da facilidade do cumprimento dos contratos é a média simples das classificações por percentil dos seus indicadores componentes (figura 14.8).

O nome do tribunal competente em cada economia — o tribunal do maior centro de negócios com jurisdição sobre processos comerciais que representam 200% da renda per capita — é publicado em <http://www.doingbusiness.org/ExploreTopics/EnforcingContracts/>.

FIGURA 14.8

Cumprir contratos: solução judicial de uma controvérsia comercial

As classificações baseiam-se em três subindicadores



SUPOSIÇÕES SOBRE O CASO

- O valor da reivindicação é igual a 200% da renda per capita da economia.
- A controvérsia abrange uma transação legal entre duas empresas (Vendedora e Compradora), localizadas no maior centro de negócios da economia. A Vendedora vende produtos no valor de 200% da renda per capita da economia para a Compradora. Depois que a Vendedora entregou as mercadorias para a Compradora, esta se recusou a pagar pelos produtos alegando que as mercadorias fornecidas não tinham a qualidade adequada.
- A Vendedora (o reclamante) processou a Compradora (a ré) para recuperar o valor estipulado no contrato de venda (ou seja, 200% da renda per capita da economia). A Compradora respondeu à reivindicação da Vendedora, alegando que a qualidade das mercadorias não era adequada. A reivindicação é controversa quanto aos méritos.
- A controvérsia será decidida em um tribunal do maior centro de negócios da economia com jurisdição sobre processos comerciais com valor de 200% da renda per capita.
- A Vendedora penhorou os ativos móveis da Compradora (por exemplo, equipamentos de escritório e veículos) antes da obtenção da sentença por temer que a Compradora possa tornar-se insolvente.
- Foi fornecida a opinião de um perito sobre a qualidade das mercadorias entregues. Se for uma prática comum na economia que cada uma das partes chame seu próprio perito para testemunhar, cada uma das partes chamará um perito. Se a prática padrão for que a corte indique um perito independente, o juiz o fará. Neste caso, o juiz não permite o depoimento de peritos opostos.
- O julgamento é 100% a favor da Vendedora: o juiz decide que a qualidade dos produtos é adequada e que a Compradora deverá pagar o preço acertado.
- A Compradora não recorreu da sentença. A sentença foi declarada final.
- A Vendedora toma todas as medidas necessárias para a pronta execução da sentença. O dinheiro é obtido com sucesso por meio de uma venda pública dos ativos móveis da Compradora (por exemplo, equipamento de escritório e veículos).

PROCEDIMENTOS

A lista de medidas procedimentais compiladas para cada economia segue a cronologia de uma controvérsia comercial perante o tribunal competente. Um procedimento é definido como qualquer interação, exigida por lei ou usada na prática, entre as partes ou entre elas e o juiz ou autoridade do tribunal. Inclui as etapas para ajuizar e citar o caso, as etapas do julgamento e da sentença e as etapas necessárias para a execução da sentença (tabela 14.11).

A pesquisa permite que os participantes registrem os procedimentos que existem no direito civil mas não fazem parte dos foros do direito consuetudinário e vice-versa. Por exemplo, nos países de direito civil, o juiz pode indicar um perito independente, enquanto nos países de direito consuetudinário cada parte submete ao tribunal uma lista de peritos. Para indicar a eficiência geral, é subtraído um procedimento do número total para as economias que têm tribunais comerciais especializados, e um procedimento para as economias que permitem a interposição eletrônica de processos. Algumas medidas procedimentais que ocorrem simultaneamente ou estão incluídas em outras medidas procedimentais não são consideradas no número total de procedimentos.

TEMPO

O tempo é registrado em dias corridos, contado desde o momento em que o reclamante inicia a ação processual no tribunal até o pagamento. Inclui tanto os dias em que ocorrem as ações como os períodos de espera entre elas. É registrada a duração média de diferentes estágios da solução de controvérsias: a conclusão da citação do processo (tempo para impetrar e citar o caso), o proferimento da sentença (tempo para o julgamento e a obtenção da sentença) e o momento do pagamento (tempo da execução da sentença).

CUSTO

O custo é registrado como um percentual da reivindicação, supostamente equivalente a 200% da renda per capita. Não são registradas propinas. São registrados três tipos de custos: custos processuais, custos de execução e média dos honorários advocatícios.

TABELA 14.11

O que os indicadores de cumprimento de contratos medem?

Procedimentos para o cumprimento de um contrato (número)

- Qualquer interação entre as partes em uma controvérsia comercial, ou entre elas e o juiz ou a autoridade do tribunal
- Etapas para ajuizar o caso
- Etapas do julgamento e da sentença
- Etapas para o cumprimento da sentença

Tempo necessário para concluir os procedimentos (dias corridos)

- Tempo para ajuizar e intimar o caso
- Tempo para o julgamento e a obtenção da sentença
- Tempo para o cumprimento da sentença

Custo requerido para concluir os procedimentos (% da reivindicação)

- Sem propinas
- Média de honorários advocatícios
- Custos processuais, incluindo honorários periciais
- Custos de execução

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

Os custos processuais incluem todos os custos do processo e taxas periciais que a Vendedora (reclamante) precisa adiantar ao tribunal, independentemente do custo final para a Vendedora. Os honorários dos peritos, se forem legalmente exigidos ou usados na prática, são incluídos nos custos processuais. Os custos de execução são todos os custos que a Vendedora (reclamante) precisa adiantar para executar a sentença por meio de uma venda pública dos ativos móveis da Compradora, independentemente do custo final para a Vendedora. A média dos honorários advocatícios são as taxas que a Vendedora (reclamante) precisa adiantar a um defensor local para representá-la no caso padronizado.

Os detalhes dos dados sobre o cumprimento dos contratos para cada economia podem ser encontrados em <http://www.doingbusiness.org>, selecionando-se a economia na lista. Essa metodologia foi desenvolvida em Djankov e outros (2003) e é aqui adotada com pequenas modificações.

FECHAMENTO DE UMA EMPRESA

O *Doing Business* analisa o tempo, o custo e os resultados dos procedimentos de insolvência que envolvem as entidades nacionais. Os dados são provenientes

FIGURA 14.9

Fechar uma empresa: tempo, custo e resultado da falência de uma empresa nacional

As classificações baseiam-se em 1 subindicador

A taxa de recuperação é uma função do tempo, do custo e de outros fatores como taxa de empréstimo e probabilidade de a empresa continuar a funcionar



Nota: O tempo e o custo não são considerados separadamente para a classificação.

das respostas à pesquisa fornecidas pelos profissionais locais em insolvência e verificados por meio de um estudo de leis e normas, bem como de informações públicas sobre sistemas de falência. A classificação da facilidade de fechar uma empresa baseia-se na taxa de recuperação (figura 14.9).

Para tornar os dados comparáveis em todas as economias, utilizam-se várias suposições sobre a empresa e o caso.

SUPOSIÇÕES SOBRE A EMPRESA

A empresa:

- É uma empresa de responsabilidade limitada.
- Funciona na maior centro de negócios da economia.
- Tem 100% de propriedade nacional, com o fundador, que também é presidente do conselho de administração, sendo dono de 51% (nenhum outro acionista tem mais do que 5% das ações).
- Seu principal ativo é um imóvel no centro da cidade, onde funciona um hotel. O hotel é avaliado 100 vezes a renda per capita ou US\$ 200.000, seja qual for maior.
- Tem um gerente geral profissional.
- Tem 201 funcionários e 50 fornecedores, aos quais deve dinheiro relativo à última entrega.
- Tem um acordo de empréstimo de 10 anos com um banco nacional garantido por uma taxa comercial universal (por exemplo, uma taxa flutuante) nas economias em que essa garantia é reconhecida ou pela propriedade do hotel. Se a legislação da

economia não estipula especificamente uma taxa comercial universal, mas os contratos em geral usam alguma outra provisão para esse fim, essa provisão deverá ser especificada no acordo de empréstimo.

- Observou o cronograma de pagamentos e todas as outras condições do empréstimo até agora.
- Tem uma hipoteca, sendo que o valor do principal da hipoteca é exatamente igual ao valor de mercado do hotel.

SUPOSIÇÕES SOBRE O CASO

A empresa está passando por problemas de liquidez. As perdas na empresa em 2009 reduziram seu valor líquido para um número negativo. A data é 1º de janeiro de 2010. Não há dinheiro em caixa para pagar os juros do banco ou o principal integralmente, a vencer no dia seguinte, 2 de janeiro. Sendo assim, a empresa ficará inadimplente no seu empréstimo. A administração acredita que também haverá perdas em 2010 e 2011.

O valor em mora conforme o acordo de empréstimo é exatamente igual ao valor de mercado do hotel e representa 74% da dívida total da empresa. Os outros 26% da dívida são relativos a credores sem garantia (fornecedores, funcionários, autoridades tributárias).

A empresa tem muitos credores para negociar um acordo extrajudicial informal. As seguintes opções estão disponíveis: um procedimento judicial voltado para a reabilitação ou reorganização da empresa para permitir a continuidade das operações; um procedimento judicial direcionado para a liquidação ou o fechamento da empresa; ou um procedimento de execução da dívida ou de execução hipotecária contra a empresa, executada judicialmente (ou por meio de outra autoridade governamental) ou extrajudicialmente (por exemplo, com a indicação de um depositário).

SUPOSIÇÕES SOBRE AS PARTES

O banco deseja recuperar o maior valor possível do seu empréstimo, da maneira mais rápida e barata. Os credores sem garantia farão tudo o que for permitido pelas leis aplicáveis para impedir uma venda fragmentada dos ativos. O sócio majoritário deseja manter a empresa em operação e sob seu controle. A administração deseja manter a empresa em operação e preservar

TABELA 14.12

O que o fechamento de uma empresa mede?**Tempo necessário para a recuperação da dívida (anos)**

- Medido em anos corridos
- As apelações e solicitações de extensão são incluídas

Custo necessário para recuperação da dívida (% do patrimônio do devedor)

- Medido como um percentual do valor do patrimônio
- Taxas processuais
- Honorários dos administradores da insolvência
- Honorários dos advogados
- Honorários dos avaliadores e leiloeiros

Taxa de recuperação dos credores (centavos em cada dólar)

- Mede os centavos sobre cada dólar recuperado pelos credores
- Valor atual da dívida recuperada
- Os custos oficiais dos procedimentos de insolvência são deduzidos
- A depreciação do mobiliário é levada em consideração
- Os resultados da empresa (sobrevivência) afeta o valor máximo que pode ser recuperado

Fonte: Banco de dados do Doing Business.

os empregos dos funcionários. Todas as partes são entidades ou cidadãos locais; não há estrangeiros envolvidos.

TEMPO

O tempo necessário para os credores recuperarem o crédito é registrado em anos corridos (Tabela 14.12). O período medido pelo *Doing Business* abrange desde a inadimplência da empresa até o pagamento de parte ou todo o montante devido ao banco. As possíveis táticas de atraso pelas partes, tais como apelações dilatórias ou solicitações de extensões, são levadas em consideração.

CUSTO

O custo dos procedimentos é registrado como um percentual do valor do patrimônio do devedor. O custo é calculado com base nas respostas da pesquisa e inclui taxas processuais e tributos governamentais; honorários dos administradores da insolvência, leiloeiros, avaliadores e advogados; e todas as outras taxas e custos. Os entrevistados fornecem estimativas de custos entre as seguintes opções: menos de 2%, 2–5%, 5–8%, 8–11%, 11–18%,

18–25%, 25–33%, 33–50%, 50–75% e mais de 75% do valor do patrimônio.

RESULTADO

A recuperação feita pelos credores dependerá se o negócio do hotel vai sair dos procedimentos como uma empresa em funcionamento ou se os ativos da empresa serão vendidos separadamente. Se o negócio continuar em funcionamento, nenhum valor será perdido e o banco poderá atender integralmente à sua reivindicação, ou recuperar 100 centavos por dólar. Se for feita uma venda fragmentada dos ativos, o valor máximo que poderá ser recuperado não passará de 70% da reivindicação, o que significa US\$ 0,70 por dólar.

TAXA DE RECUPERAÇÃO

A taxa de recuperação é registrada como centavos do dólar recuperados pelos credores por meio dos procedimentos de reorganização, liquidação ou execução da dívida (execução da hipoteca). O cálculo leva em conta o resultado: se a empresa vai sair dos procedimentos como uma empresa em atividade ou se os ativos serão vendidos separadamente. Os custos dos procedimentos são então deduzidos (1 centavo para cada ponto percentual do valor do patrimônio do devedor). Finalmente, o valor perdido em consequência do tempo em que o dinheiro fica preso nos procedimentos de insolvência é considerado, incluindo a perda de valor devido à depreciação da mobília do hotel. Em conformidade com a prática contábil internacional, a taxa anual de depreciação para mobiliário usada é de 20%. O mobiliário deve ser responsável por um quarto do valor total dos ativos. A taxa de recuperação é o valor atual dos procedimentos restantes, com base nas taxas de empréstimo do final de 2009 do International Financial Statistics (IFS) do Fundo Monetário Internacional, complementado com dados dos bancos centrais e da Economist Intelligence Unit.

SEM PRÁTICA

Se uma economia teve menos de 5 casos por ano nos últimos cinco anos envolvendo uma reorganização judicial, a liquidação judicial ou procedimento de pagamento da dívida (execução de hipoteca), a economia recebe a classificação de “sem prática”. Isso significa que os credores provavelmente

não recuperarão seu dinheiro por meio de processo jurídico formal (judicial ou extrajudicialmente). A taxa de recuperação das economias com “sem prática” é zero.

Essa metodologia foi desenvolvida em Djankov, Hart, McLiesh e Shleifer (2008) e é aqui adotada com pequenas modificações.

INDICADORES NÃO INCLUÍDOS NA CLASSIFICAÇÃO DE FACILIDADE DE SE FAZER NEGÓCIOS

Dois conjuntos de indicadores não estão incluídos na classificação agregada desta facilidade de se fazer negócios: indicadores de obtenção de eletricidade — um conjunto de dados-piloto — e indicadores de emprego de trabalhadores, para os quais a metodologia está sendo aprimorada.

OBTENÇÃO DE ELETRICIDADE

O *Doing Business* registra todos os procedimentos necessários para uma empresa obter conexão e fornecimento permanentes de eletricidade a um depósito padronizado. Esses procedimentos incluem aplicações e contratos com serviços de utilidade pública, todas as autorizações necessárias de outros órgãos e trabalhos de conexão externa e final (table 14.13).

Os dados são coletados de serviços de utilidade pública de distribuição de eletricidade, a seguir completados e verificados por órgãos reguladores de eletricidade e profissionais independentes,

tais como engenheiros elétricos, empreiteiros elétricos e empresas de construção. O serviço de utilidade pública de distribuição de eletricidade pesquisado é aquele que atender à área (ou áreas) onde estão situados os depósitos. Se houver escolha de serviços de utilidade pública de distribuição, será escolhido aquele que tiver o maior número de clientes.

Para tornar os dados comparáveis em todas as economias utilizam-se várias suposições sobre o depósito e a conexão elétrica.

PREMISSAS SOBRE O DEPÓSITO

O depósito:

- É de propriedade de um empresário local.
- Está localizado no maior centro de negócios da economia.
- Situado dentro dos limites oficiais da cidade e em uma área em que estão situados outros depósitos (área não residencial).
- Não está situado em uma zona econômica especial ou zona de investimento, ou seja, a ligação à rede elétrica não se qualifica para receber subsídio ou serviço mais rápido em um regime especial de promoção de investimentos. Se houver disponibilidade de outros locais, o depósito está situado onde a eletricidade é mais prontamente disponível.
- Tem acesso a estradas. Os trabalhos de conexão incluem o cruzamento de uma estrada ou estradas (escavação, linhas aéreas, etc.), mas são todos realizados

TABELA 14.13

O que os indicadores de obtenção de eletricidade medem?

Procedimentos para obter uma conexão elétrica (número)

- Apresentação de todos os documentos pertinentes e obtenção de todas as autorizações e alvarás necessários
- Atendimento de todas as notificações requeridas e recebimento de todas as inspeções necessárias
- Obtenção de todos os trabalhos de instalação e possível compra de todo material necessário
- Cumprimento de todos os contratos de suprimento necessários e obtenção dos suprimentos necessários

Tempo requerido para concluir cada um dos procedimentos (dias corridos)

- No mínimo 1 dia calendário
- Cada procedimento começa em dia distinto
- Não inclui o tempo gasto na coleta de informações
- Reflete o tempo gasto na prática, com pouco acompanhamento e sem contato prévio com autoridades

Custo requerido para concluir cada procedimento (% da renda per capita)

- Unicamente custos oficiais, sem propinas
- Exclui imposto sobre valor agregado

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

em terreno público; ou seja, não há penetração em propriedade privada.

- Situa-se em uma área sem restrições físicas. Por exemplo, a propriedade não está localizada perto de uma ferrovia.
- É usado para armazenagem de bens refrigerados.
- É uma construção nova (ou seja, não havia construção anterior no terreno onde está situado). Está sendo ligado à rede elétrica pela primeira vez.
- Tem 2 andares, ambos acima do solo, com superfície total de cerca de 1.300,6 metros quadrados (14.000 pés quadrados). O terreno onde está construído tem 929 m² (10.000 ft²).

SUPosições SOBRE A CONEXÃO ELÉTRICA

A conexão elétrica:

- É permanente.
- Conexão trifásica, quatro condutores Y, 140 kVA (potência subscrita).
- Conexão de baixa voltagem de 150 m de extensão (salvo se for instalado transformador de distribuição na propriedade do cliente, caso em que a extensão da ligação é de 0).⁸ A conexão é aérea ou subterrânea, dependendo do que for mais comum na economia e na área onde está situado o depósito. A metragem no domínio privado do cliente é insignificante.
- A ligação requer instalação de apenas um medidor elétrico.
- O consumo mensal de eletricidade seria de 0,07 GWh (gigawatt/hora).

A fiação elétrica interna já foi concluída.

PROCEDIMENTOS

Um procedimento é definido como uma interação dos empregados da empresa ou de seu principal engenheiro eletricista ou elétrico (ou seja, o engenheiro que fez a fiação interna) com suas partes externas, tais como empresas de utilidade pública de distribuição e suprimento de eletricidade, órgãos públicos, empreiteiros e firmas elétricas. As interações entre empregados da empresa e medidas relacionadas com a fiação elétrica interna, tais como o desenho e a execução dos planos de instalação elétrica interna, não são consideradas procedimentos. Os procedimentos que devem ser concluídos com a mesma empresa de utilidade pública mas com departamentos diferentes são considerados como procedimentos separados.

Supõe-se que os empregados da empresa concluem eles mesmos todos os procedimentos, salvo se for obrigatório o uso de terceiros (por exemplo, se apenas se permitir que um eletricista registrado junto à empresa de serviços públicos apresente a solicitação). Se a empresa puder mas não for obrigada a requerer os serviços de profissionais (tais como uma firma privada em vez da empresa de serviços públicos para as obras externas), esses procedimentos são registrados se forem comumente aplicados. Em todos os procedimentos, somente são levados em consideração os casos mais prováveis (por exemplo, mais de 50% das vezes a empresa de utilidade pública dispõe do material) e os seguidos na prática para conectar eletricidade ao depósito.

TEMPO

O tempo é registrado em dias corridos. A medida capta a duração média que a empresa de utilidade pública e os peritos indicam como necessária na prática, em vez de requerer por lei que seja concluído um procedimento com um mínimo de acompanhamento e sem pagamentos adicionais. Supõe-se também que o tempo mínimo requerido para cada procedimento seja de 1 dia. Embora os procedimentos possam ocorrer simultaneamente, eles não podem começar no mesmo dia (ou seja, procedimentos simultâneos começam em dias consecutivos). Supõe-se que a empresa não perca tempo e se comprometa a concluir sem demora todos os procedimentos restantes. Ignora-se o tempo que a empresa gasta para obter informações. Supõe-se que a empresa esteja ciente de todos os requisitos de conexão elétrica e de sua sequência desde o início.

CUSTO

O custo é registrado como percentagem da renda per capita da economia. Os custos são registrados exclusive o imposto por valor agregado. Todas as taxas e custos acarretados pela conclusão dos procedimentos para conectar a eletricidade de um depósito são registrados, inclusive os relacionados com a obtenção de autorizações de órgãos governamentais, solicitação da conexão, recebimento de inspeções tanto do local como da fiação interna, compra de materiais, realização do trabalho de conexão e pagamento de um depósito de garantia.

As informações de peritos locais e as regulamentações específicas, bem como os cronogramas de pagamento de taxas são usados como fontes de custos. Se valores parceiros locais fornecerem estimativas diferentes, Em todos os casos, o custo não inclui propinas.

CAUÇÃO

As empresas de utilidade pública requerem depósito como caução contra possível omissão dos clientes no pagamento de suas contas de consumo. Por esta razão a caução para um novo cliente é com muita frequência calculada como uma função do consumo estimado do cliente.

O *Doing Business* não registra o montante total da caução. Ao contrário, registra o valor atual das perdas sofridas em lucros provenientes de juros por parte do cliente, porque a empresa de serviços públicos detém a caução por um longo período, na maioria dos casos até a expiração do contrato (supostamente depois de 5 anos). Nos casos em que a caução for usada para pagar a primeira conta de consumo mensal, esta não será registrada. Para calcular o valor atual da perda de lucros provenientes de juros, são usadas as taxas de empréstimo do fim de 2009 da International Financial Statistics (Estatísticas Financeiras Internacionais) do Fundo Monetário Internacional. Nos casos em que a caução for devolvida com juros, a diferença entre a taxa de empréstimo e os juros pagos pela empresa de serviços públicos será usada para calcular o valor atual.

Em certas economias a caução pode ser feita sob a forma de título: a empresa pode obter de um banco ou seguradora uma caução emitida contra os ativos que mantém na instituição financeira. Já no cenário em que o cliente paga a caução em dinheiro à empresa de utilidade pública, a empresa não abre mão do controle da propriedade do montante total e pode continuar a usá-lo. Por sua vez a empresa pagará ao banco uma comissão pela obtenção do título. A comissão cobrada poderá variar dependendo da solvência da empresa. Supõem-se a melhor solvência possível e, portanto, a menor comissão possível. Se for colocado um título, o valor do depósito registrado será a comissão anual multiplicada por cinco anos que, segundo se supõe, será a duração do

contrato. Se houver ambas as opções, será registrada a mais barata.

Em Belize em junho de 2010 um cliente que solicitou uma conexão de energia elétrica de 140-kVA teria que colocar uma caução de 22.662 dólares de Belize em dinheiro ou em cheque e esse depósito seria devolvido somente no fim do contrato. Em vez disso, o cliente poderia ter investido este dinheiro à taxa prevalente de 14,05%. No período dos cinco anos do contrato isto implicaria um valor atual de juros perdidos de BZ\$ 10.918. Em contraste, se o cliente tiver tido a oportunidade de acertar o depósito com uma garantia bancária a uma taxa anual de 1,75%, o montante perdido durante cinco anos seria apenas BZ\$ 1.983.

Os detalhes dos dados sobre obtenção de eletricidade podem ser encontrados para cada economia no website <http://www.doingbusiness.org>.

EMPREGO DE TRABALHADORES

O *Doing Business* mede a regulamentação do emprego, ou seja, como ele afeta a contratação e a redundância de trabalhadores e a rigidez do horário de trabalho. Em 2007 foram introduzidas melhorias para alinhar a metodologia de utilização dos indicadores de trabalhadores com as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Somente quatro das 188 convenções da OIT incluem áreas medidas pelo *Doing Business*: demissão dos empregados, trabalho nos fins de semana, férias remuneradas e trabalho noturno. A metodologia do *Doing Business* é totalmente coerente com essas 4 convenções. É possível uma economia receber a pontuação mais alta pela facilidade de empregar trabalhadores e por cumprir todas as convenções relevantes da OIT (especificamente, as quatro associadas ao *Doing Business*), mas nenhuma economia pode conseguir uma melhor pontuação por não cumprir essas convenções.

As convenções da OIT cobrindo áreas relacionadas ao indicador de emprego de trabalhadores não incluem os padrões trabalhistas centrais da OIT; isto é, oito convenções que abordam o direito à negociação coletiva, a eliminação do trabalho forçado, a abolição do trabalho infantil e o tratamento equitativo nas práticas trabalhistas.

Em 2009 foram introduzidas outras mudanças na metodologia para o indicador de emprego de trabalhadores.

Primeiro, o estudo de caso padronizado foi alterado para se referir a uma pequena a média empresa com 60 empregados em vez de 201. Segundo, são levados em conta restrições no trabalho noturno e no dia de descanso semanal no caso de atividades de manufatura nas quais a operação contínua é economicamente necessária. Terceiro, os prêmios em salário exigidos por lei para os trabalhos realizados nos dias de descanso semanal ou no horário noturno recebem uma pontuação com base em uma escala de quatro níveis. Quarto, as economias que determinam oito semanas ou menos de pagamento de indenização por demissão e não oferecem proteção contra o desemprego não recebem a pontuação mais alta. Finalmente o cálculo do coeficiente de salário mínimo foi modificado para assegurar que uma economia não se beneficie de uma classificação decorrente da redução do salário mínimo abaixo de US\$ 1,25 por dia, ajustado com a paridade do poder aquisitivo. Esse nível é coerente com os recentes ajustes do Banco Mundial em relação à linha de pobreza absoluta.

Neste ano foram introduzidas outras modificações na metodologia baseada em consultas com um Grupo Consultivo de grupos interessados relevantes. Para obter informações mais detalhadas sobre o processo de consulta favor também consultar o website www.doingbusiness.org. As mudanças acordadas até a data de publicação são as seguintes: no caso da pontuação do salário mínimo, nenhuma economia pode receber a pontuação mais alta se não tiver nenhum salário mínimo, se a legislação tiver um mecanismo normativo para o salário mínimo que não é aplicado na prática, se houver apenas um salário mínimo tradicional ou se o salário mínimo se aplicar somente ao setor público. Foi estabelecido um teto para a flexibilidade excessiva no caso de férias anuais pagas e no número máximo de dias de trabalho por semana. Além disso, para a pontuação de férias anuais pagas no caso de inflexibilidade do índice de horas e aviso prévio e pagamento de indenização por demissão, usa-se o valor médio para o trabalhador com um ano de

serviço, para um trabalhador cinco anos e um trabalhador com 10 anos em vez do valor para um trabalhador com 20 anos de serviço.

Os dados sobre a utilização de trabalhadores baseiam-se em uma pesquisa minuciosa de regulamentações trabalhistas, feita por advogados locais e autoridades públicas. As leis e regulamentações trabalhistas, bem como as fontes secundárias são examinadas para assegurar a exatidão dos dados. Para tornar os dados comparáveis em todas as economias utilizam-se várias suposições sobre o trabalhador e a empresa.

SUPOSIÇÕES SOBRE O TRABALHADOR

O trabalhador:

- É um empregado do sexo masculino, com 42 anos de idade, não executivo, com regime de trabalho em tempo integral.
- Ganha um salário mais benefícios iguais à remuneração média da economia em todo o período de seu emprego.
- Tem o período de remuneração mais comum para trabalhadores na economia.
- É um cidadão seguidor de leis que pertence à mesma raça e religião que a maioria da população da economia.
- Reside na maior cidade comercial da economia.
- Não é membro de um sindicato trabalhista, salvo se a adesão for obrigatória.

SUPOSIÇÕES SOBRE A EMPRESA

A empresa:

- É uma empresa de responsabilidade limitada.
- Funciona no maior centro de negócios da economia.
- É 100% de propriedade nacional.
- Opera no setor de manufatura.
- Tem 60 empregados.
- Está sujeita a acordos coletivos de trabalho em economias em que tais acordos abrangem mais da metade do setor de manufatura, aplicando-se também a firmas que não fazem parte deles.
- Cumpre todas as leis e regulamentos, mas não concede aos trabalhadores mais benefícios do que os definidos por lei, regulamento ou (se aplicável) acordo coletivo de trabalho.

TABELA 14.14

O que os indicadores de emprego de trabalhadores medem?**Dificuldade do índice de contratação (0–100)**

- Aplicabilidade e duração máxima de contratos por prazo fixo
- Salário mínimo de estagiários ou empregados iniciantes

Rigidez do índice de horas (0–100)

- Restrições sobre o trabalho noturno e trabalho no fim de semana
- Duração máxima de trabalho permitida no fim de semana em dias e horas, incluindo horas extras
- Dias de férias pagas

Dificuldade do índice de demissão (0–100)

- Requisitos de notificação e aprovação para demissão de um trabalhador ou grupo de trabalhadores cujas atividades estejam excedentes para a empresa
- Obrigação de transferência de cargo ou retreinamento e normas prioritárias no casos de trabalhadores com atividades excedentes para a empresa

Rigidez do índice de emprego (0–100)

- Média simples da dificuldade de contratação, rigidez de horário e dificuldade de índices de demissão

Custo da demissão (semanas de salário)

- Requisitos de notificação, pagamentos de indenização e penalidades devidas na demissão de um trabalhador com atividades excedentes para a empresa, expressos em semanas de salário

Fonte: Banco de dados do Doing Business.

RIGOR DO ÍNDICE DE EMPREGO

A rigidez do índice de emprego é a média de três subíndices: dificuldade do índice de contratação, rigidez do índice de horas e dificuldade do índice de demissão (Tabela 14.14). Todos os subíndices têm diversos componentes. E todos assumem valores de 0 a 100, com valores mais altos indicando uma regulamentação mais rígida.

A dificuldade do índice de contratação mede (i) se os contratos por tempo fixo estão proibidos para tarefas permanentes; (ii) a duração máxima cumulativa de contratos por tempo fixo; e (iii) a relação entre o salário mínimo de um estagiário ou empregado iniciante e o valor médio agregado por trabalhador.⁹ Atribui-se a uma economia uma pontuação 1 se os contratos por tempo fixo estiverem proibidos para tarefas permanentes; e uma pontuação 0, se puderem ser usados para qualquer tarefa. Uma pontuação 1 é atribuída se a duração máxima cumulativa dos contratos por tempo fixo for inferior a 3 anos; 0,5 se for 3 anos ou mais, porém inferior a 5 anos; e 0, se os contratos por tempo fixo puderem durar 5 anos ou mais. Finalmente, atribui-se uma pontuação 1 se a relação entre o salário mínimo e o valor médio agregado por trabalhador for 0,75 ou mais; 0,67 para uma relação de 0,50 ou mais, porém inferior a 0,75; 0,33 para uma relação de 0,25 ou mais,

porém inferior a de 0,50; e 0 para uma relação inferior a 0,25. Uma a pontuação 0 será também designada se o salário mínimo for determinado por um acordo coletivo de trabalho que se aplique a menos da metade do setor manufatureiro ou não se aplique a firmas que dele não façam parte; ou, se o salário mínimo for determinado por lei, mas não se aplique a trabalhadores que não estejam no período de aprendizagem. Uma relação de 0,251 (e, portanto, uma a pontuação 0,33) será automaticamente designada em quatro casos: se não houver salário mínimo; se a lei estipular um mecanismo normativo para o salário mínimo que não seja aplicado na prática; se não houver salário mínimo determinado por lei, mas houver um montante salarial normalmente usado como mínimo; ou se não houver salário mínimo determinado por lei no setor privado mas houver no setor público.

Em Benin, por exemplo, os contratos por tempo fixo não são proibidos para tarefas permanentes (pontuação 0) e podem ser usados por um máximo de 4 anos (pontuação 0,5). A relação entre o salário mínimo obrigatório e o valor agregado por trabalhador é de 0,58 (a pontuação 0,67). A média dos três valores e a ampliação do índice para 100 produzem uma a pontuação 39 para o Benin.

A rigidez do índice de horas tem cinco componentes: (i) se houver restrições sobre trabalho noturno; (ii) se houver restrições sobre trabalho semanal em feriados; (iii) se a semana de trabalho contiver 5,5 dias; (iv) se a semana de trabalho puder ser estendida até 50 horas ou mais (incluindo horas extras) por 2 meses ao ano para atender a um aumento sazonal na produção; e (v) se as férias anuais pagas de um trabalhador com 1 ano de trabalho, um trabalhador com 5 anos e um trabalhador com 10 anos forem superiores a 26 dias úteis ou inferiores a 15 dias úteis. Para as questões (i) e (ii), se ocorrerem restrições em vez de prêmios, atribui-se a a pontuação 1. Se a única restrição for um prêmio para o trabalho noturno e trabalho semanalmente designado, uma a pontuação 0, 0,33, 0,66 ou 1 será atribuída, de acordo com o quartil em que cair o prêmio da economia. Se não houver restrições, a economia receberá legalmente permitida for inferior a 5,5 dias ou superior a 6 dias; caso contrário será atribuída uma a pontuação 0. Para a pergunta (iv), se a resposta for negativa, uma pontuação 1 será atribuída; caso contrário, a pontuação 0 será atribuída. Para a pergunta (v) a pontuação 0 será atribuída se a média de férias anuais pagas estiver entre 15 e 21 dias úteis; será atribuída a pontuação 0,5 se estiver entre 22 e 26 dias úteis; e será atribuída uma a pontuação 1 se for inferior a 15 ou superior a 26 dias úteis.

Por exemplo, Honduras impõe restrições sobre trabalho noturno (pontuação 1), mas não sobre trabalho semanal em feriados (pontuação 0), permite semanas de trabalho de 6 dias (pontuação 0), permite semanas de trabalho de 50 horas por 2 meses (pontuação 0) e exige férias pagas de 16,7 dias úteis (pontuação 0). A média da pontuação e a ampliação do resultado para 100 produzem um índice geral de 20 para Honduras.

A dificuldade do índice de demissão tem 8 componentes: (i) se a extinção das atividades do trabalhador na empresa não serve como base para a demissão; (ii) se o empregador precisar notificar um terceiro (como um órgão do governo) para demitir 1 trabalhador quando este está em excesso para a empresa; (iii) se o empregador precisar notificar um terceiro para demitir um grupo de 9 trabalhadores quando estes

este estão em excesso para a empresa; (iv) se o empregador precisar de aprovação de um terceiro para demitir 1 trabalhador quando este está em excesso para a empresa; (v) se o empregador precisar de aprovação de um terceiro para demitir um grupo de 9 trabalhadores quando estes estão em excesso para a empresa (vi) se a lei exigir que o empregador designe uma nova atribuição ou recapacite um trabalhador antes de demiti-lo quando este está em excesso para a empresa; (vii) se as regras de prioridade se aplicarem às demissões que ocorrem com base no fato do trabalhador estar em excesso para a empresa; e (viii) se as regras de prioridade se aplicarem ao reemprego. Para a primeira questão, uma resposta afirmativa para trabalhadores de qualquer nível de renda recebe uma pontuação 10 e significa que o restante das perguntas não se aplica. A resposta positiva à pergunta (iv) produz uma pontuação 2. Para qualquer outra pergunta, se a resposta for positiva, uma pontuação 1 será atribuída; caso contrário, a pontuação 0 será atribuída. As questões (i) e (iv), que são as regulamentações mais restritivas, têm um peso maior na construção do índice.

Na Tunísia, por exemplo, a demissão de trabalhadores quando estes estão em excesso para a empresa é permitida (pontuação 0). Um empregador precisa notificar um terceiro (pontuação 1) e obter sua aprovação (pontuação 2), e precisa notificar um terceiro (pontuação 1) e obter sua aprovação (pontuação 1) para demitir um grupo de 9 trabalhadores quando estes estão em excesso para a empresa. A lei obriga a recapacitação ou colocação alternativa antes da demissão (pontuação 1). Há regras de prioridade para fins de demissão (pontuação 1) e reemprego (pontuação 1). O acréscimo de pontuação e a ampliação do resultado para 100 produzem um índice geral de 80.

CUSTO DA DEMISSÃO

O indicador do custo da demissão mede o custo dos requisitos de aviso prévio, pagamentos de indenização e penalidades por demissão de um trabalhador redundante, expressos em semanas de salário. O valor médio dos requisitos de aviso prévio e pagamentos de indenização, aplicável a um trabalhador com 1 ano de serviço, a um trabalhador com 5 anos e a um trabalhador com 10 anos é usado para atribuir uma pontuação. Se o custo

de demissão incluir até 8 semanas ou menos de salário e o trabalhador puder beneficiar-se da proteção de desemprego, uma pontuação 0 será atribuída, mas o número real de semanas será publicado. Se o custo de demissão incluir até 8 semanas ou menos de salário e o trabalhador puder beneficiar-se de qualquer tipo de proteção de desemprego, uma pontuação 8,1 será atribuída, mas o número real de semanas será publicado. Se o custo incluir mais de 8 semanas de salário, a pontuação será o número de semanas. Um mês é registrado como 4 1/3 semanas.

Na Maurítânia, por exemplo, um empregador é obrigado a dar aviso prévio de 1 mês antes de uma demissão por excesso daquela atividade e a indenização média a um trabalhador com 1 ano de serviço, um trabalhador com 5 anos e um trabalhador com 10 anos será igual a 1,42 meses de salário. Não se impõe nenhuma penalidade. De modo geral, o empregador paga o equivalente a 10,5 semanas de salário para demitir o trabalhador.

Os dados detalhados sobre emprego de trabalhadores podem ser consultados para cada economia no website <http://www.doingbusiness.org> selecionando-se a economia na lista. Essa metodologia foi desenvolvida em Botero e outros (2004) e é aqui adotada com pequenas modificações.

- Os dados para pagamento de impostos referem-se a janeiro — dezembro de 2009.
- Estes estudos estão disponíveis em <http://www.doingbusiness.org/Subnational/>.
- O website do *Doing Business* (<http://www.doingbusiness.org>) fornece uma sequência cronológica comparável de dados históricos para pesquisa, com um conjunto de dados calculado retroativamente para se ajustar às alterações em metodologia e a quaisquer revisões dos dados devido a correções. Para os termos de referência e composição do grupo consultivo, ver Banco Mundial, *Doing Business Employing Workers Indicator Consultative Group*, <http://www.doingbusiness.org>.
- As mudanças nos indicadores do *Doing Business* seguem muitos incrementos diferentes. Por exemplo, as pontuações possíveis que uma economia pode obter nos indicadores de proteção a investidores podem variar de 0 a 10, enquanto os procedimentos, tempo e custo para abrir um negócio podem variar potencialmente de 1 ao infinito. Como normalizar as pontuações introduz um elemento de relatividade, foi escolhida

uma abordagem de normalização que minimize esse elemento: as pontuações são normalizadas em uma escala de 0–1 subtraindo de cada valor a menor mudança e dividindo o resultado pela diferença entre as observações mais altas e mais baixas. Uma abordagem alternativa é subtrair de cada valor o valor médio em cada distribuição do indicador e dividir o resultado pelo desvio padrão dentro da mesma distribuição. A estatística resultante é aquela amplamente conhecida como pontuação Z. O principal ponto de divergência entre a abordagem de normalização escolhida para a nova medida e o método de pontuação Z é o ponto de referência com o qual a melhoria da economia é comparada. Na primeira abordagem, a medição da melhoria de uma economia em um determinado indicador toma como padrões de referência o melhor e o pior desempenho desse indicador. Na segunda abordagem, o ponto de referência para avaliar o desempenho de uma economia é a média das outras 182 economias na amostra. Isso significa que os esforços de reforma de uma economia são, de fato, pontuados em relação a todas as outras economias. Como a nova medida visa a se afastar da relatividade da classificação referente à facilidade para se fazer negócios para focar em melhorias absolutas nas economias, foi escolhida a primeira abordagem.

Dadas as alternativas disponíveis, foi realizada uma análise de sensibilidade para observar o quanto os resultados seriam diferentes se, em vez disso, fosse adotada uma pontuação Z. Ao usar os dados do *Doing Business 2009* e do *Doing Business 2010*, a correlação coeficiente dos resultados entre a principal abordagem usada e abordagem da pontuação Z seria computada. Os resultados mostram um forte grau de correlação entre as 2 abordagens (coeficiente de correlação de 0,81).

- Ver Djankov e outros (2005).
- Essa questão é geralmente regulamentada pela legislação das bolsas de valores ou de títulos de crédito. Os pontos são concedidos somente às economias com mais de 10 empresas listadas em sua bolsa de valores mais importante.
- Ao avaliar o regime de responsabilidade dos diretores da empresa em relação a uma transação referente às partes que seja prejudicial, o *Doing Business* considera que a transação foi devidamente divulgada e aprovada. O *Doing Business* não mede a responsabilidade do diretor no caso de fraude.
- A distância da suposta conexão elétrica foi aumentada de 10 metros para o que os entrevistados consideram uma metragem mais realista: 150 metros. Esta mudança traduziu-se em alguns casos em um custo mais alto ou por tempo mais prolongado (ou ambos) para a conexão.
- O valor médio agregado por trabalhador é a relação da Renda Nacional Bruta (RNB) per capita para a população em idade de trabalhar como percentagem da população total.

Resumos de Reformas do Doing Business em 2009—2010

Reformas do *Doing Business* que afetam todos os conjuntos de indicadores incluídos na classificação deste ano sobre facilidade de fazer negócios, implementados de junho de 2009 a maio de 2010.

✓ *Reformas do Doing Business* que tornaram mais fácil fazer negócios

✗ *Reformas do Doing Business* que tornaram mais difícil fazer negócios

ALBÂNIA

✓ Pagamento de impostos

A Albânia tornou o pagamento de impostos mais fácil e menos dispendioso para as empresas mediante a emenda de várias leis, redução das contribuições para a previdência social e introdução de declaração e pagamento eletrônicos.

ALEMANHA

✓ Abertura de empresas

A Alemanha facilitou a abertura de empresas aumentando a eficiência das comunicações entre escritórios públicos e o registro comercial e eliminando a necessidade de publicar uma notificação em jornal.

ANGOLA

✓ Comércio internacional

Angola reduziu o tempo de comércio internacional fazendo investimentos em infraestrutura e administração portuárias.

ANTÍGUA E BARBUDA

✗ Registro da propriedade

Em Antígua e Barbuda a transferência de propriedade requer agora autorização do inspetor-chefe para evitar declarações de má-fé.

ARÁBIA SAUDITA

✓ Obtenção de alvarás de construção

A Arábia Saudita tornou mais fácil a obtenção de alvarás de construção pelo segundo ano consecutivo mediante a introdução de um novo processo agilizado.

✓ Obtenção de crédito

Uma modificação da sua lei sobre penhor mercantil melhorou o acesso ao crédito tornando mais flexível o empréstimo com garantia móveis e permitindo a execução das garantias móveis fora do tribunal no caso de inadimplência.

✓ Comércio internacional

A Arábia Saudita reduziu o tempo das importações lançando um novo terminal de contêineres no Porto Jedadah Islamic.

✓ Fechamento de empresas

A Arábia Saudita acelerou o processo de insolvência proporcionando acesso antecipado a soluções amigáveis e impondo prazos para as soluções, a fim de incentivar a participação dos credores.

ARMÊNIA

✓ Comércio internacional

A Armênia tornou mais fácil o comércio internacional introduzindo mesas de autodeclaração nas alfândegas e armazéns, investindo em novos equipamentos e introduzindo um sistema de gestão de riscos.

ÁUSTRIA

✓ Registro da propriedade

A Áustria tornou mais fácil a transferência da propriedade requerendo envio on-line de todos os pedidos de registro das transferências da propriedade.

AZERBAIJÃO

✓ Obtenção de crédito

O Azerbaijão melhorou o acesso ao crédito mediante o estabelecimento de uma plataforma on-line que permite às instituições financeiras fornecer e acessar informação constante do registro de crédito público.

✓ Pagamento de impostos

Uma revisão do código tributário reduziu o montante de vários impostos, inclusive o imposto sobre lucros, e simplificou o processo de pagamento do imposto de renda corporativo e do imposto de valor agregado.

BAHRAIN

✗ Registro da propriedade

O Bahrain tornou o registro de propriedade mais oneroso aumentando as taxas do serviço de levantamento topográfico.

✓ Comércio internacional

Bahrain tornou mais fácil o comércio internacional através da construção de um porto moderno, melhorando o sistema de intercâmbio de dados eletrônicos e introduzindo inspeções com base no risco.

BANGLADESH

✓ Abertura de empresas

Bangladesh tornou mais fácil a abertura de empresas eliminando o requisito de compra de selos e aprimorando o sistema de registro on-line.

✓ Registro da propriedade

Bangladesh reduziu o imposto sobre transferência da propriedade para 6,7% do valor da propriedade.

BÉLGICA

✗ Registro da propriedade

Bruxelas, capital da Bélgica, tornou mais difícil a transferência da propriedade exigindo certificado de solo limpo.

✓ Fechamento de um negócio

A Bélgica introduziu uma nova lei que promoverá e facilitará a sobrevivência de empresas viáveis que estejam passando por dificuldades financeiras.

BENIN

✓ Obtenção de alvarás de construção

O Benin criou uma nova comissão municipal para agilizar a obtenção de alvarás de construção e estabelecer uma comissão *ad hoc* para tratar do acúmulo de pedidos de alvará.

BIELORRÚSSIA

✓ Obtenção de crédito

A Bielorrússia aumentou o acesso ao crédito facilitando o uso de garantias móveis, determinando a possibilidade de execução da garantia fora do tribunal no caso de inadimplência.

✓ Pagamento de impostos

As reduções no imposto sobre circulação de mercadorias, nas contribuições para a previdência social e na base de cálculo do

imposto sobre a propriedade, juntamente com esforços contínuos no sentido de incentivar o uso de sistemas de declaração eletrônica, tornaram mais fácil e menos custoso para as empresas o pagamento de impostos.

✓ Comércio internacional

A Bielorrússia reduziu o tempo para o comércio internacional mediante a introdução de declaração eletrônica de exportações e importações.

✓ Fechamento de um negócio

A Bielorrússia modificou as normas que regem as atividades de administradores de insolvência e reforçou a proteção dos direitos dos credores em processo de falência.

BÓSNIA-HERZEGÓVINA

✓ Registro da propriedade

A Bósnia e Herzegovina reduziu demoras no registro da propriedade em Sarajevo.

✓ Pagamento de impostos

A Bósnia e Herzegovina simplificou seus processos de impostos sobre mão de obra, reduziu as alíquotas de contribuição dos empregadores para a previdência social e aboliu seu imposto sobre salários.

BRASIL

✓ Abertura de empresas

O Brasil facilitou a abertura de empresas melhorando a sincronização eletrônica entre as autoridades tributárias federais e estaduais.

BRUNEI DARUSSALAM

✓ Abertura de empresas

Brunei Darussalam tornou mais fácil a abertura de empresas melhorando a eficiência do registro de empresas e implementando um sistema eletrônico de busca de nomes.

✓ Pagamento de impostos

Reduziu a alíquota de imposto de renda corporativo de 23,5% para 22%, introduzindo ao mesmo tempo uma alíquota tributária mais baixa para pequenas empresas de 5,5% a 11%.

✓ Comércio internacional

A introdução de um sistema alfandegário eletrônico em Brunei Darussalam facilitou o comércio internacional.

BULGÁRIA

✓ Abertura de empresas

A Bulgária facilitou a abertura de empresas mediante a redução do requisito de capital mínimo de 5.000 leva para 2 leva.

✓ Pagamento de impostos

A Bulgária reduziu as taxas de contribuição do empregador para a previdência social.

BURKINA FASO

✓ Obtenção de alvarás de construção

Burkina Faso tornou mais fácil a obtenção de alvarás de construção reduzindo pela metade o custo de levantamento do terreno e por um terço o tempo requerido para processar um pedido de alvará de construção.

✓ Pagamento de impostos

Burkina Faso reduziu a taxa de imposto estatutário e o número de impostos sobre negócios e introduziu procedimentos de cumprimento mais simples e uniformes.

✓ Comércio internacional

Burkina Faso reduziu os requisitos de documentação para importadores e exportadores, tornando mais fácil o comércio internacional.

✓ Cumprimento de contratos

Burkina Faso facilitou o cumprimento de contratos estabelecendo um tribunal comercial especializado e abolindo a taxa de registro de decisões judiciais.

BURUNDI

✓ Pagamento de impostos

Burundi tornou o pagamento de impostos mais simples substituindo os impostos sobre transações por um imposto sobre valor agregado.

CABO VERDE

✓ Abertura de empresas

O Cabo Verde tornou mais fácil a abertura de uma empresa eliminando a necessidade de inspeção municipal antes de a empresa começar suas operações e automatizando o sistema de entrega da licença municipal.

✓ Registro da propriedade

O Cabo Verde facilitou o registro da propriedade mudando de impostos tendo como base de cálculo uma percentagem do valor da propriedade para alíquotas fixas mais baixas.

✓ Pagamento de impostos

O Cabo Verde aboliu o imposto do selo sobre vendas e cheques.

CAMARÕES

✓ Abertura de empresas

Os Camarões tornou mais fácil a abertura de empresas estabelecendo um serviço centralizado e abolindo o requisito de verificação do local da empresa e as respectivas taxas.

CAMBOJA

✓ Comércio internacional

O Camboja eliminou inspeções de pré-remessa, reduzindo o tempo e o número de documentos requeridos para importação e exportação.

CANADÁ

✓ Pagamento de impostos

O Canadá harmonizou as devoluções de impostos de Ontário e do governo federal e reduziu os impostos corporativos e de empregados.

✓ Cumprimento de contratos

O Canadá aumentou a eficiência dos tribunais ampliando o envio de documentos de forma eletrônica e agilizando os procedimentos.

CAZAQUISTÃO

✓ Abertura de empresas

O Cazaquistão facilitou a abertura de empresas reduzindo o requisito de capital mínimo para 100 tenge (US\$ 0,70) e eliminando o requisito de legalização do memorando de associação e do convênio da empresa.

✓ Obtenção de alvarás de construção

O Cazaquistão tornou mais fácil a obtenção de alvarás de construção implementando um serviço centralizado relacionado com condições técnicas para empresas de serviços públicos.

✓ Proteção dos investidores

Cazaquistão reforçou as proteções do investidor requerendo maior divulgação corporativa nos relatórios anuais da empresa.

✓ Comércio através das fronteiras

O Cazaquistão acelerou o comércio por meio de esforços para modernizar a alfândega, incluindo a implementação de um sistema de gestão de riscos e melhorias na automatização alfandegária.

CHADE**X Pagamento de impostos**

O Chade aumentou os impostos empresariais mediante mudanças em suas taxas de contribuição para a previdência social.

CHILE**✓ Abertura de empresas**

O Chile tornou mais fácil abrir empresas mediante a introdução de um sistema on-line para registro e apresentação do pedido de publicação.

✓ Proteção dos investidores

Uma modificação na lei de títulos do Chile reforçou as proteções do investidor exigindo mais divulgação corporativa e regulamentando a aprovação de transações entre as partes interessadas.

CHINA**✓ Pagamento de impostos**

Na China uma nova lei tributária de imposto de renda corporativo unificou os regimes tributários de empresas domésticas e estrangeiras e esclareceu o cálculo de renda tributável para fins do imposto de renda corporativo.

CISJORDÂNIA E GAZA**X Abertura de empresas**

A Cisjordânia e Gaza tornou mais difícil a abertura de empresas aumentando os honorários de advogados que devem ser pagos para incorporação.

✓ Comércio internacional

Processos mais eficientes na alfândega tornaram mais fácil o comércio na Cisjordânia.

COLÔMBIA**✓ Obtenção de alvarás de construção**

A Colômbia facilitou a obtenção de alvarás de construção melhorando a verificação eletrônica de certificados de pré-construção.

COSTA DO MARFIM**✓ Obtenção de alvarás de construção**

A Costa do Marfim facilitou a obtenção do alvará de construção eliminando a necessidade de se conseguir aprovação preliminar.

CROÁCIA**✓ Abertura de empresas**

A Croácia facilitou a abertura de empresas possibilitando às firmas de responsabilidade

limitada apresentar pedido de registro eletronicamente aos registros dos tribunais por meio de escrivão público.

✓ Obtenção de alvarás de construção

A Croácia substituiu a permissão para o local e a confirmação do desenho do projeto com um único certificado, simplificando e acelerando o processo de obtenção do alvará de construção.

DINAMARCA**✓ Abertura de empresas**

A Dinamarca facilitou a abertura de empresas reduzindo em dois terços o requisito de capital mínimo para empresas de responsabilidade limitada, de 125.000 coroas dinamarquesas (US\$ 22.850) para 80.000 coroas dinamarquesas (US\$ 14.620).

✓ Registro da propriedade

A automatização do registro de terras da Dinamarca reduziu pela metade o número de procedimentos requeridos para registrar a propriedade.

EMIRADOS ÁRABES UNIDOS**✓ Obtenção de crédito**

Os Emirados Árabes Unidos melhoraram o acesso ao crédito estabelecendo uma estrutura legal para a operação do serviços de crédito privado e requerendo que as instituições financeiras compartilhem informações.

✓ Comércio através das fronteiras

Os Emirados Árabes Unidos agilizaram a preparação de documentos e reduziram o tempo do comércio com o lançamento do novo sistema abrangente da Alfândega de Dubai, o Mirsal 2.

EQUADOR**✓ Abertura de empresas**

O Equador tornou mais fácil a abertura de empresas introduzindo um sistema de registro on-line para a contribuição para a previdência social.

ESLOVÊNIA**✓ Abertura de empresas**

A Eslovênia tornou mais fácil a abertura de empresas por meio de melhorias de seu serviço centralizado, as quais permitiram mais serviços on-line.

✓ Registro da propriedade

Uma maior automatização do registro de terras reduziu demoras no registro de propriedade em 75%.

✓ Pagamento de impostos

A Eslovênia aboliu seu imposto sobre salários e reduziu seu imposto de renda corporativo.

ESPAÑA**✓ Comércio internacional**

A Espanha agilizou a documentação para importação incluindo a informação relacionada com impostos em um único documento administrativo.

✓ Fechamento de empresas

A Espanha modificou suas normas que regem procedimentos de insolvência com o objetivo de reduzir o custo e o tempo. As novas regulamentações também introduziram soluções fora do tribunal.

ESTADOS UNIDOS**X Pagamento de impostos**

Nos Estados Unidos a introdução de um novo imposto salarial aumentou os impostos sobre as empresas que funcionam no distrito de transporte público da área metropolitana da Cidade de Nova York.

ESTÔNIA**X Obtenção de alvarás de construção**

A Estônia tornou a obtenção de alvarás de construção mais complexa ao aumentar o prazo para obter do município os critérios de desenho.

✓ Obtenção de crédito

A Estônia melhorou o acesso ao crédito modificando seu Código de Processo de Execução e permitindo a execução fora do tribunal por credores com garantia.

X Pagamento de impostos

A Estônia aumentou a contribuição para o seguro desemprego e elevou o imposto padrão sobre valor agregado de 18% para 20%.

✓ Fechamento de um negócio

As recentes emendas à lei de insolvência da Estônia aumentaram as possibilidades das empresas viáveis sobreviverem à insolvência, melhorando os procedimentos e mudando os requisitos de qualificação de administradores da insolvência.

ETIÓPIA**✓ Comércio internacional**

A Etiópia facilitou o comércio abordando ineficiências burocráticas internas.

EX-REPÚBLICA IUGOSLAVA DA MACEDÔNIA**✓ Abertura de empresas**

A Ex-República Iugoslava da Macedônia tornou mais fácil a abertura de empresas aprimorando o seu serviço centralizado.

✓ Pagamento de impostos

A Ex-República Iugoslava da Macedônia reduziu os custos dos impostos para empresas exigindo que o imposto de renda corporativo seja pago somente sobre lucros distribuídos.

FEDERAÇÃO RUSSA**✓ Obtenção de alvarás de construção**

A Federação Russa facilitou a obtenção de alvarás de construção mediante a implementação de um guichê único para todos os procedimentos relacionados com o uso da terra.

✓ Fechamento de empresas

A Federação Russa introduziu uma série de medidas legislativas em 2009 para melhorar os direitos dos credores e o sistema de insolvência.

FIJI**✓ Comércio internacional**

Fiji tornou mais fácil o comércio abrindo centros de atendimento ao cliente e melhorando as operações alfandegárias.

FILIPINAS**✓ Abertura de empresas**

As Filipinas facilitaram a abertura de empresas estabelecendo um serviço centralizado no nível municipal.

X Obtenção de alvarás de construção

As Filipinas tornaram a obtenção de alvarás de construção mais onerosa devido a aumento do custo de conexões elétricas.

✓ Comércio internacional

As Filipinas reduziram o tempo e custo do comércio melhorando seus sistemas alfandegários eletrônicos, acrescentando funções como pagamentos eletrônicos e envio on-line de declarações.

GANA**✓ Obtenção de crédito**

Gana melhorou o acesso ao crédito estabelecendo um registro centralizado de

garantias móveis e concedendo uma licença de funcionamento a um serviço privado de crédito que começou a operar em abril de 2010.

GEÓRGIA**✓ Obtenção de crédito**

A Geórgia melhorou o acesso ao crédito implementando um registro centralizado de garantias com um banco de dados eletrônico acessível on-line.

✓ Proteção dos investidores

A Geórgia reforçou as proteções do investidor permitindo maior acesso à informação corporativa durante um julgamento.

✓ Cumprimento de contratos

A Geórgia tornou mais fácil a execução de contratos agilizando os procedimentos de hasta pública, introduzindo oficiais de execução privada e modernizando seu sistema de solução de controvérsias.

✓ Fechamento de um negócio

A Geórgia melhorou os procedimentos de insolvência agilizando a regulamentação de vendas em leilão.

GRANADA**✓ Abertura de empresas**

Grenada facilitou a abertura de empresas transferindo a responsabilidade pelo registro comercial dos tribunais para a administração civil.

✓ Registro da propriedade

A nomeação de um oficial de registro encarregado exclusivamente da propriedade reduziu em quase a metade o tempo necessário para a transferência de propriedade em Grenada.

✓ Comércio internacional

A administração alfandegária de Grenada acelerou o comércio simplificando procedimentos, reduzindo inspeções, melhorando a capacitação do pessoal e a comunicação com os usuários.

GRÉCIA**X Registro da propriedade**

A Grécia tornou mais dispendiosa a transferência de propriedade aumentando o imposto de transferência de 1% do valor da propriedade para 10%.

GUIANA**✓ Abertura de empresas**

A Guiana facilitou a abertura de empresas digitalizando os registros das firmas, o que acelerou o processo de busca e reserva do nome da empresa.

✓ Obtenção de crédito

A Guiana melhorou o acesso ao crédito mediante o estabelecimento de uma estrutura normativa que permite o licenciamento de serviços de crédito privados e dá aos mutuários o direito de inspecionar seus dados.

✓ Comércio internacional

A Guiana melhorou seu sistema de verificação do perfil de riscos para a inspeção alfandegária, reduzindo as inspeções físicas de remessas e o tempo de negociação.

GUINÉ**X Obtenção de alvarás de construção**

A Guiné aumentou o custo de obtenção do alvará de construção.

GUINÉ-BISSAU**✓ Cumprimento de contratos**

A Guiné-Bissau estabeleceu um tribunal comercial especializado, acelerando o cumprimento de contratos.

HAITI**✓ Abertura de empresas**

O Haiti facilitou a abertura de empresas eliminando a revisão, por parte do Gabinete do Presidente ou do Primeiro-Ministro, dos atos de incorporação apresentados para publicação.

HOLANDA**✓ Pagamento de impostos**

A Holanda reduziu a frequência da apresentação de documentos e do pagamento de impostos sobre valor agregado de mensal para trimestral e começou a permitir a pequenas empresas o uso de contas anuais como base para o cálculo do imposto de renda corporativo.

HONG KONG SAR, CHINA**✓ Pagamento de impostos**

Hong Kong SAR, China, aboliu o imposto sobre combustíveis do óleo diesel.

✓ **Cumprimento de contratos**

As reformas implementadas no sistema de justiça civil ajudarão a aumentar a eficiência e o custo-eficácia da solução de controvérsias comerciais.

HUNGRIA

✓ **Obtenção de alvarás de construção**

A Hungria fixou um prazo para a emissão de alvarás de construção.

✓ **Registro da propriedade**

A Hungria Reduziu a taxa de registro de propriedade em 6% do valor da propriedade.

✓ **Pagamento de impostos**

A Hungria simplificou impostos e as bases de cálculo tributárias.

✓ **Fechamento de um negócio**

Emendas na lei de falências da Hungria incentivam as empresas insolventes a considerar a negociação de acordos com os credores fora do tribunal, a fim de evitar a falência.

ILHAS MARSHALL

✓ **Obtenção de crédito**

As Ilhas Marshall melhoraram o acesso ao crédito por meio de uma nova lei de garantias que estabelece um registro central de garantias móveis, amplia o alcance dos ativos que podem ser usados como garantia, permite uma descrição geral das dívidas e obrigações e dos ativos concedidos como garantia, bem como estabelece normas claras de prioridade fora do processo de falências para credores com garantia.

ILHAS SALOMÃO

✓ **Obtenção de crédito**

As Ilhas Salomão reforçaram o acesso ao crédito promulgando uma nova lei de garantias que amplia o alcance dos ativos que podem ser usados como garantia, permite uma descrição geral das dívidas e obrigações asseguradas por garantia, permite a execução fora do tribunal e cria um registro de garantias móveis.

ÍNDIA

✓ **Abertura de empresas**

A Índia facilitou a abertura de empresas estabelecendo um sistema de registro on-line do imposto sobre valor agregado e substituindo o selo físico requerido anteriormente por uma versão on-line.

✓ **Pagamento de impostos**

A Índia reduziu o ônus administrativo do pagamento de impostos abolindo o imposto sobre benefícios indiretos e melhorando o pagamento eletrônico.

INDONÉSIA

✓ **Abertura de empresas**

A Indonésia facilitou a abertura de empresas reduzindo o custo de reservar e liberar o nome de uma empresa, bem como o tempo requerido para reservar o nome e aprovar o título de incorporação.

✓ **Pagamento de impostos**

A Indonésia reduziu a alíquota do imposto de renda corporativo.

✓ **Comércio internacional**

A Indonésia reduziu o tempo de exportação lançando um serviço de guichê único.

ISLÂNDIA

X **Obtenção de alvarás de construção**

A Islândia tornou mais dispendiosos os alvarás de construção aumentando as taxas de aprovação de desenhos e de inspeção.

X **Pagamento de impostos**

A Islândia aumentou o imposto de renda corporativo de 15% para 18% e elevou as taxas de contribuição para a previdência social e pensões.

ISRAEL

✓ **Comércio internacional**

Israel está expandindo seu sistema de intercâmbio de dados eletrônicos e desenvolvendo uma estrutura de guichê único, permitindo uma montagem mais fácil dos documentos requeridos por diferentes autoridades e reduzindo o tempo das transações comerciais.

ITÁLIA

✓ **Abertura de empresas**

A Itália tornou mais fácil a abertura de empresas melhorando o seu sistema de registro on-line.

JAMAICA

✓ **Registro da propriedade**

A Jamaica facilitou a transferência de propriedade reduzindo os impostos e taxas de transferência, oferecendo procedimentos acelerados de registro e disponibilizando informações oriundas do registro da empresa on-line.

JAPÃO

✓ **Fechamento de um negócio**

O Japão tornou mais fácil lidar com a insolvência estabelecendo uma nova entidade, a Corporação para a Iniciativa da Reestruturação das Empresas, a fim de apoiar a revitalização de empresas bem gerenciadas que sofrem de dívida excessiva.

JORDÂNIA

✓ **Obtenção de crédito**

A Jordânia melhorou seu sistema de informações sobre crédito mediante o estabelecimento de uma estrutura normativa para a criação de um serviço de crédito privado e da redução do teto de empréstimos a serem comunicados ao registro de crédito público.

✓ **Pagamento de impostos**

A Jordânia aboliu também certos impostos e possibilitou a declaração eletrônica do imposto de renda e imposto sobre vendas.

KOSOVO

X **Abertura de empresas**

Kosovo tornou mais difícil a abertura de empresas ao substituir o número do contribuinte anteriormente requerido com um "número fiscal" que leva mais tempo para ser emitido e requer que a administração tributária primeiro inspecione o local de negócios.

LETÔNIA

✓ **Comércio internacional**

A Letônia reduziu o tempo de exportação e importação introduzindo a apresentação eletrônica de declarações alfandegárias.

✓ **Fechamento de um negócio**

A Letônia introduziu um mecanismo de solução de insolvências fora do tribunal para facilitar a pressão sobre os tribunais e reduzir os prazos procedimentais.

LÍBANO

X **Abertura de empresas**

O Líbano aumentou o custo da abertura de empresas.

✓ **Obtenção de crédito**

O Líbano melhorou seu sistema de informação sobre o crédito, permitindo aos bancos o acesso on-line aos relatórios do registro de crédito público.

LITUÂNIA**✓ Abertura de empresas**

A Lituânia reduziu o prazo para concluir o registro de uma empresa.

✓ Obtenção de crédito

O serviço de crédito privado da Lituânia agora coleta e divulga informações positivas sobre os mutuários.

✓ Pagamento de impostos

A Lituânia reduziu os impostos corporativos.

✓ Comércio internacional

A Lituânia reduziu o tempo das importações introduzindo, em cumprimento da lei da União Europeia, um sistema eletrônico para envio de declarações alfandegárias.

✓ Fechamento de um negócio

A Lituânia introduziu regulamentações relacionadas com os administradores de insolvência, as quais estabelecem normas claras de responsabilidade por violações da lei.

LUXEMBURGO**✓ Abertura de empresas**

O Luxemburgo facilitou a abertura de empresas acelerando o fornecimento da licença para fazer negócios.

MADAGASCAR**✓ Pagamento de impostos**

Madagascar continuou a reduzir as alíquotas de impostos corporativos.

✓ Comércio internacional

Madagascar melhorou a comunicação e coordenação entre a alfândega e os operadores portuários dos terminais por meio do sistema de guichê único (GASYNET), reduzindo tanto o tempo como o custo das exportações e importações.

MALÁSIA**✓ Abertura de empresas**

A Malásia facilitou a abertura de empresas lançando mais serviços on-line.

✓ Registro da propriedade

A introdução, por parte da Malásia, do selo on-line, reduziu o tempo e o custo de transferência da propriedade.

MALAUÍ**✓ Registro da propriedade**

Malauí facilitou a transferência de propriedade reduzindo pela metade o tempo

de espera de consentimentos e registro de instrumentos legais.

✓ Cumprimento de contratos

Malauí simplificou o cumprimento de contratos aumentando o teto das reclamações sociais que podem ser levadas aos tribunais de magistrados.

MALDIVAS**✓ Registro da propriedade**

As Maldivas agora permitem que as empresas registradas possuam terra, contanto que todas as ações da empresa sejam de propriedade de maldivianos.

MALI**✓ Obtenção de alvarás de construção**

Mali facilitou a obtenção do alvará de construção implementando uma avaliação do impacto ambiental simplificada para edifícios comerciais não complexos.

✓ Registro da propriedade

Mali tornou mais fáceis as transferências reduzindo o imposto sobre transferência da propriedade para as empresas de 15% sobre o valor do imóvel para 7%.

✓ Comércio internacional

O Mali eliminou inspeções redundantes de bens importados, reduzindo o tempo de comércio internacional.

MARROCOS**✓ Proteção dos investidores**

O Marrocos reforçou as proteções do investidor requerendo maior divulgação corporativa nos relatórios anuais da empresa.

MAURÍCIO**X Pagamento de impostos**

Maurício introduziu um novo imposto de responsabilidade social corporativa

✓ Cumprimento de contratos

Maurício tornou mais rápida a solução de controvérsias contratando mais juízes e aumentando o número dos tribunais.

MÉXICO**✓ Abertura de empresas**

O México lançou um serviço centralizado on-line para iniciar o registro de empresas.

✓ Obtenção de alvarás de construção

O México melhorou os procedimentos para a obtenção de alvarás de construção fundindo e agilizando procedimentos relacionados com zoneamento e serviços de utilidade pública.

X Pagamento de impostos

O México aumentou os impostos sobre as empresas elevando vários tipos de tributação, inclusive o imposto de renda corporativo e o imposto sobre depósitos em dinheiro. Ao mesmo tempo, o ônus administrativo continuou a diminuir graças a um maior número de opções para pagamento on-line e maior uso do software de contabilidade.

MOÇAMBIQUE**✓ Abertura de empresas**

Moçambique facilitou a abertura de empresas introduzindo um processo simplificado de licenciamento.

MOLDÁVIA**✓ Pagamento de impostos**

A Moldávia reduziu as taxas de contribuição do empregador para a previdência social.

MONTENEGRO**✓ Abertura de empresas**

Montenegro eliminou vários procedimentos de abertura de empresas introduzindo um único formulário de registro para apresentação à administração tributária.

✓ Pagamento de impostos

Montenegro modificou sua lei de imposto de renda corporativo eliminando a obrigação de pagamentos adiantados e abolindo a taxa sobre o terreno de construção.

✓ Comércio internacional

A administração alfandegária de Montenegro simplificou o comércio eliminando o requisito de apresentar um recibo do terminal de carga pertinente para fins de exportação e importação.

NICARÁGUA**X Pagamento de impostos**

A Nicarágua aumentou os impostos sobre as empresas elevando as taxas de contribuição para a previdência social e introduzindo um imposto retido na fonte de 10% sobre os lucros brutos acumulados dos depósitos. Melhorou também o pagamento eletrônico de impostos por meio de transferências bancárias.

✓ Comércio internacional

A Nicarágua acelerou o comércio mediante a adoção de um novo sistema de intercâmbio de dados eletrônicos para a alfândega, estabelecimento de um serviço centralizado físico para exportações e investimento em novo equipamento no porto de Corinto.

NÍGER**✓ Pagamento de impostos**

O Níger reduziu a alíquota do imposto de renda corporativo.

NOVA ZELÂNDIA**✓ Cumprimento de contratos**

A Nova Zelândia promulgou novas normas para as corte distritais que tornam mais amigável o processo de cumprimento de contratos.

PANAMÁ**✓ Abertura de empresas**

O Panamá facilitou a abertura de empresas aumentando a eficiência do serviço de registro.

X Registro da propriedade

O Panamá tornou mais cara a transferência de propriedade mediante a exigência de que um montante igual a 3% do valor da propriedade seja pago no momento do registro.

✓ Pagamento de impostos

O Panamá reduziu o imposto de renda corporativo, modificou vários impostos e criou um novo tribunal de apelações tributárias.

PAPUA NOVA GUINÉ**✓ Obtenção de crédito**

A operação de um novo serviço de crédito privado melhorou o sistema de informação creditícia em Papua Nova Guiné.

PAQUISTÃO**X Registro da propriedade**

O Paquistão tornou mais dispendioso o registro da propriedade dobrando o imposto sobre o valor do capital para 4%.

✓ Comércio internacional

O Paquistão reduziu o tempo das exportações melhorando a comunicação eletrônica entre as autoridades do porto de Karachi e os terminais privados, o que também promoveu a eficiência introduzindo novos equipamentos.

PARAGUAI**✓ Obtenção de alvarás de construção**

O Paraguai tornou mais fácil a obtenção de alvarás de construção mediante a criação de uma nova estrutura administrativa e um melhor sistema de rastreamento no município de Assunção.

PERU**✓ Abertura de empresas**

O Peru facilitou a abertura de empresas simplificando os requisitos de licenças de funcionamento e criando um serviço centralizado on-line de registro de empresas.

✓ Obtenção de alvarás de construção

O Peru agilizou o processo de obtenção de alvarás de construção implementando reformas administrativas.

✓ Registro da propriedade

O Peru introduziu procedimentos acelerados no escritório de registro de terras, diminuindo pela metade o tempo necessário para o registro da propriedade.

✓ Comércio internacional

O Peru facilitou o comércio implementando um novo sistema de intercâmbio de dados eletrônicos pela Internet, inspeções baseadas no risco e diferimento de pagamentos.

POLÔNIA**✓ RRegistro da propriedade**

A Polônia facilitou o registro da propriedade automatizando o registro de terras.

PORTUGAL**✓ Registro da propriedade**

Portugal estabeleceu um serviço centralizado de registro da propriedade.

✓ Pagamento de impostos

Portugal introduziu um novo código de seguro social e diminuiu os impostos corporativos.

PUERTO RICO**X Pagamento de impostos**

Puerto Rico tornou o pagamento de impostos mais dispendioso para as empresas mediante a introdução de uma sobretaxa especial de 5% sobre sua obrigação fiscal, além do imposto de renda corporativo normal.

QATAR**X Abertura de empresas**

O Qatar tornou mais difícil a abertura de empresas acrescentando um procedimento para registrar impostos e obter o selo da empresa.

QUÊNIA**✓ Comércio internacional**

O Quênia facilitou a abertura de empresas reduzindo o tempo para conseguir o selo de aprovação no memorando e nos artigos de incorporação, unificando os procedimentos de tributação e de registro do imposto sobre valor agregado, bem como digitalizando registros no cartório.

X Pagamento de impostos

O Quênia aumentou o ônus administrativo do pagamento de impostos ao exigir a declaração trimestral de impostos sobre salários.

✓ Comércio internacional

O Quênia acelerou o comércio implementando um sistema eletrônico de rastreamento da carga e vinculando-o ao sistema de intercâmbio de dados eletrônicos da Autoridade Fiscal do Quênia para liberação alfandegária.

REINO UNIDO**✓ Cumprimento de contratos**

O Reino Unido melhorou o processo de cumprimento de contratos modernizando procedimentos cíveis no tribunal comercial.

✓ Fechamento de empresas

Modificações nas normas de insolvência do Reino Unido agilizaram os procedimentos de falências, favoreceram a venda da empresa como um todo e melhoraram o cálculo das taxas do administrador.

REP. BOL. DA VENEZUELA**X Abertura de empresas**

A República Bolivariana da Venezuela tornou mais difícil a abertura de empresas mediante a introdução de um novo procedimento de registro de uma empresa.

✓ Pagamento de impostos

A República Bolivariana da Venezuela aboliu o imposto sobre transações financeiras.

REP. DEM. POP. DO LAOS**✓ Pagamento de impostos**

A República Democrática Popular do Laos substituiu o imposto sobre circulação de mercadorias por um novo imposto sobre valor agregado.

REP. DO CONGO.**✓ Pagamento de impostos**

Em 2010 a República do Congo reduziu a taxa de imposto sobre a renda corporativa de 38% para 36%.

REPÚBLICA ÁRABE DA SÍRIA**✓ Abertura de empresas**

A Síria facilitou a abertura de empresas reduzindo o requisito de capital mínimo para empresas de responsabilidade limitada. Também descentralizou a aprovação do memorando da empresa.

✓ Obtenção de crédito

A Síria melhorou o acesso ao crédito eliminando o teto mínimo para empréstimos incluído no banco de dados, o que ampliou a cobertura de indivíduos e firmas para 2,2% da população adulta.

REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO**✓ Abertura de empresas**

O Egito reduziu o custo de abertura de empresas.

✓ Comércio internacional

O Egito tornou mais fácil o comércio internacional introduzindo um sistema eletrônico para o envio de documentos de exportação e importação.

REPÚBLICA DA COREIA.**✓ Fechamento de um negócio**

A República da Coreia tornou mais fácil lidar com a insolvência introduzindo o financiamento após o pedido de reorganização, atribuindo prioridade a empréstimos feitos a empresas que estão passando por tal processo.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO**✓ Abertura de empresas**

A República Democrática do Congo facilitou a abertura de empresas mediante a eliminação de procedimentos, incluindo o selo da empresa.

✓ Obtenção de alvarás de construção

A obtenção de alvarás de construção tornou-se mais fácil graças à redução no custo de um alvará de 1% do custo estimado para a construção para 0.6% e ao estabelecimento de prazos para a emissão dos alvarás de construção.

✓ Registro da propriedade

A República Democrática do Congo reduziu pela metade o imposto de transferência da propriedade para 3% do valor da propriedade.

REPÚBLICA DO QUIRGUISTÃO**✓ Abertura de empresas**

A República do Quirguiz facilitou a abertura de empresas eliminando os requisitos de legalização das assinaturas dos fundadores das empresas.

X Fechamento de um negócio

A República do Quirguiz agilizou os procedimentos de insolvência e atualizou os requisitos para os administradores, mas novas formalidades acrescentadas para prevenir o abuso nos procedimentos tornaram mais difícil fechar uma empresa.

RREPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ**✓ Abertura de empresas**

A República Islâmica do Irã facilitou a abertura de empresas mediante a instalação de um portal na Internet que permite aos empresários pesquisar e reservar o nome da empresa.

✓ Obtenção de crédito

O estabelecimento de um novo serviço de crédito privado melhorou o acesso à informação sobre crédito.

✓ Cumprimento de contratos

A República Islâmica do Irã tornou mais fácil e mais rápido o cumprimento de contratos introduzindo o envio eletrônico de certos documentos, notificação por meio de mensagem de texto e um sistema eletrônico de gestão de casos.

REPÚBLICA DOMINICANA**X Abertura de empresas**

A República Dominicana tornou mais difícil a abertura de empresas estabelecendo um requisito de capital mínimo de 100.000 pesos dominicanos (US\$ 2.855) para seu novo tipo de empresa de responsabilidade limitada, chamado “*sociedade de responsabilidade limitada*.”

REPÚBLICA TCHECA**✓ Pagamento de impostos**

A República Tcheca simplificou seus processos de impostos sobre a mão de obra e reduziu as taxas de contribuição para a previdência social.

✓ Fechamento de um negócio

A República Tcheca tornou mais fácil lidar com a insolvência mediante a introdução de emendas legislativas adicionais restringindo compensações em casos de insolvência e suspendendo, para certos devedores insolventes, a obrigação de recorrer à falência.

ROMÊNIA**✓ Obtenção de alvarás de construção**

A Romênia modificou a regulamentação relacionada com a obtenção de alvarás de construção para reduzir taxas e acelerar o processo.

X Pagamento de impostos

A Romênia introduziu mudanças tributárias, inclusive um novo imposto mínimo sobre lucros, o qual aumentou os impostos para muitas empresas.

✓ Fechamento de empresas

A Romênia implementou mudanças substanciais em suas leis de falências — introduzindo, entre outras coisas, um procedimento de solução fora do tribunal — as quais tornaram mais fácil lidar com a insolvência.

RUANDA**✓ Obtenção de alvarás de construção**

Ruanda facilitou a obtenção de alvarás de construção promulgando novas regulamentações da construção no fim de abril de 2010 e implementando novos prazos para a emissão de diversos alvarás.

✓ Obtenção de crédito

Ruanda melhorou o acesso ao crédito permitindo aos mutuários o direito de inspecionar o próprio relatório de crédito e determinando que os empréstimos de qualquer montante sejam comunicados ao registro de crédito público do Banco Central.

✓ Comércio internacional

Ruanda reduziu o número de documentos comerciais requeridos e melhorou seus procedimentos conjuntos de gestão de fronteiras com Uganda e outros vizinhos, levando a uma melhoria do ambiente de logística comercial.

SAMOA**✓ Registro da propriedade**

Samoa passou de um sistema de escrituras para um sistema de títulos e automatizou completamente seu registro de terras, o que reduziu em quatro meses o tempo requerido para registrar uma propriedade.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**X Abertura de empresas**

São Tomé e Príncipe tornou mais difícil a abertura de empresas mediante a introdução de um requisito de capital mínimo para empresas de responsabilidade limitada.

✓ Pagamento de impostos

São Tomé e Príncipe reduziu o imposto de renda corporativo a uma taxa padrão de 25%.

SEICHELES**✓ Pagamento de impostos**

As Seychelles removeram o limite do teto isento de impostos e reduziram a alíquota do imposto de renda corporativo.

SERRA LEOA**✓ Obtenção de alvarás de construção**

Serra Leoa tornou mais fácil a obtenção de alvarás de construção agilizando a emissão de liberações do local e de alvarás de construção.

✓ Registro da propriedade

Serra Leoa suspendeu uma moratória sobre vendas de propriedades particulares.

✓ Pagamento de impostos

Serra Leoa substituiu os impostos sobre vendas e serviços por um imposto sobre bens e serviços.

SÉRVIA**✓ Fechamento de empresas**

A Sérvia promulgou uma nova lei de falências que introduziu soluções fora do tribunal e um procedimento unificado de reorganização.

SUAZILÂNDIA**✓ Proteção dos investidores**

A Suazilândia reforçou as proteções do investidor exigindo maior divulgação por parte das empresas, padrões mais altos de responsabilização de diretores executivos e maior acesso às informações corporativas para investidores minoritários.

✓ Comércio através das fronteiras

A Suazilândia reduziu o tempo das importações implementando um sistema de intercâmbio de dados eletrônicos para a alfândega em seus postos de fronteira.

SUÉCIA**✓ Abertura de empresas**

A Suécia reduziu pela metade o requisito de capital mínimo para empresas de responsabilidade limitada, tornando mais fácil abrir empresas.

✓ Registro da propriedade

A Suécia tornou mais fácil registrar a propriedade eliminando o requisito de obter do município a renúncia de preempção.

✓ Proteção dos investidores

A Suécia reforçou as proteções do investidor exigindo maior divulgação corporativa e regulamentando a aprovação de transações entre as partes interessadas.

TAILÂNDIA**X Registro da propriedade**

A Tailândia tornou o registro da propriedade mais caro ao derrogar uma redução temporária de impostos de dois anos sobre a transferência da propriedade.

✓ Pagamento de impostos

A Tailândia diminuiu temporariamente por 12 meses os impostos sobre as empresas mediante a redução de seu imposto comercial específico.

TAIWAN, CHINA**✓ Abertura de empresas**

Taiwan, China, facilitou a abertura de empresas reduzindo o tempo requerido para verificar o nome da empresa, registrar planos de aposentadoria e solicitar seguro de saúde, pensões e trabalho.

✓ Pagamento de impostos

Taiwan, China, reduziu a taxa do imposto de renda corporativo e simplificou os formulários de declaração tributária, as normas de cálculo do imposto de renda corporativo e o cálculo de pagamento temporário de impostos.

TAJIKUISTÃO**✓ Abertura de empresas**

O Tadjiquistão facilitou a abertura de empresas criando um serviço centralizado que

consolida os registros com as autoridades estatais e tributárias.

✓ Proteção dos investidores

O Tadjiquistão reforçou as proteções do investidor exigindo maior divulgação corporativa no relatório anual e maior acesso às informações corporativas para investidores minoritários.

✓ Pagamento de impostos

O Tadjiquistão reduziu o imposto de renda corporativo.

TIMOR-LESTE**✓ 4 Cumprimento de contratos**

O Timor-Leste aumentou a eficiência dos tribunais capacitando e nomeando novos juízes e promulgando um novo código civil de procedimentos.

TONGA**✓ Pagamento de impostos**

Tonga simplificou o pagamento de impostos substituindo um sistema de duas camadas com uma taxa de imposto de renda corporativo de 25% para empresas tanto domésticas como estrangeiras e introduzindo incentivos fiscais acompanhados de um sistema de base ampla de amortizações fiscais para substituir isenções fiscais temporárias e outras concessões tributárias.

TUNÍSIA**✓ Pagamento de impostos**

A Tunísia introduziu o uso de sistemas eletrônicos para o pagamento do imposto de renda corporativo e do imposto sobre valor agregado.

✓ Comércio internacional

A Tunísia atualizou seu sistema de intercâmbio de dados eletrônicos para importações e exportações, acelerando a montagem de documentos relacionados com a importação.

UCRÂNIA**✓ Abertura de empresas**

A Ucrânia facilitou a abertura de empresas reduzindo substancialmente o requisito de capital mínimo.

✓ Obtenção de alvarás de construção

A Ucrânia tornou mais fácil a obtenção de alvarás de construção mediante a implementação de regulamentações nacionais e locais que agilizaram procedimentos.

✓ Pagamento de impostos

A Ucrânia facilitou o pagamento de impostos introduzindo e melhorando continuamente um sistema eletrônico de declaração do imposto de valor agregado.

UGANDA

X Abertura de empresas

Uganda tornou mais difícil abrir um negócio ao aumentar as taxas de licenciamento comercial.

✓ Obtenção de crédito

Uganda aumentou o acesso ao crédito mediante o estabelecimento de um novo serviço privado de crédito.

✓ Cumprimento de contratos

Uganda continua a melhorar a eficiência de seu sistema judicial, reduzindo enormemente o tempo para interpor e intimar uma reivindicação.

URUGUAI

✓ Registro da propriedade

No Uruguai o Município Metropolitano de Montevideu tornou mais fácil registrar uma propriedade mediante a eliminação da necessidade de obter uma renúncia obrigatória de direitos de preempção.

UZBEQUISTÃO

X Obtenção de alvarás de construção

O Uzbequistão aumentou todas as taxas de procedimentos relacionadas com os alvarás de construção.

VIETNÃ

✓ Abertura de empresas

O Vietnã facilitou a abertura de empresas criando um serviço centralizado que combina os processos de obtenção de licença comercial e uma licença tributária e eliminando a necessidade do selo de licença empresarial.

✓ Obtenção de alvarás de construção

O Vietnã tornou mais fácil a obtenção de alvarás de construção reduzindo o custo de registro de edifícios recém-terminados e transferindo a autoridade de registro de edifícios das autoridades locais para o Departamento de Recursos Nacionais e Meio Ambiente.

✓ Obtenção de crédito

O Vietnã melhorou seu sistema de informação creditícia permitindo aos mutuários examinar o próprio relatório de crédito e corrigir erros.

ZÂMBIA

✓ Abertura de empresas

O Zâmbia facilitou a abertura de empresas eliminando o requisito de capital mínimo.

✓ Comércio internacional

O Zâmbia facilitou o comércio mediante a implementação de um posto de fronteira único com o Zimbábue, lançando uma apresentação eletrônica de declarações alfandegárias e a introdução de digitalizadores nos postos de fronteira.

✓ Cumprimento de contratos

O Zâmbia melhorou o cumprimento de contratos introduzindo um sistema eletrônico de gestão de casos nos tribunais que proporciona referência eletrônica de casos, um banco de dados de leis, notificação judicial em tempo real e acesso público aos registros judiciais.

ZIMBABUÉ

✓ Abertura de empresas

O Zimbábue facilitou a abertura de empresas mediante a redução de taxas de registro e aceleração do processo de busca de nomes e do registro corporativo e tributário.

✓ Pagamento de impostos

O Zimbábue reduziu o imposto de renda corporativo de 30% para 25%, diminuiu os rendimentos de capital de 20% para 5% e simplificou o pagamento do imposto de renda corporativo permitindo pagamentos trimestrais em bancos comerciais.

Agradecimentos

Detalhes de contato para parceiros locais estão disponíveis no website do *Doing Business* em <http://www.doingbusiness.org>.

O *Doing Business 2011* foi preparado por uma equipe liderada por Sylvia Solf, Penelope Brook (até maio de 2010) e Neil Gregory (a partir de junho de 2010) sob a direção geral de Janamitra Devan. A equipe foi constituída por Svetlana Bagaudinova, José Becerra Marta, Karim O. Belayachi, Frederic Bustelo, César Chaparro Yedro, Maya Choueiri, Santiago Croci Downes, Karen Sarah Cuttaree, Marie Delion, Allen Dennis, Raian Divanbeigi, Jacqueline den Otter, Alejandro Espinosa-Wang, Antonio Garcia Cueto, Carolin Geginat, Cemile Hacibeyoglu, Betina Hennig, Sabine Hertveldt, Mikiko Imai Ollison, Nan Jiang, Ludmila Januan, Palarp Jumpasut, Dahlia Khalifa, Eugenia Levine, Jean Michel Lobet, Valerie Marechal, Andres Martinez, Alexandra Mincu, Frederic Meunier, Robert Murillo, Joanna Nasr, Oleksandr Olshansky, Dana Omran, Titilayo Oke, Caroline Otonglo, Yara Salem, Pilar Salgado-Otónel, Jayashree Srinivasan, Susanne Szymanski, Tea Trumbic, Marina Turlakova e Lior Ziv. Koichi Ito, Lizhi Liu, Junko Miyazaki, Janet Morris, Di Wang e Bryan Welsh ajudaram nos meses anteriores à publicação.

O serviço on-line do banco de dados do *Doing Business* é dirigido por Ramin Aliyev, Preeti Endlaw, Felipe Iturralde Escudero, Graeme Littler, Kunal H. Patel, Vinod Thottikkatu e Hashim Zia. Os aspectos de contato com a mídia e estratégia de marketing do relatório do *Doing Business 2011* estiveram a cargo de Nadine Ghannam. Os eventos e estratégia de apresentação ao público são dirigidos por Jamile Ramadan. Toda a gestão de reconhecimento e atividades de divulgação estão sob a direção e orientação de Suzanne Smith.

A equipe do *Doing Business* agradece os valiosos comentários oferecidos por colegas do Grupo Banco Mundial e a orientação dos Diretores Executivos do Grupo Banco Mundial.

Oliver Hart e Andrei Shleifer forneceram consultoria acadêmica sobre o projeto. O projeto sobre pagamento de impostos foi realizado em colaboração com a PricewaterhouseCoopers, liderado por Robert Morris. O desenvolvimento dos indicadores de Obtenção de Eletricidade foi financiado pelo Fundo Fiduciário da Noruega (NTF).

Alison Strong revisou o manuscrito. Gerry Quinn elaborou o relatório e os gráficos. Alexandra Quinn e Karen Jackson prestaram serviços de formatação.

Só foi possível realizar esse relatório graças às contribuições generosas de mais de 8.200 advogados, contadores, juízes, empresários e autoridades públicas de 183 economias.¹ Os colaboradores globais e regionais são firmas que preencheram várias pesquisas em seus diferentes escritórios espalhados pelo mundo inteiro.

As citações deste relatório são de parceiros locais do *Doing Business*, salvo indicação em contrário. Os nomes das pessoas que preferem ser reconhecidas individualmente estão listados abaixo. Detalhes de contato são colocados no website do *Doing Business*: <http://www.doingbusiness.org>.

1. A equipe lamenta a perda de Courtney Fowler, sócia da PricewaterhouseCoopers, que faleceu em 2010. Na PricewaterhouseCoopers a Srta. Fowler contribuiu para os indicadores de pagamento de impostos desde sua introdução no relatório do *Doing Business 2006* e supervisionou as pesquisas de várias economias da Ásia Central.



WWW.DOINGBUSINESS.ORG